

# "Se são estas palavras que faltam eu aqui as pronuncio para que não haja equívocos O PCP está contra Maastricht O PCP diz não a Maastricht"

— Álvaro Cunhal

na 3.<sup>a</sup> Assembleia Pág. 4, 5, 6 e 7

da Organização Regional do Porto

● Nota da Comissão Política Pág. 3

● Carlos Carvalhas no encontro de quadros da JCP e PCP

Pág. 16 e 17

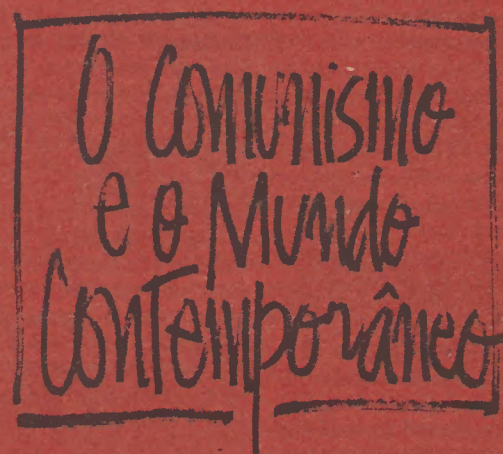
● Artigo de Luís Sá — Pág. 19 ● Editorial — Pág. 2

## Já comprou a sua

# EP?



Pág. 26



CICLO DE DEBATES

Págs. 24 e 25

## Cartas dos leitores



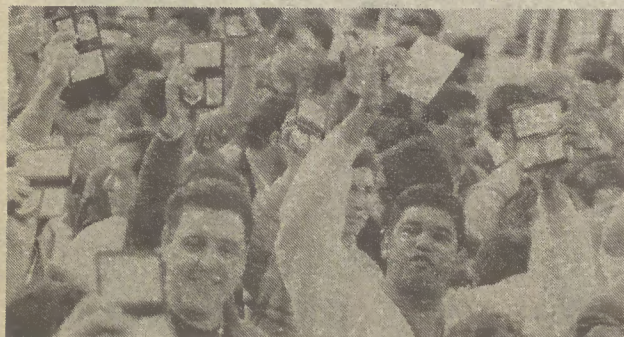
Pág. 27

## Avante!

Devido ao feriado do dia 18, o próximo número do «Avante!» será publicado quarta-feira, 17 de Junho

## EDITORIAL

# O «não» dos dinamarqueses e o défice democrático



PSP manifesta-se a favor do Sindicato

## RESUMO

### 3 Quarta-feira

O secretário-geral da ONU inaugura no Rio de Janeiro a Eco-92, ao mesmo tempo que mais de 15 mil pessoas reúnem um Fórum Global, na maior concentração de Organizações não governamentais (ONG), à margem da Cimeira ■ Lech Walesa convida Pawlak para substituir Olszewski, demitido, no cargo de 1º ministro ■ Na Indonésia, Suharto escolhe o general Sario para substituir Mário Carrascalão no cargo de governador de Timor-Leste ■ Guterres classifica de «grave» a posição dos dinamarqueses que disseram não ao acordo de Maastricht, considerando que a Dinamarca se auto-excluiu da CE ■ O presidente egípcio, Mubarak, vai à Síria encontrar-se com o seu homólogo Assad para analisar a evolução das negociações de paz sobre o Médio Oriente ■ Termina a campanha para as eleições legislativas na Indonésia.

### 4 Quinta-feira

O Papa chega a Luanda, beija o chão e recebe líderes partidários, entre os quais Savimbi ■ O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano chega a Lisboa em visita particular ■ Estudantes venezuelanos manifestam-se em oito cidades do país, exigindo a demissão do presidente Andrés Peres ■ Os Khmers Vermelhos divulgam declaração em que se comprometem a não tentarem reconquistar militarmente o poder no Camboja ■ Morre o actor inglês Robert Morley, com 84 anos ■ Mais de mil polícias da PSP manifesta-se no Terreiro do Paço, reivindicando os seus direitos sobre a constituição de um sindicato.

### 5 Sexta-feira

Cavaco Silva garante que em Portugal não se fará referendo sobre o Tratado de Maastricht ■ O Tribunal Cível de Lisboa considera ilegal e antiestatutária a lista vencedora nas eleições para o Confederação do Comércio Português ■ A Dieta polaca confirma a nomeação de Pawlak para 1º ministro, para substituir Olszewski, demitido por Walesa ■ A antiga chefe do governo britânico, Margaret Thatcher, recebe da rainha o título de baronesa ■ Na Checoslováquia inicia-se a votação para o parlamento ■ O presidente dos EUA faz declarações polémicas sobre a Cimeira do Rio de Janeiro, colocando os interesses dos «homens de negócios» sobre os interesses gerais da humanidade ■ O Papa reza pela paz em Angola, durante missa realizada em Huambo.

### 6 Sábado

Resultados das eleições na Checoslováquia apontam para

a possibilidade de o país se dividir, tornando-se a Eslováquia autónoma ■ Na continuação da sua visita a Portugal, o presidente Chissano, de Moçambique, desloca-se à Madeira ■ A Renamo acusa a Frelimo de promover a atracção de investidores estrangeiros, e adverte estes de que a guerra não acabou ■ O demitido primeiro-ministro polaco, Olszewski, afirma que o novo quadro político pode conduzir ao retorno do «comunismo» ■ A UGT pronuncia-se, tal como o PS e o PSD, desfavorável a um referendo sobre Maastricht.

### 7 Domingo

Um incêndio destroi as instalações da fábrica de papel do Vouga, provocando prejuízos de muitos milhares de contos e colocando em risco cerca de 250 postos de trabalho ■ Cavaco Silva reage às declarações do general Carlos Azeredo, chefe da Casa Militar do Presidente da República, que o considerou o mais antimilitarista dos primeiros-ministros ■ Joaquim Chissano encontra-se com Mário Soares, em Lisboa, antes da partida do presidente moçambicano para o seu país ■ Na sequência das eleições na Checoslováquia, o presidente Havel nomeia Vaclav Klaus para primeiro-ministro ■ Bush recebe o chefe do governo britânico, John Major, em Camp David, com quem debate questões ligadas ao ambiente e aos conflitos na Europa ■ Ieltsin nomeia Lujkov para presidir à Câmara de Moscovo, após a demissão de Popov ■ Sondagem na Polónia revela que os polacos são desfavoráveis à publicação de listas de pessoas ligadas à antiga polícia secreta.

### 8 Segunda-feira

Oficiais superiores, em especial coronéis, poderão ser objecto de sanções disciplinares por não terem participado num almoço, no domingo, com o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa no Quartel-General da Região Militar do Norte, cujo comando decidiu abrir um inquérito. Os oficiais «faltosos» deverão justificar as faltas ■ Frank Sinatra canta no Porto ■ O responsável da OLP pela segurança, Atef Beseisso, foi assassinado numa rua de Paris. Os palestinianos acusam a Mossad israelita ■ Apesar das derrotas nos Estados Unidos, Carlos Queirós, seleccionador nacional, classifica como «claramente positiva» esta digressão da equipa portuguesa de futebol ■ O Papa celebra uma homilia no aeroporto de Cabilia. Defende, sem violência, «a resolução dos problemas» daquela região do Norte de Angola ■ Segundo o jornal norte-americano «New York Times», o diferendo Soares-Cavaco toma dimensões de crise ■ Um dos candidatos às eleições na Região Autónoma dos Açores, afirma que «o movimento político» que se gerou na Região, «assume um cariz presidencial».

O défice democrático na Comunidade Europeia é muito mais profundo e preocupante do que tem sido dito e escrito a propósito dos reduzidos poderes do Parlamento Europeu e da crescente redução de poderes dos parlamentos nacionais.

A própria vontade dos povos traduzida na participação nos processos de decisão comunitária não é apreciada, desejada e nem sequer reconhecida pelas altas instâncias da Comunidade.

Não pode ser outra a conclusão a tirar das violentas reacções com que foi recebido o «não» dos dinamarqueses à ratificação de Maastricht, por parte de Governos e de outros meios políticos dominantes de alguns dos Estados-membros.

Combinando as ameaças de expulsão ou afastamento da Dinamarca da Comunidade com o apoucamento do voto dos dinamarqueses por provir de um pequeno país, essas reacções violentas são tipicamente desrespeitadoras do papel dos povos na Comunidade e do processo democrático assente na sua vontade.

São particularmente chocantes as declarações dos meios políticos alemães, sabendo-se que o receio da liderança alemã na Comunidade Europeia, reforçada pelo Tratado de Maastricht, foi um dos motivos do não dos dinamarqueses. Apesar disso o presidente alemão do Parlamento Europeu foi muito explícito ao afirmar: «Não vamos agora permitir que a opinião de alguns milhares de dinamarqueses decida do futuro de 300 milhões de europeus».

Neste quadro, os governantes do PSD, Cavaco Silva e Deus Pinheiro, especialmente, com a agravante de exercerem a Presidência da Comunidade, desempenharam um papel particularmente triste e vergonhoso para o nosso país ao aceitarem ser porta-voz das posições arrogantes dos Estados-membros mais poderosos contra a dignidade de um pequeno país e o funcionamento do processo democrático nas decisões comunitárias.

Estas posições arrogantes não resolvem, no entanto, duas questões essenciais colocadas pelo não dos dinamarqueses:

- uma de carácter jurídico, que é a exigência de unanimidade para a Revisão do Tratado de Roma, prevista na matriz originária da Comunidade Europeia e reafirmada no próprio texto de Maastricht;

- a outra de carácter político, que exprime a crescente oposição dos povos dos Estados-membros da Comunidade à transferência de soberanias nacionais para uma entidade supranacional, cuja mal disfarçada natureza pró-federalista está a ser desmascarada.

O texto do Tratado de Maastricht prescreve no nº 2, do artigo R que «o presente Tratado entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1993, se tiverem sido depositados todos os instrumentos de ratificação ou, em falta deste depósito, no primeiro dia do mês seguinte ao depósito do instrumento de ratificação do Estado signatário que proceda a esta formalidade em último lugar».

Não se vê como é que o Tratado possa entrar em vigor se, pelo menos, um Estado signatário se recusar a depositar os instrumentos de ratificação.

Mas a questão é mais funda, é o próprio tratado de Roma que criou a Comunidade que estabelece que

**«Nada poderá disfarçar, no entanto, o significado das violentas reacções dos Estados mais poderosos ao resultado do referendo da Dinamarca, como constituindo uma inquietante antecipação do que tenderia a ser uma União Europeia baseada no Tratado de Maastricht.»**

quaisquer alterações aos seus termos (como acontece com o texto de Maastricht) «têm que ser aprovadas e ratificadas por todos os membros da Comunidade».

Ora a Dinamarca votou contra Maastricht mas continua a ser membro da Comunidade e toda a lógica do Tratado de Roma não é que a Dinamarca saia pelo facto de estar em desacordo com a alteração, mas que a alteração não se faça por ter o desacordo de um Estado-membro.

Como se vê, os obstáculos jurídicos não são fáceis de ultrapassar, para não dizer que são inultrapassáveis. É por isso que se assiste a brutais pressões sobre a Dinamarca para que dê o dito por não dito, incluindo através da repetição do referendo, como se se tratasse de uma brincadeira de crianças.

Para os meios dominantes da Comunidade e outros meios dominantes ocidentais, o sufrágio popular é a expressão suprema da legitimidade quando vai ao encontro dos desejos e interesses desses meios dominantes; se não é assim passa a ser imediatamente contestado e posto em causa com pretextos escandalosos.

Estamos nesse ponto. Reveste por isso a maior importância para o futuro da Europa, da Comunidade e do nosso próprio país, o saber se a vontade do povo dinamarquês e as inultrapassáveis exigências dos Tratados Comunitários logram fazer-se respeitar, ou se pelo contrário são espezinhados pelos Estados mais poderosos e pelas transnacionais de que exprimem os interesses.

Nada poderá disfarçar, no entanto, o significado das violentas reacções dos Estados mais poderosos ao resultado do referendo da Dinamarca, como constituindo uma inquietante antecipação do que tenderia a ser uma União Europeia baseada no Tratado de Maastricht.

Ao pretender demonstrar o interesse que o Tratado de Maastricht reveste para o nosso país, Cavaco Silva, na entrevista de sábado à RTP, cometeu o erro de provar demais.

Disse ele: «A Alemanha paga, Portugal recebe, a Alemanha perde poder, Portugal ganha poder.» Mas então qual é o interesse dos alemães? Transformaram-se numa sociedade de beneficência? Pagar mais para mandar menos? É claramente uma história mal contada.

Cavaco Silva está ansioso com as oposições crescentes que o Tratado de Maastricht suscita no nosso país (como acontece aliás noutros países comunitários) à medida que se vão tornando mais conhecidas as suas opções pró-federalistas e outras graves soluções.

Neste sentido o PCP aponta como particularmente atentatórias dos interesses do nosso país as profundas e extensas mutilações da soberania nacional, a subordinação aos interesses dos países mais poderosos e ricos da Comunidade, o sacrifício da dimensão social do desenvolvimento, o agravamento do défice democrático, o avanço para soluções de carácter federalista.

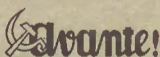
O clima político de crescente reserva em relação a Maastricht que se respira no nosso país e em outros países comunitários torna ainda mais inaceitável o acordo PSD-PS para imporem ao país e consumarem na Assembleia da República uma ratificação em surdina do Tratado da União Europeia, a começar em breve com a abertura da Revisão da Constituição.

A evolução da situação dá plena razão às exigências que o PCP fez desde o momento em que a questão da ratificação entrou na ordem do dia, ao reclamar uma ampla informação ao país e um grande debate nacional sobre as mais graves opções e consequências do Tratado.

É a informação, o esclarecimento e o debate que importará garantir e devem ser suspensos todos os processos e iniciativas visando iniciar a revisão da Constituição.

São de condenar as actuações do Governo de Cavaco Silva, do PSD e também do PS que têm em vista afastar o povo português do processo de decisão sobre o Tratado.

Em firme oposição a Maastricht, o PCP continuará a contribuir por todas as formas para o esclarecimento popular e para assegurar, no quadro constitucional, a mais intensa intervenção do nosso povo.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's: Editorial «Avante!», R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heka Portuguesa

R. Elias Garcia, 27

Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.788\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

## Nota da Comissão Política do CC do PCP

# É prioridade nacional o debate sobre Maastricht

A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião de ontem, analisou o Tratado de Maastricht e as consequências do referendo da Dinamarca, de que destacamos algumas das conclusões.

**1.** O PCP entende que a «construção europeia» deve ser erigida na base de nações livres nas suas escolhas, no quadro de uma profunda e intensa cooperação com igualdade de vantagens, de uma Europa de justiça social que responda às aspirações dos povos, que contribua e exerça a sua acção pelo desenvolvimento dos outros espaços e por uma nova ordem económica internacional mais justa e solidária.

O PCP manifesta-se contrário ao Tratado de União Europeia nos termos em que este foi arquitectado em Maastricht.

Esta posição do PCP não significa uma oposição à organização e aprofundamento da cooperação — económica, política, social e cultural — entre os Estados-membros das Comunidades Europeias e, numa perspectiva mais ampla, entre os Estados europeus.

Pelo contrário, o PCP pronuncia-se por uma Europa inteira de paz e cooperação, pelo aprofundamento da integração comunitária assente na efectiva igualdade de direitos e nas soberanias dos Estados-membros, e que tenha por objectivos essenciais a coesão económica e social, a harmonização no progresso dos direitos, regalias e níveis de vida dos trabalhadores e dos cidadãos, o aprofundamento da democracia, da cooperação e da solidariedade e uma acção a favor do desarmamento e da paz.

A oposição do PCP reporta-se a aspectos centrais e determinantes das orientações imprimidas ao projecto de Tratado assinado em Maastricht. A recusa, pelo PCP, da União Europeia concebida em Maastricht, não põe em causa a permanência de Roma e do Acto Único Europeu. Porque a União Europeia resultante dos acordos de Maastricht não é uma mera decorrência da evolução das Comunidades Europeias nem a única alternativa para o aprofundamento das relações de cooperação no âmbito das Comunidades.

O projecto de União Europeia assinado em 7 de Fevereiro, incluindo a determinação de o rever em 1996 com o objectivo de se avançar mais na união política, é uma construção completamente diferente da CEE, representa uma profunda alteração qualitativa, um percurso de perda de autonomia política, de perda de independência, de perda de soberania nacional.

Visa a construção de uma União assente numa via federalista e, por isso, implicando necessariamente que os Estados soberanos que integram a Comunidade Europeia transfiram parcelas substanciais da sua soberania para instâncias supranacionais. Não se trata de uma «partilha de soberania» livremente aceite e comumente gerida pelos Estados-membros, mas de uma efectiva perda de poderes soberanos dos países pequenos e mais fracos, como Portugal, e a sua sujeição às decisões tomadas pelas grandes potências comunitárias, como a Alemanha e a França.

Porque não há partilha de soberania quando são tão profundos os desequilíbrios de poder e influência entre os Estados que integram as CE.

Porque não há gestão comum das soberanias transferidas quando se substitui a unanimidade pela maioria qualificada como regra geral da tomada de decisões, retirando aos pequenos países a possibilidade de veto e o direito de invocação de interesses vitais.

Porque são já hoje evidentes as tendências e as pressões para limitar os direitos dos pequenos países, pôr termo à presidência rotativa, limitar as línguas oficiais, alterar maiorias e procedimentos, criar um Directório da União composto pelos 4 ou 5 maiores países comunitários.

Em suma, o PCP considera inaceitável o Tratado assinado em Maastricht porque ele contém um conjunto sistematizado de transferências de soberania numa dinâmica supranacional, em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional, porque acentua o chamado «défice democrático» e subalterniza claramente a dimensão social do desenvolvimento.

Fundamentalmente, o PCP opõe-se:

— a uma União Económica e Monetária que comporta, sob a capa de conceitos técnicos, uma forte dimensão política assente: na absorção dos poderes nacionais de definição e condução das políticas monetária e cambial, de emissão de moeda, da determinação do défice orçamental e, em boa parte, da definição da política fiscal; na elaboração a nível supranacional de orientações gerais das políticas económicas dos Estados-membros; e na sujeição das economias nacionais a uma supervisão multilateral com poderes de imposição de sanções;

— a uma UEM que sobrepõe a convergência nominal (aproximação dos níveis de inflação, de défices orçamentais, de taxas de juro e de paridades cambiais) à convergência real (aproximação de níveis de desenvolvimento económico e de níveis de vida), cujo objectivo fundamental é a criação de uma política monetária única dominada pela preocupação da estabilidade dos preços a que toda a política económica terá de se subordinar, e pela criação de uma moeda única como base de um sistema federal;

— a uma UEM assente nos dogmas neoliberais e em directrizes conservadoras de política económica, sacrificando o crescimento económico e o nível de emprego à estabi-

lidade dos preços, ditada pelos interesses das empresas transnacionais de base europeia na sua competição com as economias americana e japonesa;

— à instituição de uma política externa e de segurança comum, com uma componente de defesa que aponta a prazo para uma defesa comum europeia numa dinâmica federal, que, apesar da exigência da chamada dupla unanimidade, impõe desde já sérias limitações às iniciativas internacionais de cada país, e que pretende, a partir da UEO e da brigada franco-alemã, consagrar a lógica de bloco político-militar no contexto internacional, com todas as consequências que daí decorrem para a paz, o desarmamento e para a soberania e independência nacionais;

— às intenções (em articulação com os Acordos de Schengen e com a Convenção de Dublin) de erigir um sistema policial integrado — Europol — bem como um sistema de informações informatizado à escala da Comunidade, sem controlo democrático eficaz, incluindo o judicial e o parlamentar, e de transferir para nível supranacional a definição e execução das políticas de imigração, de vistos, de asilo e de controlo das fronteiras externas, alienando poderes de soberania;

— ao empobrecimento e degradação da democracia, com o afastamento dos centros de decisão política dos cidadãos, com a redução substancial dos poderes de decisão, de controlo e de fiscalização democráticos dos órgãos eleitos, nomeadamente dos parlamentos nacionais, e com a centralização de poderes em instâncias supranacionais sem a legitimidade democrática que só o voto confere (Comissão Europeia; Comissão Executiva do Banco Central Europeu, Conselho Europeu, ...).

Ao dizer não à União Europeia tal como ela decorre dos acordos assinados em Maastricht, o PCP não ignora aspectos positivos neles consagrados, tais como a consagração do voto dos imigrantes para as Autarquias Locais e o Parlamento Europeu, uma maior extensão das matérias sociais, a criação de um Fundo de Coesão, o reforço do princípio da coesão económica e social, a intenção de permitir uma maior flexibilidade na aplicação dos fundos estruturais e de ajustar os níveis de participação comunitária, ...

Mas é indubitável que esses aspectos positivos são submergidos e suplantados pelo núcleo central e determinante das orientações desta União Europeia de redução das soberanias nacionais e de empobrecimento da própria democracia.

O PCP bate-se pela duplicação dos fundos estruturais e pela sua reforma orientada por uma maior flexibilidade e uma maior incidência em favor dos países menos desenvolvidos, pela consagração prática da especificidade da agricultura portuguesa, e tem defendido a rápida aprovação do Pacote Delors II que deve ser prévio ao processo de ratificação do Tratado de Maastricht, inclusivamente para reforçar o seu poder negocial.

Mas, para o PCP, a soberania não é moeda de troca pelo eventual reforço de fundos. É a soberania nacional que está em questão com o Tratado de Maastricht.

O PCP rejeita soluções autárquicas e isolacionistas, combate os chauvinismos, os nacionalismos e os racismos, tanto quanto recusa vocações federalistas escondidas sob o disfarce de uma chamada «construção europeia original».

O PCP continuará a pautar a sua intervenção nas questões da integração quer nas instituições, quer fora delas, pela defesa dos interesses nacionais, pela limitação dos aspectos negativos e pela potenciação das perspectivas positivas que se abram.

O PCP considera em vigor o compromisso do Luxemburgo, o direito de veto e entende que este deve ser utilizado quando houver decisões que ponham em causa interesses vitais para o País.

O PCP pronuncia-se pelo desenvolvimento harmonioso e acelerado do País no quadro de uma construção europeia solidária, aberta ao mundo, com a primazia da dimensão social e da convergência real das economias.

No quadro dos processos de integração, defendemos uma especialização produtiva mais vantajosa do País e a intensificação da cooperação económica e política.

Mas a defesa dos interesses nacionais, dos interesses do povo português, exige a garantia dos meios de intervenção dos órgãos de soberania em todos os níveis. Para o País que somos, qualquer outra solução conduz à subalternização e à dependência, e compromete os interesses do Povo e do País.

Portugal garantiu a sua independência ao longo de séculos, num atribulado processo histórico que marca indelevelmente o povo português. As gerações que hoje constituem o nosso país herdaram-no para o legar às gerações vindouras como um país soberano mais justo, mais desenvolvido, pacífico, prestigiado e soberano.

**2.** O PCP reconhece as virtualidades democráticas que o instituto do referendo pode conter.

As objecções que o PCP tem manifestado fundamentam-se basicamente no facto de o referendo sobre o Tratado ser inconstitucional e de não se dever aceitar que as revisões sejam feitas ao sabor de políticas conjunturais. Sem essas duas razões (e a serem removidas, a revisão deveria ser limitada ao problema em causa) seríamos na actual situação favoráveis à realização de um referendo.

Ao contrário dos que defendem a realização de um referendo para um «sim» de forma a responsabilizar e a amarrar o povo português às futuras consequências negativas do Tratado, o PCP consideraria um referendo sobre o problema em causa como uma forma de os portugueses dizerem «não» a um Tratado que afecta gravemente a soberania e a independência nacionais. Diferentemente das propostas até aqui apresentadas, o PCP considera que, a ser possível no quadro anteriormente delimitado, um referendo sobre Maastricht, este só faria sentido se fosse prévio e condicionante em relação à revisão constitucional motivada pela vontade do PSD e do PS de adequar à Constituição normas do Tratado de Maastricht.

**3.** O PCP considera que o resultado do referendo na Dinamarca, e as reacções que provocou nas instâncias dirigentes da Comunidade é dos países que a integram, permitem evidenciar que:

— Existe um enorme fosso entre os invocados «consensos» em torno do Tratado de Maastricht e a vontade real dos povos.

— O referendo da Dinamarca fez cair o Tratado. Daí a necessidade de uma renegociação. O Tratado da União Europeia, tal como foi assinado em 7 de Fevereiro de 1992 na cidade holandesa de Maastricht, só entraria em vigor se e quando fosse ratificado pelo último dos doze países que o subscrevem. Os que dizem que pode prosseguir o processo de ratificação esquecem que esse processo, mesmo que concluído nos onze países, está comprometido pelo não da Dinamarca. Por outro lado, a ratificação do Tratado de Maastricht não substitui a ratificação de qualquer outro Tratado que eventualmente lhe suceda. O prosseguimento do processo de ratificação de Maastricht é juridicamente um acto inútil e politicamente um acto de fuga para a frente, revelador de falta de sentido das realidades.

— A rejeição do Tratado de Maastricht não implica a rejeição da integração nas Comunidades tal como ela se processa hoje, por força do Tratado de Roma e do Acto Único. Apesar das falsidades que têm sido propaladas, os dinamarqueses não manifestaram a sua oposição à CEE. Manifestaram-se contra a sua alteração qualitativa, numa via federal, tal como resultava do Tratado de Maastricht.

— A reacção dos responsáveis comunitários e governamentais (e também lamentavelmente de dirigentes do PS) ao referendo da Dinamarca revelou não só uma enorme falta de sentido democrático e de respeito pela vontade legítima de um povo. Mostrou também na prática os enormes perigos da via federal que o Tratado pretende consubstanciar. A realidade é que os Ministros dos Negócios Estrangeiros reunidos em Oslo, pressionados pelos maiores países da Comunidade (particularmente pela Alemanha e pela França), anunciaram pôr de parte o princípio da unanimidade que pauta as decisões fundamentais da Comunidade e colocaram a Dinamarca no exterior da «porta» da Comunidade. Esta reacção destemperada e antidemocrática (a que o Governo português se associou irresponsavelmente) mostra que, se a União Europeia vigorasse com os contornos do Tratado de Maastricht, a posição dos países mais pequenos seria facilmente esmagada pela pressão e força dos países maiores e dos *diktats* a que pelos vistos não se escusam.

Face aos resultados do referendo da Dinamarca e ao seu significado tal como resulta das conclusões atrás enunciadas o mínimo que se pode dizer acerca das posições do Governo português, bem como acerca das posições do PSD, PS e CDS na Assembleia da República, é a de que ignoram a nova situação criada; assumem compromissos e orientações para que não têm mandato e que não se compatibilizam com a defesa dos interesses nacionais; pretendem prosseguir processos, como o da revisão constitucional, que carecem neste momento de sentido ou legitimidade; e bloqueiam o processo de debate. Por outro lado, a entrevista à televisão pelo Primeiro-Ministro no «Jornal de Sábado», com argumentos do estilo «Maastricht ou o caos» e com as ridículas afirmações de que a Alemanha perde poder e Portugal ganha-o, exemplificando essa «brilhante» conclusão com a eleição de emigrantes para presidentes de Câmara, é revelador da objectividade com que trata estas questões e do respeito que lhe merece o povo português.

Ao mesmo tempo, não pode deixar de constituir motivo de esclarecedora reflexão, por parte dos democratas portugueses, o facto de, mais uma vez, se ter tornado claro que não há agitados e agressivos duelos oratórios entre o PS e o PSD que disfarçam a inquietante e substancial comunidade de interesses, de orientações e de objectivos que o PSD e o PS partilham relativamente a questões fulcrais e decisivas para a vida e o futuro de Portugal.

O PCP reafirma que a grande prioridade nacional não é o iniciar-se o processo de ratificação de um Tratado, mas sim, a realização de um amplo debate público que favoreça uma desenvolvida informação do povo português sobre o que verdadeiramente está em causa, permita, numa base de seriedade e serenidade, um intenso confronto pluralista de ideias e opiniões e estimule uma ponderação e reflexão colectivas sobre as soluções e caminhos que, no quadro da integração europeia, melhor sirvam os interesses essenciais de Portugal e dos portugueses.

## 3.º Assembleia da ORP

# Expressão viva da intervenção democrática dos comunistas

Trezentos e oitenta e seis delegados debateram, durante todo o dia de domingo passado, no auditório da Faculdade de Economia do Porto, os principais problemas que enfrentam os trabalhadores e a população do distrito, apresentaram dados e soluções, revelando um profundo conhecimento da situação concreta, só possível pela sua inserção e ligação aos trabalhadores e aos cidadãos em geral, através de todas as estruturas de massas, desde as sindicais às colectividades, passando por movimentos de mulheres, pelos intelectuais, pela juventude e reformados, entre outros.

Presidida por uma Mesa em que se encontrava o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, e Jorge Araújo, da comissão Política do CC, para além da Comissão executiva da DORP cessante, dos membros do CC e de vários camaradas das mais diversas organizações de freguesia, concelhias, Organização da Cidade do Porto, células de empresa, da JCP e de organismos de direcção sectoriais, a 3.ª Assembleia da Organização Regional do Porto do PCP contou com 31 intervenções e elegeu uma nova Direcção Regional com 32 elementos e um Conselho Regional com 86 elementos.

A 3.ª Assembleia da ORP foi, como referiu José Timóteo na intervenção inicial, o encerramento de um processo iniciado há largos meses e que envolveu um vastíssimo trabalho preparatório. A elaboração do documento base da Assembleia exigiu um trabalho colectivo de recolha, estudo e sistematização e permite caracterizar agora, com mais rigor, a situação e as tendências de evolução no distrito, para melhor formular os objectivos de luta do Partido.

«É esta a expressão mais viva da intervenção colectiva e democrática dos militantes comunistas, incomparavelmente superior ao que se passa nos outros partidos, e que desmente categoricamente os detractores do nosso funcionamento», salientou. «Na ORP do PCP predomina a grande confiança nos trabalhadores e na sua luta, no Partido de que somos parte e a fraternidade, a solidariedade e a camaradagem entre os militantes, por uma visão actualizada da vida e dos problemas e na procura de soluções eficazes de intervenção».

### Mulheres

Pela voz de Virgínia Sentieiro ouviram-se os problemas específicos das mulhe-

res. «Será bom lembrar que também o capitalismo, a direita, sabe dirigir-se às mulheres para as enganar e amortecer a sua capacidade reivindicativa», disse, para perguntar: «já repararam quantas revistas ditas femininas estão hoje à venda e que tipo de vida e de mulher promovem?»

Mas, entretanto, como salientou Virgínia Sentieiro, na Ematextil, contra os salários em atraso e os despedimentos, foram as mulheres a fazer greve e a cortar o trânsito, na Bosh e Bayline são predominantemente mulheres a lutar, com êxito, pela redução do horário de trabalho e contra as «taxas moderadoras» e o IVA nos produtos de primeira necessidade, as mulheres estiveram na rua e continuam a recolher assinaturas pela revogação destas medidas. É que, disse, «em todo o lado em que há mulheres, há as que lutam e defendem os seus direitos e aí estão, sem dúvida, as comunistas».

«Sem fugir à regra geral, também os meios de comunicação de massas têm vindo a sofrer uma cada vez maior concentração capitalista que, no nosso país, já saiu da exclusividade de mãos nacionais, acompanhada do total desrespeito pelos trabalhadores, tentando domar os jornalistas e a sua opinião através da compra, de aliciamentos vários e da precarização, conseguindo, muitas vezes, que alguns sejam apenas porta-vozes de interesses de muitos poucos.»

### Agrícolas

«Nos últimos 12 anos desapareceram cerca de 230 mil explorações agrícolas, ao mesmo tempo o número de trabalhadores permanentes na agricultura sofreu uma redução de 50%.

«Só no ano passado o rendimento real dos agricultores diminuiu em 23%», disse António Gomes que denunciou o que se passa quanto ao preço do leite que «vem baixando nos últimos três anos e que fez com que 65% dos produtores de leite se tivessem candidatado ao subsídio que prevê o pagamento da produção anual de leite ao preço de 21\$00/litro durante 5 anos com a condição de abandonarem para sempre a produção de leite.

«Encontramos agricultores com sede de actividade política. Isto pode ser a expressão concreta de novas condições para a acção e para a luta.»

### A Câmara e a comunicação social

A conjugação, interna e externamente à Câmara, de uma máquina poderosa e persistente de preparação da opinião pública, de divulgação e exaltação de grande parte dos actos da vida municipal, chegou pela voz do vereador Oliveira Dias que afirmou que «enquanto boa parte da comunicação social mantém a mesma atenção ao

pelouro porque é responsável, outra parte, que passa por ser o órgão oficioso da Câmara, ignora ou desvaloriza empenhadamente tudo quanto lhe parece que se relaciona com o PCP.»

### Sector Têxtil

A falar de um sector que representa 50% dos trabalhadores da indústria transformadora do distrito, usou da palavra Palmira Peixoto para dizer que «é necessário que a nossa palavra chegue a cada trabalhador. Façamos passar a palavra para que, no dia 26 tenhamos uma grande jornada de luta, criando as condições para mais lutas, incluindo uma greve geral.»

### A juventude

Pela voz da Teresa, da JCP, chegou a preocupação com «o caminho acelerado para o acentuar das inúmeras desigualdades sociais, económicas e outras». Falou da precariedade laboral que atinge os jovens e disse que cerca de 41% dos trabalhadores por conta de outrem são jovens e cerca de 30% estão classificados como aprendizes, ganhando abaixo do salário mínimo nacional.

Mas falou também do *numerus clausus*, da PGA e do aumento das propinas, como «barreiras altamente elitistas e discriminatórias do nosso sistema de ensino».

### Matosinhos

Marisa Torres falou sobre as empresas do concelho de Matosinhos e denunciou «a especulação imobiliária, com grande incidência sobre empresas conserveiras, a situação dramática do sector têxtil e as negociatas das privatizações, o uso indevido dos fundos da CEE (os tais fundos e a tal CEE que iam transformar este país à beira mar plantado, no país da Alice das maravilhas) que tem empurrado para o despedimento encapotado por via das reformas antecipadas ou rescisões por mútuo acordo milhares de trabalhadores de empresas».

### Evolução eleitoral no distrito

A análise da evolução eleitoral feita por Rui Sá levou-o a concluir que há que encarar o futuro com confiança: «trata-se de conseguirmos, cada vez mais, melhorar a nossa ligação às massas de forma a que entendam que são os comunistas o baluarte da defesa dos seus direitos e aspirações, os portadores de um projecto político novo que dá voz e consagração a esses mesmos direitos e aspirações».

### Desenvolvimento regional

A importância de um plano integrado de desenvolvimento regional foi salientada por Ilda Figueiredo que referiu a necessidade de participação das diversas instituições da região, incluindo autarcas, organizações sindicais e empresariais e outras organizações sociais e que só terá sentido se for elaborado pelos eleitos regionais, nos termos previstos na lei-quadro da regionalização.

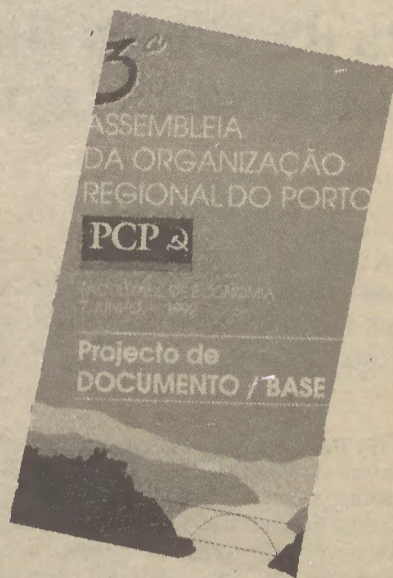
### Educação pública no pré-escolar

Isabel Fonseca optou por contar uma história, a história de uma mãe com três filhos que tinham como único espaço para se desenvolverem, «o espaço-casa, com pais ausentes e o espaço-rua», para exigir que «deixem as nossas crianças crescerem livres, num mundo onde os direitos do homem não sejam nunca espezinhados pelos vendilhões de consciências».

A 3.ª Assembleia da ORP foi assim, mas foi muito mais. Houve intervenções sobre a administração pública, por Maria Natividade, sobre a luta social e dos trabalhadores, por Victor Ranita, sobre a situação social e laboral, por Sérgio Vinagre, sobre os professores e a luta contra a precariedade, por Adriano Teixeira de Sousa, sobre recursos financeiros, na voz de António Filipe, sobre associativismo, na voz de José Alves Pereira, sobre a acção dos deputados pelo distrito e o poder local, trazidos por Avelino Gonçalves, sobre a Maia e Santo Tirso, sobre Gaia, de que falou Manuel Silva.

Nelson Amador falou sobre o papel dos intelectuais e Emílio Peres sobre o capitalismo e o socialismo, dizendo que «há que cobrir de vermelho as resoluções da Assembleia».

E houve ainda outras intervenções e, mais importante, talvez o mais significativo desta 3.ª Assembleia, é que reflectem um debate alargado, uma grande atenção a todos os problemas, um grande esforço de procura de soluções, confiança e a disponibilidade de cerrar fileiras para o combate urgente pela democracia participada, pela democracia em que todos seremos intervenientes e não espectadores.



380 delegados participaram nos trabalhos da 3ª Assembleia da Organização Regional do Porto, realizada domingo passado, no auditório da Faculdade de Economia da capital nortenha

Fotos de:  
Rui Varejão

# Álvaro Cunhal no encerramento da 3.<sup>a</sup> Assembleia do ORP

## I Um momento alto na vida do Partido

Camaradas:

O projecto de documento-base a aprovar na 3.<sup>a</sup> Assembleia da Organização Regional do Porto adiantou a vontade de que a realização da Assembleia fosse «um momento alto no revigoramento da vida do Partido».

As análises e orientações aprovadas, as intervenções dos delegados, as medidas tomadas, permitem confirmar que de facto esta Assembleia foi «um momento alto» que dará novo impulso ao «revigoramento da vida do Partido».

Este resultado permite, não só que em nome do Comité Central saúde a Organização Regional pela realização da sua 3.<sup>a</sup> Assembleia, como felicite a Organização Regional, os seus dirigentes e todos os militantes pelo êxito dos trabalhos.

No quadro da apreciação geral que o Partido faz da situação nacional e internacional, a Assembleia consagrou particular atenção e discutiu largamente a situação no distrito.

Analisou:

- as consequências negativas que no distrito tem a política de direita;

- as medidas necessárias para ultrapassar os atrasos na reestruturação e modernização da indústria, da agricultura, das pescas e também do pequeno comércio e das pequenas e médias empresas; Analisou os bloqueios existentes:

- para o desenvolvimento e modernização da estrutura produtiva;

- para a solução dos graves problemas sociais (emprego, condições de trabalho, habitação, saúde, situação dos reformados e deficientes, discriminações que atingem as mulheres e os jovens);

- para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e das populações em geral.

Apontou as linhas para uma política alternativa, nomeadamente:

- desenvolver para viver melhor;

- modernizar a estrutura produtiva e valorizar o emprego;

- assegurar as infraestruturas essenciais ao desenvolvimento e à qualidade de vida da população;

- garantir o desenvolvimento social e cultural;

- criar as condições institucionais para um desenvolvimento regional participado.

Deu particular e justo relevo:

- à luta do povo do distrito;

- à acção nas organizações de massas;

- ao trabalho realizado pelos eleitos da CDU nas autarquias, na defesa do poder local democrático e na perspectiva das eleições autárquicas de 1993.

E aprovou uma série de orientações e medidas para a ligação do Partido às massas e fortalecer a organização regional do Partido.

A Resolução política que a Assembleia aprovou é um documento de fundo.

É uma contribuição valiosa para a análise e a solução dos problemas do distrito. É uma contribuição valiosa para a análise da situação nacional, a definição de uma política alternativa, a luta do povo e o reforço do Partido.

Neste quadro, justifica-se que aqui aborde alguns problemas centrais da situação nacional na actualidade.

## II

## As grandes linhas da política do Governo 7 grandes escândalos nacionais

O Primeiro-Ministro lançou há dias com a sua habitual arrogância uma nova classificação para grandes decisões e actos políticos.

Defendendo os seus projectos e planos relativos a novas leis eleitorais, o Primeiro-Ministro proclamou e fez repetir pelos seus pobres e humildes repetidores que seria um «escândalo nacional» se não fosse atribuído o voto aos emigrantes nas eleições para a Presidência da República.

O Primeiro-Ministro usa a expressão «escândalo nacional» e franqueza, franquezinha: um pouco de decência teria aconselhado a que a não usasse. Porque, se nós quisermos também usá-la para caracterizar a acção de Cavaco e do seu Governo, então temos de dizer que a história da acção de Cavaco e seus Governos é uma escandalosa história de escândalos nacionais.

Já agora, podemos arrumar e sintetizar essa maré de escândalos em 7 grandes escândalos nacionais.

No que respeita à própria matéria que justifica tão exaltado clamor de Cavaco Silva, verdadeiro escândalo nacional seria se a eleição do Presidente da República Portuguesa viesse a ser decidida não pelo voto livre dos portugueses, incluindo os emigrantes, mas pelo voto de centenas de milhares de estrangeiros, de norte-americanos e descendentes de portugueses noutros países, talvez também pelos chineses de Macau, e pelas chapeladas realizadas por consulados cavaquistas industriados no que se chamaria a inscrição oficiosa de eleitores no estrangeiro.

Já há vários anos que a direita prepara uma tal jogada e já várias vezes tentou tal manobra através da aprovação conjugada de uma lei eleitoral e de uma lei de nacionalidade. Insiste na intenção e o



perigo é real. E por isso torna-se necessário travar combate contra a aprovação de leis eleitorais que pervertam princípios basilares do sistema eleitoral vigente.

Escândalo nacional é todo o processo de privatizações e de reestruturação e restauração do capitalismo monopolista (processo que com toda a propriedade apelidamos de mafioso) processo de esbulho e entrega aos grandes capitalistas de grandes empresas do Estado - e de entrega da economia nacional ao domínio dos antigos monopolistas do tempo do fascismo e a alguns outros grupos associados às transnacionais, grupos que se formaram na vasa do esbulho de bens do Estado e das grandes negociatas e especulações à sombra do poder laranja.

Este é um grande escândalo nacional que se poderá subdividir num sem número de escândalos seus componentes. Com a entrega da gestão de empresas do Estado a indivíduos que vão para o exercício desses cargos a fim de preparar a sua entrega irregular ao capital privado e que depois com frequência aparecem como donos ou gestores das empresas privadas em que se convertem as empresas do Estado. Com falsos leilões em que apenas aparece um arrematador previamente combinado. Com a subavaliação de empresas por aqueles mesmo que depois as arrematam. Com a atribuição de milhões de contos do Estado aos monopolistas do tempo do fascismo para que comesses milhões paguem a pretensa compra de empresas de valor estratégico do Sector Empresarial do Estado. Com o estrangulamento financeiro pelo Governo de grandes empresas enquanto nacionalizadas e a acusação de não rentabilidade e depois o seu saneamento financeiro à custa do Estado para as entregar rentáveis aos capitalistas. Com o desmembramento de grandes empresas de forma a separar a carne do osso, dar a carne ao capital privado e guardar o osso para o Estado. E segue a história.

É necessário continuar o combate contra a reconstrução e restauração do capitalismo monopolista, contra a destruição do Sector Empresarial do Estado e em defesa da economia nacional.

Escândalo nacional é a descarada e feroz política de classe conduzida pelo Governo que para servir o grande capital e fazer avançar o processo restauracionista, liquida direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.

O desemprego, os despedimentos, a nova vaga de salários em atraso, a precarização do emprego, os excedentários, as empresas empregadoras, a inadaptação, os períodos experimentais, a chamada flexibilização dos horários de trabalho, as pensões de miséria, a tentativa de imposição de um sistema de «concertação social» comandada pela dupla Governo/capital com o colaboracionismo da UGT, contam-se na panóplia de armas novas e velhas para agravar a exploração dos trabalhadores, para que seja assegurado o aumento dos lucros e a concentração e acumulação de capitais.

A par da liquidação de liberdades e direitos, a política social do Governo é submetida à onnipotência e à omnipresença do critério do lucro tanto pela privatização de serviços sociais, como pela aplicação de critérios semelhantes em serviços-públicos de que são exemplos recentes as taxas moderadoras e o aumento das propinas.

É necessário continuar infatigavelmente dia a dia o combate em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, pelo melhoramento das suas condições de vida.

Escândalo nacional é todo o processo de perversão do regime democrático, pela destruição passo a passo de muitos dos seus elementos essenciais.

Está-se instalando, instaurando e institucionalizando um regime de partido único no poder com um chefe intolerante e autoritário, com constante abuso do poder, com a governamentalização progressiva das instituições, com a liquidação da independência dos tribunais, com a partidarização do aparelho do Estado, com novas polícias secretas e serviços de informações, com a redução dos direitos da oposição, com extinção de mecanismos de fiscalização da acção governativa, com o apossamento universal e a manipulação dos grandes meios de comunicação social - num caminho de cariz totalitário e ditatorial.

Todos estes graves golpes contra a democracia política esclarecem o perigoso caminho da sua perversão.

Mas factos que em si parecem menores, põem ainda mais a nu ideias e propósitos inconfessáveis subjacentes à política de Cavaco e do PSD. São factos que podemos classificar como afloramentos da verdadeira mentalidade daqueles que actualmente detêm o

poder. Porque assim é, não devemos permitir que sejam reduzidos a pequenas «gaffes» e sejam rapidamente esquecidos.

A concessão de pensões a agentes da ex-PIDE por «serviços excepcionais e relevantes prestados ao país» (para mais quando era recusada uma pensão a um dos capitães de Abril) não se pode considerar uma «gaffe» nem uma distorção. Foi o Primeiro-Ministro Cavaco Silva que assinou tal decisão e ninguém pode acreditar que tenha assinado de cruz sem saber o que fazia.

O Primeiro-Ministro deveria responder claramente a algumas perguntas inteiramente legítimas. Ao atribuir pensões aos ex-pides, o que considera o Primeiro-Ministro serem «serviços excepcionais e relevantes prestados ao país»? A espionagem política? As perseguições aos antifascistas? As prisões? As brutais torturas nos interrogatórios em alguns casos até à morte? Os assassinatos a tiro? Desafiemos o sr. Primeiro-Ministro a responder a estas perguntas. Pois, por este andar, se tão perigoso caminho não é interrompido, qualquer dia quererão condecorar os fascistas de antigamente por relevantes serviços à pátria e condenar os antifascistas que lutaram pela liberdade por terem infringido a legalidade!

Outro facto revelador é a censura ao livro de Saramago. Escusam de disfarces e escusas. Também não foi «gaffe» de um sub-secretário. Foi um afloramento à superfície da mentalidade intolerante e totalitária de Cavaco e do Governo.

Qualquer destes factos, em si mesmo, é um escândalo nacional, mas um e outro são apenas episódios particularmente reveladores do grande escândalo nacional que consiste num outro facto maior de um homem e um partido que ascenderam ao poder segundo leis e princípios democráticos, estarem a destruir metódicamente a democracia.

É necessário continuar o combate em defesa palmo a palmo do regime democrático.

Escândalo, escândalo nacional para Portugal, que através dos séculos teve a sua independência como um valor inegociável, é a política de capitulação ante interesses estrangeiros prosseguida pelo Governo, política que está atando de pés e mãos a independência nacional.

A história é longa de tal capitulação. Na área económica em que o Governo está abrindo caminho ao domínio efectivo da economia nacional pelo estrangeiro. Na área da política externa em que o Governo, particularmente neste período da tão apregoada presidência portuguesa, dá cada dia novas mostras de agachamento, seguidismo e servilismo. Na área da defesa, com profundas repercussões nas Forças Armadas, em que a estratégia definida pelo Governo é a de integração na estratégia global da NATO e da UEO desprezando as características e necessidades específicas da defesa nacional e nomeadamente da defesa militar.

E aí temos, como acontecimento de actualidade particularmente revelador da situação a que o Governo está conduzindo a independência e a soberania nacionais, aí temos - sem que o Governo dê satisfações ao país, sem que se abra o debate nacional que o PCP reclama - a aceitação passiva do Tratado de Maastricht, Tratado da União Europeia, que comporta a transferência para instâncias supranacionais de competências das quais a independência e a soberania nacionais são inseparáveis. Entre elas, sendo ratificado o Tratado, passará a ser comum a política externa e de segurança certamente decidida não pelo Governo de Portugal nem implicando o seu acordo, mas pelos interesses, conluios e arranjos dos países mais fortes e mais ricos da CEE.

Se fosse ainda de admitir qualquer dúvida acerca do seguidismo e capitulação ante interesses estrangeiros e da forma como Cavaco e o seu Governo entendem os poderes supranacionais da União Europeia, a atitude que assumiram ante o voto contra Maastricht no referendo da Dinamarca constitui uma prova dos nove.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros primeiro, o Primeiro-Ministro depois, em farronca precipitada e imprópria, mais parecendo porta-vozes de serviço do eixo Bona-Paris que vozes autónomas portuguesas, proclamaram que o voto não da Dinamarca impediria a Dinamarca de continuar a ser Estado-membro, que Maastricht e a União Europeia iriam por diante sem a Dinamarca, deixando de ser a Europa dos Doze e passando a ser a Europa dos Onze!

Se se tiver em conta que a Dinamarca votou no exercício do seu pleno direito como membro da Comunidade, e que a ratificação por todos os Estados membros é, segundo o art.º R do próprio Tratado,



indispensável para que o Tratado entre em vigor, melhor se pode avaliar pelas palavras de Cavaco e do seu Ministro, o alcance do Tratado de Maastricht para a independência e a soberania de Portugal.

Vê-se que entendem a União Europeia de tal forma que, indo por diante, Portugal terá que dizer sim a tudo quanto venha a ser imposto pelos grandes da União, mesmo que contrário aos interesses portugueses e contra a vontade do nosso povo e sem garantir sequer previamente a concessão de importantes fundos estruturais como era seu dever querendo levar por diante a ratificação. Nesta situação, ao contrário do que pretende o Primeiro-Ministro deviam ser suspensos, para não dizer postos de lado, todos os processos em curso para a revisão da Constituição processos que têm em vista permitir a ratificação do Tratado que o PSD e o PS pretendem precipitar nas costas do povo português.

A posição do nosso Partido sobre Maastricht, para quem leia os nossos documentos e ouça as nossas declarações, tem sido suficientemente clara.

Parece entretanto ainda haver dúvidas na opinião pública. Parece que falta uma palavra, uma palavra essencial, independentemente de considerações e aspectos complexos de toda a problemática.

Apesar de dizermos com todas as letras que este Tratado, a ser ratificado, é contra os interesses de Portugal e do povo português e afectará gravemente a independência e soberania nacionais, ainda há pouco me perguntavam: «Mas afinal, o PCP é contra Maastricht? O PCP diz não a Maastricht?» Ora bem. **Se são estas palavras que faltam, eu aqui as pronuncio para que não haja equívocos: o PCP está contra Maastricht, o PCP diz não a Maastricht.**

Escândalo nacional é ainda a maré suja de escândalos em que está ensopada a acção do Governo, é a longa série de escândalos por casos de corrupção de gente do poder - escândalos de aposamento indevido de dinheiros públicos, de negociatas obscuras com familiares e clientelas, uma história ilustrada em termos de opinião pública com nomes bem conhecidos de membros do Governo e seus familiares, e seus amigalhões, e suas empresas - escândalos que, como é sabido, por vezes foram sujeitos a inquéritos parlamentares, mas que o Governo abafou com a voz cúmplice da maioria de que dispõe.

O Governo abafa tais casos, tudo faz para que sejam esquecidos. Mas, sendo marca da governação da direita, implica que a luta contra a corrupção seja também desenvolvida como luta contra o Governo de Cavaco e do PSD.

Apontando as grandes linhas da política do Governo como grandes escândalos nacionais, pode concluir-se que o escândalo dos escândalos é que têmamos, no Portugal democrático e independente, um Governo que está restaurando a exploração e domínio e poder dos monopólios, pervertendo a democracia e comprometendo gravemente com a sua política a independência nacional.

Nós desenvolvemos a luta contra a política do Governo em todas as frentes. Sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, resistimos à sua acção. Intervimos na vida nacional com uma acção construtiva e damos uma contribuição directa para a solução de muitos problemas existentes. Fazemos propostas. Apontamos caminhos.

A grande questão política que se coloca é a substituição do Governo de Cavaco e do PSD, é uma alternativa democrática à política actual.

### III

## 7 condições necessárias para uma alternativa

Se, usando a caracterização do Primeiro-Ministro apontamos uma síntese de 7 grandes escândalos nacionais que caracterizam as grandes linhas de força da política do Governo e que justificam a necessidade em termos nacionais de lhe dar combate e colocam a necessidade de uma alternativa, podemos também apontar **7 condições necessárias para que uma alternativa se venha a concretizar.**

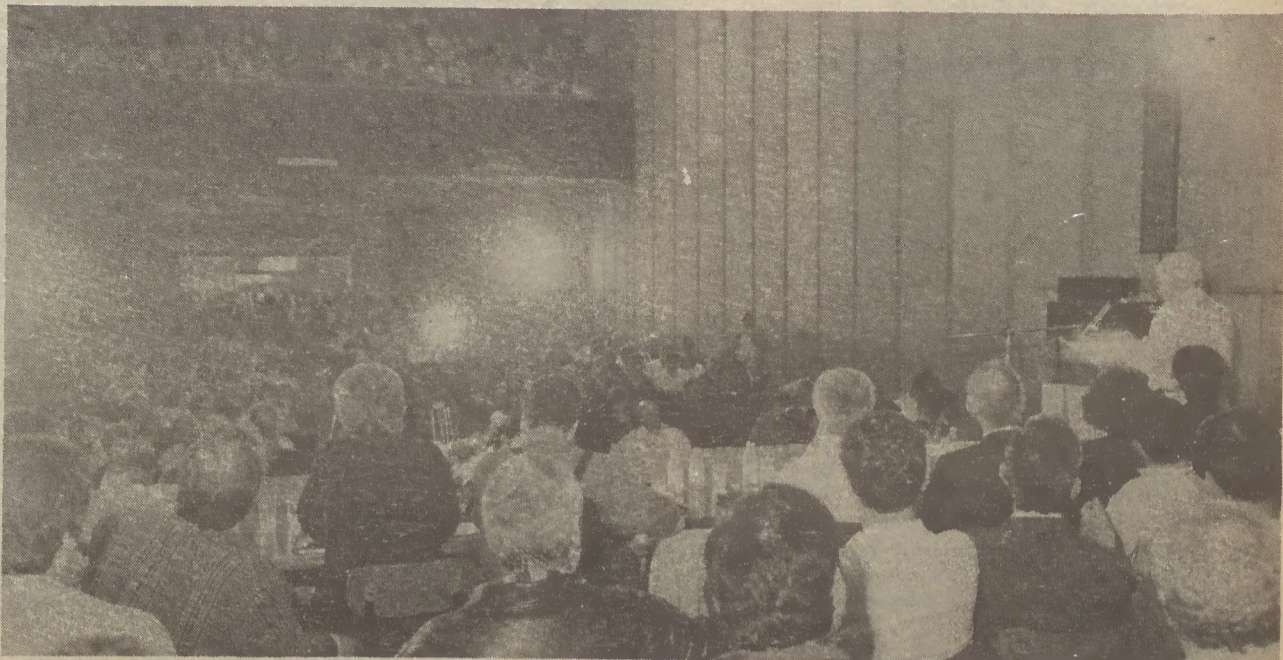
É condição para uma alternativa, a **resistência e oposição constante e coerente à política do Governo.**

O avanço da política antidemocrática do Governo PSD em todos os seus aspectos tem-se desenvolvido progressivamente, num processo contínuo mas irregular, mais rápido e agressivo quando a resistência que encontra é mais débil, obrigado a recuar quando encontra pela frente uma oposição firme, coerente e decidida.

Oposição firme, coerente e decidida não se pode confundir com muitas palavras exaltadas, muito barulho voltado para a comunicação social, muitos adjetivos roçando o insultuoso, mas, ao mesmo tempo contemporizações, compromissos, identificação de posições, acordos, conluios com o Governo e com o PSD em questões fundamentais - como tem sido e se corre o risco de continuar a ser a prática do PS.

É nossa tarefa continuar a desenvolver a resistência e a luta contra a política do Governo, caso a caso, em todas as circunstâncias e em todas as frentes, sempre com os trabalhadores, sempre com o povo, com a certeza de que esta orientação e actuação do nosso Partido constitui um factor decisivo na resistência à política de direita, no desenvolvimento da luta popular e da oposição democrática.

É condição para uma alternativa, a **proposta e defesa de uma**



**política capaz de resolver os graves problemas que o povo português e Portugal defrontam neste findar do século.**

Há forças que se opõem ao Governo, mas que, nas suas posições e propostas políticas de fundo (revisão da Constituição, pacote laboral, leis eleitorais, submissão à supranacionalidade da CEE) coincidem e acabam por se entender com o Governo e com o PSD.

**Alternativa não se pode entender apenas como substituição do Governo actual por outro Governo com uma política muito próxima da actual, mas sim como substituição da actual política de direita por uma política democrática.**

E uma política democrática tem de afirmar-se, tanto nas grandes linhas programáticas, como nas propostas concretas que a cada momento sejam feitas para resolver problemas concretos.

Na acção diária do nosso Partido, nos documentos do Comité Central, Comissão Política e comissões especializadas, nos encontros, seminários, colóquios e debates que realizamos sobre praticamente todos os grandes problemas nacionais, nos numerosos projectos de lei que o nosso Grupo Parlamentar propõe na Assembleia da República, são apresentadas soluções para muitos dos mais graves problemas nacionais.

E a política que propomos ao nosso povo - uma democracia avançada no limiar do século XXI - contém (com pormenorizados desenvolvimentos, alguns dos quais importa actualizar) objectivos fundamentais: um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino, um Estado democrático, um desenvolvimento económico assente numa economia mista, uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo, uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz e cooperação.

É nossa tarefa não apenas dizer *não* à política antidemocrática do Governo, mas continuar (cada vez com mais rigor) a apresentar propostas concretas para solução dos graves problemas do povo e do país - que o Governo não só se mostra incapaz de resolver como em muito aspectos agrava.

É condição para uma alternativa, a **intervenção capacitada e firme nos órgãos do poder - designadamente na Assembleia da República e nas Autarquias - dos eleitos que se opõem verdadeiramente à direita e são fiéis aos objectivos e valores democráticos.**

A resistência e oposição ao plano de Cavaco Silva e do PSD de se apossar de todo o poder político, num sistema de partido único no poder tem necessariamente que desenvolver-se nos próprios órgãos do poder. Adquire particular importância para a defesa do regime democrático a defesa da interdependência e complementaridade dos órgãos de soberania; a resistência e iniciativa dos democratas na Assembleia da República apesar da maioria do PSD, para defender o papel constitucional da Assembleia contra as tentativas de reduzir ainda mais os direitos da Oposição; a reclamação do respeito pelas competências do Presidente da República e pela independência dos Tribunais; a defesa activa do poder local democrático.

É nossa tarefa travar pela acção política geral a luta contra tais planos do Governo, continuar a intervir criativamente na Assembleia da República através de valiosas iniciativas do nosso Grupo Parlamentar, desenvolver com redobrado empenhamento dos nossos eleitos um grande trabalho nas Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, sempre com as populações, nunca esquecendo que no próximo ano se realizam as eleições autárquicas, cujos resultados terão profundas repercussões em toda a vida nacional.

É condição para uma alternativa, o **desenvolvimento das lutas de massas, para o qual os movimentos e organizações sociais unitários desempenham papel determinante.**

As lutas de massas não só constituem em cada situação concreta um travão efectivo às medidas antidemocráticas do Governo e o caminho para alcançar satisfação de reclamações imediatas, como constituem uma verdadeira escola de esclarecimento e consciência política de vastos sectores sociais, e um factor de redução da base de apoio do Governo de direita.

O papel dos movimentos e organizações unitárias com particular relevo para o movimento sindical unitário e outros movimentos e organizações unitárias dos agricultores, de intelectuais, de qua-

drod técnicos, de jovens, de mulheres, de pequenos e médios comerciantes e industriais, de reformados, de deficientes e de outras classes e sectores sociais, assim como o movimento cooperativista e as múltiplas e diversificadas formas de associativismo popular, exige da parte do nosso Partido e dos nossos militantes uma acção que (no inteiro respeito e activa defesa em cada caso da autonomia, carácter unitário, vida democrática interna e fins específicos) contribua para que esses movimentos e organizações, na prossecução dos seus objetivos próprios, insiram a sua actividade na defesa dos interesses populares e dos valores democráticos.

Pela sua natureza popular, estes movimentos e organizações são objecto de fortes ataques com vista a neutralizá-los ou enfraquecê-los como força e valores do povo e da democracia. A CGTP é no momento actual alvo de pressões e ataques concertados para que, perdendo características essenciais, deixe de ser a grande central sindical unitária, combativa e coerente dos trabalhadores portugueses.

É nossa tarefa, **contribuir pela acção constante e empenhada dos nossos militantes para o reforço dos movimentos e organizações unitários de massas, com plena consciência de que, por muitas voltas que a situação dê, por muito irregular e sinuosa que seja a evolução política, será o povo que acabará por decidir do seu destino.**

É condição para uma alternativa a **unidade ou pelo menos a convergência de acção das forças democráticas.**

A experiência mostra que a divisão dos democratas tem sido uma das causas fundamentais da instalação e continuação da direita no poder. A experiência mostra que o colaboracionismo do PS com a direita em numerosos aspectos da sua política constitui uma contribuição directa para o reforço da direita no poder. A experiência mostra que a estratégia bipolarizadora e a sistemática atitude de hostilidade e combate ao PCP como elemento da estratégia do PS enfraquece a esquerda no seu conjunto e tira a credibilidade a uma alternativa.

Numa tal situação, qual é a justa orientação de todos os democratas? E dado o carácter antinacional da política do Governo, podemos também dizer de todos os patriotas portugueses? Parece inquestionável que a justa orientação é, não colar-se a Cavaco e ao Governo em aspectos fundamentais da sua política antidemocrática (como está fazendo o PS), não colaborar com Cavaco e o Governo numa série de questões vitais para a democracia, para o povo, para o país, não dar a Cavaco e ao Governo na Assembleia da República os dois terços dos votos que não têm para levarem por diante os aspectos mais gravosos do seu plano restauracionista, mas unirem-se ou convergirem no combate ao Governo, **dando com a unidade ou convergência credibilidade à proposta de uma alternativa.**

O nosso Partido ao mesmo tempo que critica atitudes do PS que só servem a direita considera sua tarefa **continuar a agir para abrir caminho tanto no imediato como na perspectiva futura à unidade ou convergência dos democratas portugueses.**

É condição para uma alternativa a **evolução da oposição social e política ao Governo de direita numa opção de voto em futuras eleições.**

A experiência mostra que ante decisões e medidas que os atingem directamente, participam nas movimentações sociais vastíssimos sectores sociais que anteriormente votaram no PSD. Quando em luta milhares de portugueses e portuguesas dizem convictamente que nunca mais se deixarão enganar, que nunca mais votarão em Cavaco e no PSD. A verdade é que em 1987 e em 1991 centenas de milhar de eleitores se deixaram uma vez mais enganar.

Agora, ante a onda de descontentamento e a grande movimentação social, é caso para perguntar quantos trabalhadores que sofrem o desemprego, a precarização, salários em atraso, a liquidação de direitos fundamentais, quantos agricultores que sofrem as consequências da aprovação pelo Governo da Política Agrícola Comum da CEE, quantos jovens vítimas da PGA e do aumento das propinas, quantos professores na defesa dos seus direitos, quantos magistrados na defesa da independência da justiça, quantos reformados vítimas de pensões insuficientes, quantos deficientes desprezados na sua sorte, quantos guardas da PSP e membros de outras forças aos quais se restringe a actividade associativa, quantos coronéis e outros militares que vêem ferida a sua dignidade e

legítimos direitos, quantos desses portugueses e portuguesas que agora com tanta consciência e coragem se erguem na luta contra o Governo, quantos não se deixarão novamente enganar e não acabarão por votar novamente no PSD e no Governo.

**Existem indícios significativos de redução da base de apoio do Governo e do PSD.** Não só a ampla e diversificada movimentação social em curso, mas a perda de posições em organizações unitárias, como é o caso bem significativo das Associações de Estudantes, onde a JSD depois de muitos anos de vitórias tem sido derrotada em sucessivas eleições.

É nossa tarefa **continuar a apoiar activamente, a estimular, a promover e a organizar a luta popular** na base de interesses concretos e de reclamações imediatas e ao mesmo tempo **continuar a batalha de esclarecimento e consciencialização para preparar a derrota eleitoral da direita nas eleições futuras.**

É condição necessária para uma alternativa **um PCP forte, unido, com profundas raízes e empenhados apoios dos trabalhadores e das massas populares, com a sua identidade própria, partido que, digno da sua luta passada, é e quer continuar a ser um partido comunista.**

## IV A 3ª Assembleia da ORP

Camaradas:

A Assembleia dedicou grande atenção a toda a diversificada e complexa problemática relativa ao reforço do Partido. Definiu orientações. Tomou decisões.

Gostaria de me referir, embora muito brevemente, a algumas das questões que as análises e decisões da Assembleia confirmam estarem na ordem do dia.

**Primeira observação: a composição social do Partido.**

Os dados relativos à Organização Regional do Porto mostram que 57,3% dos membros do Partido são operários industriais, 0,9% operários agrícolas e pescadores, 5,5% de intelectuais e quadros técnicos, 0,5% agricultores.

É justo estarmos insatisfeitos acerca da baixa percentagem de intelectuais e agricultores apesar de que o Partido conta nestes sectores valiosas organizações e valiosos e influentes quadros. Mas não há razões para insatisfação e antes pelo contrário pelo facto de os números confirmarem o Partido como **partido do operariado e de todos os trabalhadores, traço característico da sua natureza e da sua política.**

**Segunda observação: a flexibilidade da organização e a definição de membros do Partido.**

A Assembleia sublinhou muito justamente que a estruturação e o funcionamento da organização devem ser flexíveis, tendo em conta as condições concretas existentes.

Sublinhando que os membros do Partido mais activos (cerca de 10% do total) estão integrados em organismos com funcionamento regular, a Assembleia referiu entretanto outras formas de organização como plenários, reuniões amplas de militantes, debates, encontros, seminários, comissões e grupos de trabalho, comícios, etc.

Esta situação, que se verifica em linhas gerais em todo o Partido, tem levantado a questão de considerar se sim ou não se deve procurar uma nova definição (no actual artº8 dos Estatutos) do que é ser membro do Partido.

Trata-se de questão que cabe examinar na preparação do nosso XIV Congresso.

Não nos inclinamos para que se institucionalizem classificações que levem a não considerar como membros do Partido, ou como membros de 2ª classe, a grande massa de camaradas que, não integrando os organismos com funcionamento regular, participam em formas mais flexíveis de organização e acção e em iniciativas de ordem muito diversa com vontade e empenhamento e dando valiosa contribuição à actividade do Partido.

**Temos de fazer um grande esforço de estruturação e de responsabilização, mas temos também de continuar a procurar fundir todas essas situações, posicionamento e formas de intervenção no grande colectivo comunista que é o nosso Partido.**

**Terceira observação: a Direcção e a sua estrutura.**

A Assembleia aprovou e decidiu uma nova estrutura e funcionamento da Direcção Regional.

A constituição de um Conselho Regional, o elevado número dos seus membros por inerência e as suas competências constituem uma experiência nova e original. Outras organizações regionais têm adoptado critérios e soluções diversas sobre esta matéria.

Realizando-se este ano o nosso XIV Congresso, **teremos de definir colectivamente o grau desejável e necessário de diversidade de estruturação e de funcionamento da Direcção e alguns critérios e princípios unificadores comuns a todo o Partido.**

**Quarta observação: o número e percentagem de mulheres.**

Os 20,5% de membros do Partido na ORP representam uma ligeira melhoria. Melhoraria entretanto insuficiente e que as condições sociais e a organização da vida social (que criam dificuldades reais à actividade militante das mulheres) só por si não explicam.

Insuficiente também a percentagem de mulheres como delegados à Assembleia (17%). E as mulheres eleitas para o Conselho Regional (16% - 7 mulheres em 44).

É porém bom índice da orientação da ORP, o facto de serem mulheres 25% (8 em 32) dos camaradas eleitos para a DORP. Saudamo-las e felicitamo-las com inteira confiança.

A vida mostra (e na Assembleia foi correctamente sublinhado) que as mulheres se contam sempre entre as primeiras linhas de

combate e que as suas aptidões e capacidades são iguais às dos homens.

**Temos por isso de continuar o esforço e o trabalho para que mais mulheres venham ao Partido e para que no Partido assumam maiores responsabilidades.**

**A quinta: a composição etária.**

A evolução não é positiva. Mas não devemos fazer uma leitura apressada dos números.

Uma observação a fazer (e ela é válida para todo o Partido) é a própria classificação de um escalão dos 30 aos 50 anos, que merece ser reconsiderada pois abrange um grande número de quadros jovens.

Outra observação resulta do facto de a última Assembleia se ter realizado há 8 anos e portanto grande número de militantes ter passado do escalão de «até aos 30 anos» para o escalão «dos 30 aos 50».

O problema não é naturalmente o andar dos anos dos que já são membros do Partido. O problema é que não se verificam suficientes e compensadoras filiações de jovens no Partido.

São entretanto de citar dois factos promissores, que, embora com diferenças regionais, se registam um pouco por toda a parte.

Um é um acréscimo por vezes muito significativo de inscrições de jovens no Partido.

Outro é uma manifesta dinamização da JCP particularmente em algumas regiões, o brotar de novos activistas (rapazes e raparigas), o arranque para a iniciativa, a afirmação de um estilo próprio e criativo de actividade e um considerável avanço na ligação da JCP com as massas juvenis que se traduziu com nitidez na luta contra a PGA e contra o aumento das propinas e na já considerável série de vitórias de listas unitárias em Associações de Estudantes.

A 3ª Assembleia tem razões para saudar calorosamente a «JCP, juventude do PC».

**Última observação: a ligação do Partido às massas.**

Muito justamente, a Assembleia dedicou grande atenção a este aspecto fundamental da natureza, das características, da experiência e da actividade do nosso Partido.

A Assembleia sublinhou (e interessa repeti-lo) que no distrito do Porto há mais de 300 000 trabalhadores na indústria e construção civil e outros 300 000 nos serviços e administração pública, que nestes sectores se situam 80% dos militantes da ORP, que «muitas e muitas centenas» (estas são as palavras da Resolução Política) são dirigentes e activistas das estruturas unitárias dos trabalhadores, que outras «muitas e muitas centenas» participam activamente nas Associações Populares e que a CDU conta com cerca de três centenas de eleitos nos órgãos autárquicos.

A Assembleia apontou como uma das mais importantes tarefas a actividade dos comunistas nos movimentos e organizações de massas - dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais, da juventude, das mulheres, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados e deficientes.

Acabo de dizer tarefas «importantes». Mas não são apenas importantes - são vitais.

Vitais para defesa dos interesses do povo e do país. Vitais para defesa da democracia. Vitais para a **ligação do Partido às massas e o apoio de massas ao Partido - elementos essenciais da força do Partido e da sua intervenção na vida nacional.**

Camaradas:

Os trabalhos da 3ª Assembleia da ORP, a par dos seus objectivos específicos, insere-se na **preparação do XIV Congresso do Partido.**

Todo o Partido é chamado, todas as organizações e militantes são chamados a dar a sua contribuição para que o XIV Congresso **dê resposta aos novos problemas e desafios** resultantes das alterações profundas na situação mundial com o desmoronamento da

URSS e dos países do Leste da Europa, e do perigoso avanço da política antidemocrática do Governo de direita.

Condições objectivas e subjectivas exigem **uma mais profunda renovação** das análises, das orientações, dos objectivos programáticos, dos métodos de organização e informação, das formas de ligação às massas, da estrutura e funcionamento democrático, da acção e composição da Direcção.

Mas que não se iludam (não continuem a iludir-se) aqueles que gostariam que este Partido passasse a ser **outra coisa** - uma coisa como alguns que, quando cá dentro, queriam que ele fosse e que agora lá fora mostram melhor o que seria.

A actividade diária do Partido, as Assembleias, os numerosíssimos debates, encontros de quadros, seminários e colóquios que marcam a actual dinâmica partidária, assim como a intervenção do Partido na vastíssima movimentação social em curso, indicam com clareza que **o PCP, por vontade dos seus militantes, quer continuar a ser um partido comunista digno deste nome.**

Um partido dos trabalhadores mas também das classes e camadas antimonopolistas. Um partido defensor da democracia e portador de um projecto de aprofundamento do regime democrático nas suas quatro vertentes: económica, social, política e cultural. Um partido que tem como objectivo no seu horizonte a construção de uma sociedade nova, uma sociedade socialista redefinida pela nossa experiência própria e tendo em conta as lições do fracasso de um modelo que se afastara de alguns dos ideais sempre afirmados pelos comunistas. Um partido com uma teoria que, tendo brotado do pensamento e da vida responde à vida com criatividade. Um partido que concebido e realizado como um grande colectivo está determinado a aprofundar a rica experiência da sua democracia interna. Um partido nascido do povo e da nação portuguesa, um partido patriótico e, ao mesmo tempo e sempre, solidário com os companheiros de luta, os trabalhadores e os povos dos outros países, e referindo apenas alguns sem entretanto esquecer nenhum, solidário com Cuba, com o ANC e a luta contra o *apartheid*, com a OLP e a luta pelos justos direitos do povo palestino, com o povo maubere contra aqueles que o querem entregar à Indonésia, com todos aqueles que no mundo mantêm convicções, lutam e confiam no futuro, e por isso estamos reforçando e alargando as relações internacionais de amizade e cooperação com partidos comunistas e outras forças revolucionárias de numerosos países.

Tem-se dito com verdade que, se o nosso Partido não existisse, a situação dos trabalhadores, do povo, do país, seria incomparavelmente pior. Que liberdades, direitos, progressos sociais são inseparáveis da luta dos comunistas.

É **nossa tarefa**, não só defrontar e vencer dificuldades e obstáculos, não só superar soluções não ajustadas às realidades e às necessidades, mas **reforçar o partido em todos os aspectos da sua vida e da sua actividade.**

Não basta porém esta constatação de carácter histórico. É necessário alcançar e reforçar a consciência nacional de que o PCP respondendo sim com criatividade aos novos problemas, às novas situações, aos novos desafios, mas mantendo as suas convicções mais profundas que são a sua própria razão de ser ao longo de 71 anos de existência, é (como insistimos) para o povo, para o país, para a democracia, para a independência nacional, um partido necessário, indispensável e insubstituível.

Partido com um passado de que os comunistas se orgulham, e com um presente que se insere na sociedade como uma garantia dos melhores valores populares, democráticos e nacionais, partido que, **não como justificação de ordem moral, mas como convicção de ordem política, confia no futuro, porque confia em si próprio e confia nos trabalhadores e no povo português.**

**Viva a 3ª Assembleia da Organização Regional do Porto!  
Viva o Partido Comunista Português!**



# Agrava-se situação social na zona oriental de Loures

O organismo de direcção da zona oriental de Loures do PCP, reunido no CT de Sacavém, manifesta a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores da OLAIO e à exigência do imediato levantamento do processo disciplinar instaurado aos membros da comissão de trabalhadores, na sequência de várias acções de intimidação, feitas pela administração e denunciadas pela CT.

Na análise da situação social, aquele organismo do PCP refere ainda o caso da SAAL, onde impera a ameaça de encerramento da empresa, os despedimentos e os salários em atraso. Na TRIFILARIA e na CAVAN, desde o início do ano que as respectivas administrações apostaram na tentativa de impor aumentos salariais baixos e recusar o diálogo e a negociação com os trabalha-

dores. Contudo, depois de 12 horas de greve, plenários e acções várias de informação da opinião pública, os trabalhadores forçaram a negociação e conseguiram aumentos superiores aos propostos pela administração.

Discriminações salariais verificam-se também no grupo FIMA/LEVER/IGLO, que conduziram já a uma greve na LEVER, enquanto, na COVINA, sabe-se que a administração pretende convidar a visitar a empresa o ex-accionista Tomé Feteira, que «simboliza os anos negros do fascismo, da exploração e repressão dos trabalhadores».

Os comunistas alertam igualmente para os «gravíssimos e caóticos problemas de trânsito e acessibilidades que constituem um drama diário para os mais de 100 mil residentes no eixo de Sacavém/Santa Iria da Azóia».

O PCP afirma que «insensível às reclamações da população, às propostas da Câmara Municipal e das juntas de freguesia, o Governo continua mudo relativamente às soluções que urgem». Estas passam pela construção da CRIL, pela execução do acesso à auto-estrada do Norte entre a Bobadela e Santa Iria da Azóia e do alargamento das passagens inferiores naquela via, pela abolição da portagem de Sacavém, o prolongamento da marginal do Tejo até à estrada nacional nº10 na Bobadela e a construção de uma nova ponte sobre o rio Trancão.

A organização da zona oriental de Loures exige ainda a intervenção do Governo e a garantia de alternativa de habitação para as mais de 600 pessoas ameaçadas de despe-

jo em Camarate, no Lar Panorâmico.

A defesa do meio ambiente esteve também em foco na reunião do organismo do PCP, que acusa o Poder Central de nada fazer para a despoluição da Bacia do Trancão, no que a CM já investiu 1,7 milhões de contos, enquanto o Ministério do Ambiente mantém bloqueada há meses a assinatura do contrato-programa dos sistemas de esgotos de S. João da Talha.

Por último, a reunião fez ainda um balanço da actividade do Partido na zona, destacando a realização de debates sobre política internacional, em Moscavide e S. Iria da Azóia, sobre habitação, em Camarate, sobre trânsito e as acessibilidades e sobre ensino, ambos em Sacavém. Entretanto estão já anunciadas outras iniciativas para os meses de Junho e Julho

# Assembleias de organização no distrito de Évora

Com o objectivo de reforçar a organização no distrito de Évora, o PCP tem desenvolvido uma intensa actividade, de que ressalta a recente assembleia concelhia do Alandroal, reunindo mais de 150 delegados e convidados. Os presentes analisaram o trabalho partidário no concelho e aprovaram as principais linhas de acção futura, onde é dada particular atenção ao trabalho autárquico e ao desenvolvimento da região.

O concelho do Alandroal fica situado numa zona de

grande desertificação, agora agravada pelas medidas da nova PAC, segundo referiu Raimundo Cabral, que abordou vários aspectos da realidade regional e as consequências nefastas da política do PSD, na intervenção de encerramento dos trabalhos.

Também em Nossa Senhora de Machede, situada na periferia de Évora, teve lugar a 2ª Assembleia da Organização que debateu o reforço do Partido e da sua ligação à população da freguesia. No

final, realizou-se um animado convívio, no qual participaram várias dezenas de camaradas e amigos. Na iniciativa interveio Silvina Miranda da Comissão Concelhia de Évora.

A DOREV informa ainda que, no âmbito da sua política de descentralização, o executivo regional reuniu em 1 de Junho passado, em Montemor-o-Novo, tendo aproveitado a deslocação para visitar a obra municipal e à noite realizar reuniões de militantes em Montemor-o-Novo, Lavre, Foros de Vale Figueira e Escoural, o que permitiu contactar directamente com 200 militantes.

## Dia da Criança

O Dia Mundial da Criança, comemorado a 1 de Junho, foi tema para um conjunto de actividades promovidas pela CM de Évora, entre 20 de Maio e 5 de Junho. O ponto alto desta iniciativa ocorreu no passado dia 1, na Praça do Giraldo, onde mais de 4 mil crianças de cerca de 40 escolas e jardins de infância participaram numa grande festa-espectáculo, ali organizada.

Na ocasião, o presidente da Câmara dirigiu algumas palavras à pequenada, que foram bem recebidas e muito aplaudidas. Refira-se que a CM efectuou ainda uma visita ao Hospital distrital, onde ofereceu lembranças às crianças internadas.

# JCP faz balanço de campanha

A Comissão Distrital de Leiria da JCP divulgou uma nota à imprensa que faz uma análise da campanha nacional sobre os direitos dos jovens trabalhadores, a decorrer até ao próximo dia 15.

A organização refere que, neste período, foi privilegiado o contacto directo com jovens dos sectores metalúrgico, de molde, vidro, cerâmico, construção civil e outros, sendo distribuído material vário e efectuado um inquérito.

Das conclusões deste trabalho, os jovens comunistas apontam o encerramento de empresas, caso da FEIS, fábrica escola com mais de 200 anos, os despedimentos colectivos na Manuel Pereira Roldão, e a perspectiva de mais desemprego nas principais indústrias do distrito.

Os dados recolhidos pela JCP indicam que o acesso ao mercado de trabalho é por regra caracterizado por vínculos precários, nomeadamente «contratos a prazo, à hora, ao quilo e a recibo verde».

Os baixos salários atingem também em especial a juventude trabalhadora na generalidade dos sectores, obrigando-a a recorrer às horas extraordinárias.

O inquérito revela ainda que «a grande maioria» das entidades empregadoras «não respeita os direitos fundamentais», limitando a acção sindical, o direito à greve e pondo em causa o cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante.

Por fim, a JCP denuncia que os jovens que frequentam os programas ocupacionais, Ijovip são utilizados como mão-de-obra praticamente gratuita nas empresas e que os objectivos destas acções não são cumpridos.

# Aos visitantes da Feira do Livro

O organismo de direcção do sector de artes e letras da ORL do PCP distribuiu um comunicado aos visitantes da feira do livro em que lança um aviso: «tenha cuidado! O Governo de Cavaco Silva anda por aí: Santana Lopes, Sousa Lara, Maria José Nogueira Pinto, mais alguns «laranjas», pseudogestores, boys e girls, para porem a cultura na ordem, na ordem deles».

O texto faz várias críticas ao PSD que acusa, nomeadamente, de tentar desresponsabilizar o Estado do desenvolvimento cultural, acentuar o dirigismo, reduzir a cultura a indústrias de produtos culturais que sirvam mercados e regras ditadas por grupos económicos, usar o aparelho de Estado para promover a censura à criação artística e literária.

O comunicado aborda ainda as razões da reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e apresenta as principais propostas do PCP em defesa de «uma outra política cultural».

O sector de artes e letras do PCP saúda, por último, «todos quantos se batem pela democracia cultural (...) que entendem e praticam a cultura como factor de transformação, reflexão e transformação da vida».

## Nota do gabinete de imprensa

# PCP apoia a luta dos polícias

O gabinete de imprensa do PCP divulgou uma nota, a propósito da manifestação de polícias ocorrida na quinta-feira da semana passada, que passamos a transcrever:

«A grande e combativa manifestação de apoio ao sindicalismo policial, que teve lugar em Lisboa, convocada por sindicatos da CGTP, da UGT e independentes e que contou com a presença de largos milhares de pessoas, na sua grande maioria agentes da PSP de todo o país, veio provar uma vez mais, que, nesta matéria, o Governo do PSD está politicamente isolado na sua teimosia em recusar aos polícias o direito ao sindicato.

O Governo PSD/Cavaco Silva que, em 21 de Abril de 1989, reprimiu brutalmente os polícias, chocando os sentimentos democráticos dos portugueses e expondo ao mundo a sua verdadeira face, mantém hoje a recusa do sindicato dos polícias, enquanto se nega a negociar com a sua Associação legalmente representativa, a ASPP, por esta não ser um sindicato.

O Governo demonstra assim a sua hipocrisia e introduz, numa área tão sensível como as Forças de Segurança, perigosos factores de desestabilização.

O Governo não cumpre sequer a legislação que rege os actuais direitos associativos dos polícias e ainda recentemente proibiu uma reunião da ASPP, enquanto o Comando da PSP impedia a afixação de propaganda e o desenvolvimento da normal actividade associativa.

O Ministério da Administração Interna (MAI) de Dias Loureiro, durante todos estes meses, em que exerceu com enorme dinâmica mediática as suas funções, não conseguiu agendar uma reunião com a ASPP e informar-se dos problemas e reivindicações dos agentes da PSP.

O PCP, que sempre apoiou o direito ao sindicato e a luta dos polícias, expressa a sua absoluta condenação da política do Governo nesta matéria, exige do MAI que inicie um diálogo sério na procura de soluções para os problemas dos polícias e da PSP.

O deputado João Amaral, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, apresentou, no passado dia 2 de Junho, na Assembleia da República, um requerimento ao MAI para que esclareça a sua cobertura às acções ilegais contra os direitos associativos dos polícias e as suas intenções relativamente ao sindicalismo policial.

O PCP, nesta oportunidade, torna pública, uma vez mais, a sua disponibilidade para, na Assembleia da República, em conjunto com outras forças políticas nacionais, garantir aos polícias portugueses os direitos sindicais e a satisfação da suas principais reivindicações.

# Feira das Velharias em 5ª edição

A 5ª edição da Feira das Velharias de Viana do Castelo, realizada pela DORVIC do PCP, terá lugar nos próximos dias 12, 13 e 14 de Junho, no Jardim D. Fernando.

A organização anuncia que este ano terão presença especial na iniciativa as louças de vidro e porcelana, para além de várias outras novidades.

Como já aconteceu no ano anterior, o espaço da feira está aberto a todos os que queiram expor e comerciar os seus objectos. A DORVIC adianta ainda que está previsto um local destinado à animação cultural, onde serão promovidas várias iniciativas, entre as quais, na noite do dia 12, uma sessão de jogos de computador, em ecrã gigante, e no dia 14, pelas 17 horas, a actuação do grupo de música popular portuguesa «Cantares da terra».

## CAMARADAS FALECIDOS

### ALBINO PEREIRA

Faleceu recentemente Albino Mendes de Carvalho Pereira, que contava 74 anos. Enfermeiro de profissão, Abílio Mendes era um ex-preso político e estava organizado no sector da Saúde, na célula do Hospital Júlio de Matos, sendo ainda activista da célula de Agualva-Cacém.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



# Quadros da ORL debatem intervenção nas comissões de trabalhadores

Com a participação de mais de 80 camaradas, realizou-se no passado dia 30, no CT Vitória, um encontro de militantes do Partido com actividade no movimento das comissões de trabalhadores do distrito de Lisboa.

Durante toda a tarde daquele sábado foram analisadas questões como os efeitos da precarização e da redução de efectivos na eleição e no funcionamento das comissões de trabalhadores, a acção das CTs nas empresas e sectores desmembrados

e privatizados, as orientações e perspectivas dos comunistas nas CTs e nas comissões coordenadoras.

O debate "não só permitiu uma avaliação aprofundada da situação, como a definição de medidas e tarefas que estão colocadas na ordem do dia" - como refere Jerónimo de Sousa, da Comissão Executiva Nacional do CC, num depoimento para o "Avante!".

Jerónimo de Sousa, que é deputado e coordenador da CIL (coordenadora das CTs

da cintura industrial de Lisboa), nota que "na resolução do encontro é destacada e valorizada a crescente afirmação das listas unitárias onde participam os militantes comunistas, que se traduz num elevado capital de confiança dos trabalhadores nas CTs unitárias para a defesa dos seus interesses de classe". Entre as conclusões do encontro, regista "o papel de direcção política das células de empresa, a luta pela defesa do sector empresarial do Estado (ligada à defesa dos

direitos concretos dos trabalhadores), a valorização da cooperação e do carácter complementar das CTs e do movimento sindical unitário, a necessidade de exercer os direitos constitucionais e legais das CTs como melhor forma de defender esses mesmos direitos".

"Destacada também foi a necessidade de travar uma grande batalha de esclarecimento e de mobilização dos trabalhadores face às ameaças ao direito à greve que o Governo, o patronato e a

direita procuram concretizar por via legislativa".

Na intervenção política com que encerrou o encontro, José Casanova, da Comissão Política, realçou que as CTs constituem, a par do movimento sindical unitário, um precioso instrumento de intervenção democrática dos trabalhadores a nível da empresa, para a defesa dos seus direitos e para a elevação da sua consciência de classe e da sua unidade.

Considerando que a ofen-

siva contra as CTs se insere numa ofensiva mais vasta contra a organização dos trabalhadores e contra as realizações, valores e transformações democráticas, nos planos político, económico, social e ideológico, em que o Governo e o grande patronato estão empenhados, José Casanova sublinhou que "potenciar esse capital de confiança dado pelos trabalhadores às listas unitárias, através do trabalho, da acção e da luta, é uma tarefa importante dos comunistas".

## Serviços de saúde encerram em Aveiro

«A visão negociada e economicista do Governo, ao procurar converter os serviços de saúde em negócios lucrativos nas mãos de entidades privadas e ao reduzir despesas essenciais nos serviços a cargo do Estado, está a ter novos desenvolvimentos com o encerramento e limitação de horários de funcionamento dos serviços de saúde em vários pontos do distrito de Aveiro», denuncia o executivo da DORAV do PCP, num comunicado recentemente divulgado.

Os comunistas afirmam que foi já encerrado o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) nocturno do Centro de Saúde de Águeda e consta ser intenção da Administração Regional de Saúde de Aveiro (ARSA) fechar também os SAPs de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Murtosa, Sangalhos, Sever do Vouga e Vale de Cambra, bem como internamentos dos Centros de Saúde que ainda os possuem.

A DORAV recorda que estas medidas, «gravemente lesivas das populações, vêm no seguimento de outras não menos graves, como é o caso da redução da área abrangida pelo Hospital Distrital de Aveiro e da privatização de alguns dos seus serviços, de se ter acabado com os internamentos em Sever do Vouga, encerrado a maternidade em Castelo de Paiva, de se desactivar progressivamente o hospital e se adiar a construção do novo Centro de Saúde de Oliveira do Arda - C. Paiva».

A perspectiva de encerramento nocturno dos SAPs está a gerar o justo e forte repúdio das populações, dos profissionais de saúde e das autarquias locais, sendo ainda de salientar as moções e votos de protesto de diversos órgãos autárquicos, caso de Anadia, Castelo de Paiva e Sever do Vouga, bem como a acção de protesto dos médicos do Hospital de Arouca.

Face à onde de protestos

gerada no distrito, o actual presidente da ARSA veio a público negar que esteja projectado o encerramento dos SAP durante a noite, dizendo que tal só acontecerá, como aliás se vaticina, se não houver no distrito médicos disponíveis. O PCP comenta esta declaração como, «no mínimo, se tratar de uma má desculpa para camuflar as verdadeiras intenções, pois, para além de serem os próprios médicos a condenarem tal perspectiva, é da competência do Governo garantir que haja meios humanos e técnicos para o funcionamento permanente dos Serviços de Atendimento».

A DORAV refere ainda que recentemente reunidos em Aveiro, os Serviços de Tuberculose e Doenças Respiratórias qualificaram a aplicação das taxas moderadoras como sendo um entrave imposto pelo Governo ao despiste e luta contra a tuberculose, doença que no nosso país tem um número de casos que quase iguala os países do Terceiro Mundo.

## Hospital recusa visita de deputado

O deputado comunista Luís Peixoto viu fracassada a programada visita ao Hospital da Figueira da Foz, solicitada pelo grupo parlamentar do PCP para o passado dia 1 de Junho, com a necessária concordância do Conselho de Administração do estabelecimento.

Contudo, quando Luís Peixoto chegou ao Hospital verificou que do Conselho de Administração apenas estava presente o enfermeiro chefe, que logo lhe disse não estar expressamente mandatado para, em nome do referido conselho, dialogar com o parlamentar comunista.

Não estavam, desta forma, reunidas as condições quer para o indispensável diálogo com o Conselho de Admi-

nistração, quer para a visita às instalações do Hospital.

Segundo afirma um comunicado da Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP, «esta visita inserem-se no conceito de disponibilidade do grupo parlamentar do PCP de permanentemente tomar contacto com as realidades nacionais, ouvir as opiniões quer dos trabalhadores em geral, quer dos gestores das instituições, no sentido de, através do exercício democrático nos órgãos de soberania de que faz parte, poder contribuir para o encontro das soluções políticas mais adequadas». Com o malogro deste encontro «é a população da Figueira da Foz e os utentes do Hospital Distrital que saem prejudica-

dos».

Para o PCP «os problemas relativos ao atraso de implementação do Plano Director do Hospital, as incapacidades de investimentos nos meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, o congestionamento dos serviços de urgência, os atrasos nos pagamentos aos fornecedores, etc., exigem uma conjugação de esforços no sentido de serem tomadas decisões políticas que correspondam aos interesses da população figueirense».

A Comissão Concelhia salienta que «apesar deste incidente, vai continuar a manter a disponibilidade para o diálogo e para a luta na defesa dos interesses da população do concelho».



No encontro foi destacada a crescente afirmação das listas unitárias nas eleições para as comissões de trabalhadores do distrito

## Juristas da ORL comentam pensões a ex-pides

A célula dos juristas da ORL do PCP emitiu um comunicado em que toma posição «face aos últimos desenvolvimentos do escândalo da atribuição de pensões a elementos da PIDE/DGS e ao anúncio por parte do Governo de que tenciona alterar a legislação reguladora destes casos».

Para estes juristas «o modo como o Governo coloca a questão de se alterar essa legislação não passa de uma manobra apostada em criar a confusão, face aos protestos vindos dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa, na sequência daquele escândalo».

Segundo o texto divulgado «nada obrigava o Governo, no quadro desta mesma legislação em vigor - e apesar de sem dúvida ela ser defeituosa - a conceder a responsáveis da antiga polícia política benesses com que resolveu premiar precisamente a sua actividade ao serviço do aparelho repressivo do fascismo».

Por outro lado, prossegue o comunicado, «o lamentável parecer do Supremo Tribunal Militar, rotulando de serviços distintos o zelo de destacados torcionários, não vinculava o Governo a

extrair daí a atribuição de quaisquer pensões».

Na opinião dos juristas do ORL o que o Governo fez, «apoiado ou não noutras instâncias, foi uma acção de alinhamento na desculpabilização do regime fascista, assim se posicionando numa atitude contrária aos princípios, regras e instituições do regime democrático, designadamente do constitu-

cionalismo surgido depois do 25 de Abril».

A célula comunista considera «imperioso que se saiba não ter sido este caso um mero resultado de pseudo-autoritarismos legais à revelia do Governo, mas sim, que foi este que assim o decidiu no sentido de desafiar deliberadamente a consciência democrática do País».

## Tortosendo cresce com maioria CDU

A 4ª Assembleia da Organização de Tortosendo, realizada em 30 de Maio passado, salientou que «a freguesia, de maioria CDU, ficou entre as que mais cresceram economicamente no distrito». Este facto ganha especial importância uma vez que, apesar de «a aposta do Poder ter sido de premeditadamente destruir empresas de lanifícios, criar desemprego, desilusões e frustrações», conseguiu-se «atrair investimentos, criar empregos e algumas alternativas». A Assembleia criticou o PS que «com ataques injustificados e até despropositados tem demonstrado apenas avi-

dez de poder e total ausência de projectos de progresso e de desenvolvimento».

Os trabalhos da reunião decorreram no centro de trabalho local sob o lema «PCP - partido necessário no passado, no presente e no futuro» e contaram com elevada participação, destacando-se a presença de António Gervásio e Armando Morais, membros da CEN, e de J. Pessoa e L. Garra da DORCB. Os 45 delegados presentes elegeram a nova Comissão de Freguesia, composta por 16 membros, e aprovaram as orientações fundamentais para o trabalho do Partido na freguesia.

## TRABALHADORES

## Eleições Adesão elevada na Renault

Dos 728 trabalhadores inscritos para votar nas eleições para a Comissão e Subcomissão de Trabalhadores da Renault (Cacia) foram às urnas 555: 76 por cento do total. Os votos expressos na lista única atingiram os 98,5 por cento. Num comentário-saudação, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro referem «a elevada consciência que os trabalhadores têm da importância das suas organizações representativas». O acto eleitoral decorreu em 1 do corrente. No Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos e Similares dos Distritos de Lisboa, Santarém e Portalegre, as eleições para os corpos gerentes, também em lista única, registaram 59,8 por cento de participação: 98,8 por cento na lista unitária. Estavam inscritos 2799 eleitores, menos 172 que nas eleições imediatamente anteriores, de 1989, mas votaram mais 56 e, na lista unitária, mais 49. Os brancos e nulos foram sete. As eleições efectuaram-se em 14, 15 e 16 de Abril. Para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas do Sul e Ilhas votaram em 20 de Maio 60,8 por cento dos eleitores. Na lista unitária, os votos atingiram 98,2 por cento. A diferença para menos em seis anos (duas eleições) foi de 125 votos. Estavam inscritos este ano 2199 eleitores. Dos 1337 que votaram 1314 optaram pela lista unitária. Entretanto, era eleito em Genebra o ex-ministro do Trabalho, Nascimento Rodrigues, para presidir à 79ª Conferência Anual da OIT. Das declarações que prestou na ocasião, destacamos a que se refere ao papel dos sindicatos que, segundo o ex-ministro «é indispensável e deve ser estimulado». Nascimento Rodrigues disse não partilhar da «opinião de que se deva falar de crise de protagonismo sindical».

## Tornar Caribes viável só reduzindo o emprego

A proposta de viabilização da Têxtil Caribes, de Vila Nova de Famalicão, que emprega 400 trabalhadores, foi rejeitada em 2 de Junho pelo administrador judicial Gonçalves Afonso. O representante de Oliveira e Silva, administrador da empresa, dá como inviável a recuperação daquela unidade industrial sem a redução de 150 postos de trabalho e a eliminação de três dos quatro pavilhões onde está instalada a fábrica. Em processo de falência, com a assembleia de credores adiada para 6 de Julho, a administração judicial apenas prevê o funcionamento dos sectores de tinturaria, estampanaria e acabamentos. Isabel Horta, secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional, dizia em 2 do corrente à agência Lusa que, até 1993, vão ser investidos no Vale de Ave «mais de cem milhões de contos».

A mesma responsável governamental disse que aquele investimento é global, abrangendo a Administração Central e Local, bem como o sector privado.

Isabel Mota referiu-se à Coelima como «caso paradigmático» do «ponto de viragem» que o Vale do Ave estaria a atravessar. Mas, entre outros locais de trabalho, foi omissa a relação à Caribes. E nada consta do seu discurso quanto à principal fonte das «reestrutur-

ações» e «viabilizações»: a acelerada redução dos postos de trabalho e a substituição dos trabalhadores permanentes por contratados a prazo. Na Guarda, por exemplo, mas noutra actividade (a montagem de automóveis: ex-Renault e Reicab), a administração admite a prazo para postos de trabalho permanentes. Os trabalhadores são coagidos a rescindir os contratos de trabalho com a Renault e não tinham recebido, até ao princípio deste mês, os aumentos de 10,75 por cento, previstos no referencial aprovado pela UGT, o patronato e o Governo no Conselho Permanente de Concertação Social. Com resultados variáveis mantinham-se, entretanto conflitos nuns casos e lutas abertas noutros, em locais de trabalho como a Madrepique, Vodrote, Matadouros dos Açores e Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

## Reforma encerra postos fiscais

Uma portaria publicada em 5 do corrente no «Diário da República» manda encerrar vários postos fiscais situados nas áreas de jurisdição das Alfândegas de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. Segundo a Lusa, na área de Lisboa são encerrados os postos de Lajeosa, Batocas, Agrela, Aldeia do Bispo e Foio; no Porto: Vale de Malhão, Herdade dos Pinheiros e Saúde; Ponta Delgada: Urzelina, Faja dos Vimes, Vila Nova, Fábrica de Tabacos Âncora, Porto Formoso, Maia, Ribeirinha, Feteiras, Anjos, Bretanha, Água de Pau, Faial da Terra, Fábrica de Tabacos da Maia e Aeroporto de Santana.

# Pelo direito à formação do sindicato

Pelo direito à formação do sindicato, numa forte disposição para continuar a luta, desenrolou-se quinta-feira passada em Lisboa uma manifestação de agentes policiais. Entre os Restauradores e a Praça do Comércio, mais de mil polícias à civil manifestaram-se na rua: «Sem sindicato não há democracia», «Os polícias têm razão, o Governo não», ou ainda «Os polícias têm razão, o Cavaco não». Entre os cartazes figurava um onde se lia «Banhos, não obrigado» — uma alusão clara à repressão, à batalha que os polícias travaram no Terreiro do Paço há três anos. Mas quinta-feira a polícia de intervenção esteve ausente, não sem ter ficado de prevenção. O subchefe Carreira, dirigente da ASPP



Lisboa, 4.6, com apolo sindical

(Associação Socio-Profissional da Polícia disse à Lusa: «Não vamos parar enquanto não conseguirmos atingir os nossos objectivos». O mesmo dirigente disse ainda àquela agência que se tinha pensado inicial-

mente em desfilar fardado, algo que poderia ser considerado ilegal, mas mais tarde mudou-se de ideias, porque «não está na hora de atitudes drásticas». Entre os manifestantes via-se Manuel Carvalho da Silva, coordenador

da CGTP. Torres Couto, secretário-geral da UGT, embora tendo confirmado a aceitação do convite, não foi visto na manifestação. José Carreira disse que desconhecia os motivos que o levaram a não comparecer.

## Jornada a 26

A CGTP-IN acaba de anunciar em plenário de sindicatos um dia nacional de luta a 26 do corrente. Trata-se de travar a ofensiva contra a Lei da Greve — um dos direitos fundamentais dos trabalhadores, posto em causa ultimamente por iniciativa do CDS. Entre várias considerações, quinta-feira passada, no encontro com os jornalistas no Teatro Villaret, em Lisboa, o coordenador da Central, Manuel Carvalho da Silva, admitiu a realização de uma greve conjunta com a UGT e criticou

fortemente o Governo no plano económico e social. Num «apelo fraterno» à luta em coesão, Manuel Carvalho da Silva falou de «um máximo de mobilização e convergência», incluindo a UGT. Sobre a ofensiva contra o direito à greve, o líder da CGTP disse: «Se for necessário faremos uma greve geral».



Os dirigentes com os jornalistas

## Aduaneiros podem parar cinco dias

Nas próximas semanas, e coincidindo a tomada de posição com a estada em Lisboa de uma delegação da CGT francesa, os cerca de oito mil trabalhadores aduaneiros portugueses poderão entrar em greve por cinco dias, anunciou dia 7 a Lusa ao citar um comunicado sindical. O Governo continuava a não responder (até sexta-feira passada) às «propostas para resolver o futuro do sector», em causa a partir do próximo ano, devido à abertura das fronteiras entre países comunitários. A delegação da CGT, que esteve em

Lisboa a convite da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública emitiu com esta organização um comunicado conjunto. Entre outras análises e verificações, pode ler-se nesse documento de 2 do corrente: «O Mercado Único não justifica o desmantelamento da Administração Fiscal e Aduaneira, antes exige a sua reorganização tendo em vista a correcta aplicação das regras comunitárias, quer internamente, quer nas relações com terceiros países».

## Médicos Protesto dos internos

A comissão de médicos internos gerais da Zona Centro, incumbida de promover terça-feira passada uma concentração junto ao Ministério da Saúde, tenciona entregar ao ministro, Arlindo de Carvalho, cartas de protesto contra o novo regime jurídico dos internos. O referido documento legal, que espera promulgação do Presidente da República, consagra a abolição do regime de dedicação exclusiva para os novos internos. Segundo a Lusa, o Decreto-Lei a aguardar promulgação «impõe uma redução salarial de 42,5 por cento», conforme alega aquela comissão da Zona Centro, sem garantir o direito à formação complementar para todos os médicos que concluíam o internato geral.

## Hotelaria Salários em atraso sobretudo no Algarve

Nas zonas de Albufeira, Armação de Pêra e Portimão, diversas empresas de sector turístico-hoteleiro não pagam salários regularmente. A Comissão Executiva do Conselho Nacional da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) refere as seguintes: Algarve Development (Hotel da Aldeia, Hotel Boa Vista, Pátio da Aldeia, Aldeia

Tufística e Poente da Aldeia), só entre 15 e 28 de Maio é que foram pagos os salários de Abril, Linda-falva (Hotel Garbe, Hotel D. Sancho, no Carveiro, e Aldeamento Três Bicos em Portimão), salários de Abril recebidos em 14 e 15 de Maio, após intervenção do Sindicato de Hotelaria do Algarve. Na zona de Portimão, a FESHOT acrescenta que é difícil concluir se os

salários têm ou não sido pagos na totalidade, porque «é utilizado um sistema de vales». Estão nesse caso o Hotel Oriental, Apartamentos Turísticos Rotunda do Vau e Aparthotel Rocha Vau Mar. Foi pedida a intervenção da Inspeção Geral de Trabalho. Em Lisboa, a Sociedade Abastecedora de Aeronaves (SAAL) ainda não tinha pago os salários de Abril no princípio de Junho.

## TRABALHADORES

# Acusa a CT dos Caminhos de Ferro Portugueses, EP Governo muda estatutos da CP só para a entregar aos privados

Acaba o "interesse público". A modernização fica no papel. A instabilidade de emprego vai continuar. O *passé* social está em risco de desaparecer ou de ter o seu preço agravado.

Pela primeira vez nos últimos 15 anos, foi possível reunir numa posição comum todos os grandes sindicatos representativos dos ferroviários, destaca a comissão de trabalhadores da CP numa nota que divulgou a 28 de Maio. Em conferência de imprensa foi dado a conhecer um plano de convergência, subscrito pela federação/CGTP e os sindicatos do Norte, Centro e Sul, pelo SMAQ, pelo SINAPE e pelo SIFA, condenando a política seguida na CP e as alterações estatutárias recentemente decididas pelo Governo e que excluem a perspectiva do transporte ferroviário como serviço de interesse público.

A comissão de trabalhadores refere uma série de factos ocorridos desde 1988 que caracterizam o "clima de intimidação" e o "período de grande ansiedade e angústia" que vivem as cerca de 21 mil pessoas que trabalham na CP.

Para a CT da CP, o plano de modernização e reestruturação da empresa, aprovado em 1988 para estar concluído em 1994, tem concretiza-

dos "praticamente só os aspectos que consideramos negativos e nefastos, quer para o desenvolvimento harmonioso da nossa rede ferroviária, quer para os interesses das populações, especialmente as das regiões do interior e economicamente mais desfavorecidas". Desde 1988, recorda a CT, foram já encerrados mais de 750 quilómetros de via e centenas de estações.

"Quanto aos restantes aspectos da modernização da CP, previstos no plano a médio prazo, ficou praticamente tudo no papel", verifica a comissão de trabalhadores, para de seguida denunciar que, "pondo na prática de parte o plano de médio prazo, evocando e simultaneamente subvertendo directivas comunitárias, o conselho de gerência começou a criar empresas subsidiárias da CP, totalmente financiadas por ela mas que se destinam claramente à privatização, logo que estejam em condições de dar lucros fáceis, chorudos e sem riscos de qualquer espécie".

Também a intenção, vinda a público mais recentemente,

de subconcessionar a exploração de algumas linhas (como as de Cascais, litoral algarvio, Póvoa de Varzim e pontes de S. João e 25 de Abril) suscita interrogações, nomeadamente entre os técnicos, "sobre se, por detrás desta pulverização, não estará uma manobra que consistiria em dividir, agora, para facilitar a entrega a grupos privados que logo tratariam de reagrupar tudo quando mais lhes conviesse, a exemplo do que está a suceder na ex-RN/Barraqueiro, Tertir" - afirma a CT na nota que divulgou aos jornalistas dia 28 de Maio.

Foi igualmente com o objectivo de "preparar o terreno para facilitar a vida aos novos patrões" que, no entender da CT, o conselho de gerência da CP avançou com a criação de quadros de excedentários "já com largas centenas de trabalhadores", incluindo pessoas "com dez, vinte e até trinta anos de casa".

Quando foi interpelado pela comissão de trabalhadores, o conselho de gerência reafirmou que vai continuar a definir excedentários, ao



Centenas de trabalhadores estão já colocados no quadro de excedentários, e o conselho de gerência insiste em "adequar" os meios humanos da CP

mesmo tempo que admite ainda não ter fixado quaisquer critérios para a selecção das pessoas. Somando a isto o facto de os responsáveis da CP não terem ainda explicado "com o mínimo de clareza" quais os objectivos destes quadros de excedentários, a comissão de trabalhadores aceita que a sua criação seja "uma manobra de intimidação e coacção laboral, com vista ao despedimento colectivo".

Declarações do administrador Terêncio Anahory ao

boletim da empresa - citadas num telegrama da Lusa de dia 4 de Junho - apenas vêm dar mais força àquela hipótese. Depois de recordar que em dois anos e meio a CP reduziu o seu quadro de pessoal de 22 300 para 20 391 trabalhadores, Terêncio Anahory afirma que até 1995 a empresa desenvolverá um programa para "adequar os seus meios humanos".

Neste quadro, a comissão de trabalhadores entende que as alterações aos estatutos da CP, recentemente aprovadas

pelo Governo, "visam, no fundamental, *legalizar* o desmembramento da empresa que está a ser posto em prática desde 1988" e que tem como "consequências previsíveis para as populações, entre outras", a redução da componente social e a definição dos horários e preços em função do lucro. Para a CT, "o *passé* social estará em risco de desaparecimento ou agravamento do seu custo". Ou seja, "serão também os utentes a pagar os custos destas alterações estatutárias".

## 3º Encontro em Braga reafirma importância das CT's

As comissões de trabalhadores "continuam a ser um precioso instrumento dos trabalhadores para a sua intervenção organizada na vida das empresas, para a defesa dos seus direitos e conquistas e para a estabilidade e segurança no emprego". Esta afirmação consta das conclusões do 2º encontro das CT's e sub-CT's do distrito de Braga, que teve lugar na Casa dos Crivos a 29 de Maio.

Ao mesmo tempo que decidiram "sensibilizar o movimento sindical unitário para a realidade que atravessamos e a necessidade que há do apoio a dar, nos aspectos técnico e financeiro, às

CT's", os participantes no encontro manifestaram o seu repúdio por declarações recentes de Arménio Santos e pela posição dos TSD face às comissões de trabalhadores, "que apenas tem como objectivo a liquidação das mesmas e a sua substituição por uma organização semelhante às corporações do antigo regime".

No encontro foi afirmada a disposição de "continuar o fortalecimento" da Coordenadora das CT's do distrito, que tem sede em Braga, no 3º andar do edifício do Rechicho. No comunicado acerca do encontro, a Coordenadora manifesta-se disponível "para a criação de

uma organização nacional de CT's".

Foi também decidido dinamizar a criação de novas comissões de trabalhadores, nomeadamente no sector têxtil, a par do desenvolvimento da luta contra as discriminações de que são alvo membros de CT's e outros representantes dos trabalhadores e pela reposição da legalidade nas empresas onde a Lei não é cumprida. As comissões e subcomissões de trabalhadores do distrito de Braga expressaram no encontro de dia 29 a sua disponibilidade para "em conjunto com o movimento sindical unitário, desenvolver todos os esforços" para que não seja aprovado o projecto de revisão da Lei da Greve apresentado pelo CDS, "travando assim a ofensiva do patronato em relação a esta matéria".

"É necessário exigir maior intervenção da Inspeção-Geral do Trabalho na resolução dos problemas que lhe são apresentados", afirma-se ainda no comunicado do encontro, exigindo-se que a IGT "não seja apenas um instrumento nas mãos do patronato".

## «Veemente parecer negativo»

O parecer da comissão de trabalhadores sobre o projecto de alteração dos estatutos da CP, emitido a 18 de Abril, começa por protestar pela forma "despicienda e pouco responsável" como o conselho de gerência entendeu dar cumprimento à lei. A CT - referindo que o parecer foi pedido "com base num decreto-lei inexistente e um dia depois do projecto ter sido aprovado em Conselho de Ministros" - acusa a gerência e o Governo de reduzirem o direito de emissão de parecer prévio nesta matéria a um "mero formalismo burocrático", "subvertendo-se assim gravemente a autenticidade dos procedimentos legais e institucionais própria de um Estado democrático de Direito".

Para a comissão de trabalhadores a eliminação da expressão de *interesse público* no capítulo dos estatutos onde se define o objecto da empresa "subverte desde logo a perspectiva da CP como empresa pública e como prestadora do serviço de interesse público, contrariando a própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres". Esta atitude é "extremamente grave", pois deixa os utentes do transporte ferroviário "à mercê dos mecanismos de mercado, numa demonstração evidente de que o Governo pretende privilegiar interesses privados à custa do interesse público".

O projecto do Governo é "um documento tecnicamente pobre, quer no que concerne à terminologia ferroviária, quer no que respeita aos conceitos de uma moderna gestão de exploração do caminho-de-ferro, já que do seu articulado ressalta que as alterações propostas para

a estrutura da rede ferroviária nacional foram concebidas cegamente com o exclusivo propósito de sustentar os objectivos de desmembramento da CP" - afirma a comissão de trabalhadores.

"Nada aponta para a verdadeira modernização da empresa, mas tão-só para o seu desmembramento, traçado à medida das conveniências de certos grupos privados", acusa a CT, referindo que "a alteração pretendida para a actual estrutura das linhas e ramais demonstra que se pretende subconcessionar apenas o que é garantidamente rentável e que foi objecto de renovação recente e de grandes investimentos".

Como se tudo isto não fosse já bastante, os novos estatutos nada dizem "quanto aos direitos sociais, garantias e vínculos contratuais dos trabalhadores eventualmente afectados pelas movimentações de efectivos resultantes das privatizações, subconcessões, criação de empresas, etc., quer no que respeita ao caminho-de-ferro propriamente dito, quer no que concerne à via fluvial".

Nesta situação, a comissão de trabalhadores da CP emitiu um "veemente parecer negativo" sobre o projecto de alteração dos estatutos da empresa e decidiu dar dele conhecimento aos ferroviários, aos órgãos de soberania e à opinião pública, "com a finalidade expressa de procurar evitar que a CP seja económica e socialmente mutilada, em benefício de grupos privados e com grave prejuízo para as populações, para a economia nacional e para o País em geral".



Vai ser dinamizada no distrito de Braga a eleição de novas comissões de trabalhadores, nomeadamente em empresas têxteis (foto de arquivo)

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Tratado de Maastricht

## Urge um amplo debate público

## • PS e PSD recusam entender lição da Dinamarca

Passando por cima das questões jurídicas e do significado político suscitados pelo «não» dos dinamarqueses ao Tratado de Maastricht, PS e PSD reafirmaram a necessidade de prosseguir a construção europeia a «onze», defendendo, consequentemente, a revisão da Constituição.

Foi na passada semana, no decorrer do debate sobre os projectos de resolução do PSD, PS e CDS para que a Assembleia da República assumia poderes de revisão constitucional, um debate que a bancada comunista considerou «inadequado e injustificado» — chegou aliás a propor o seu desagendamento —, porquanto, lembrou-o Octávio Teixeira, «deixaram de ter qualquer sentido útil» os referidos projectos de resolução. Nessa medida, do ponto de vista da bancada comunista é inaceitável discutir a abertura de um processo de revisão de Lei Fundamental visando permitir «a aprovação para ratificação de um Tratado desconhecido, porque in-

xistente», uma vez que, como assinalou João Amaral, «foi feito para doze Estados e um já o rejeitou».

Esta situação completamente nova gerada com o resultado do referendo na Dinamarca constitui de resto a principal razão que esteve na base da posição assumida pela formação comunista não apenas no sentido de que todo o processo de revisão constitucional seja reanalisado, como ainda de que seja realizado um «grande debate nacional» sobre o Tratado de Maastricht em ordem a apurar e a opinião dos portugueses sobre o assunto, mas sem recurso à figura do referendo.

Distintivamente da linha de argumentação defendida em relação a esta matéria pelo PSD e PS — este, pela voz de Jaime Gama, defendendo que o «reforço da União Europeia se insere numa lógica inequívoca de prioridades nacionais», aquele, reafirmando por intermédio de Rui Machete que o «não dos dinamarque-

ses nada veio alterar» —, os parlamentares comunistas foram de facto os únicos que, do ponto de vista jurídico, não hesitaram em passar a certidão de óbito ao Tratado de Maastricht enquanto tal — «morreu no dia 2 de Junho de 1992», sublinhou a propósito o líder parlamentar comunista —, embora admitindo que um novo projecto de Tratado possa vir a surgir, mas esse, observou, «será sempre um novo Tratado».

Mas a recusa da Dinamarca ao Tratado encerra ainda na perspectiva dos parlamentares comunistas um profundo significado político. «Significa, designadamente — como fez questão de sublinhar Octávio Teixeira —, a oposição a uma via de aprofundamento da integração comunitária com uma finalidade federalista, orientada pela perda desnecessária de soberanias nacionais e pela submissão dos pequenos países aos interesses e à vontade dos mais poderosos e influentes países da Comunidade Europeia».

Um significado que aqueles dois partidos dão mostras de não quererem entender, recusa que tornam extensiva à observação de um outro dado que é obrigatória reter do referendo dinamarquês: «o profundo divórcio entre as decisões de responsáveis políticos e directórios partidários e a vontade efectiva dos cidadãos».

O «cinismo político» das declarações e posições de muitos responsáveis na sequência do referendo, constituiu outro aspecto para o qual Octávio Teixeira chamou a atenção, lançando a este respeito um repeto à Câmara sobre se «a alguém resta a mínima dúvida de que se num referendo em França o Não fosse maioritário, as declarações de Cavaco Silva e Deus Pinheiro, do secretário-geral do PS e de dirigentes partidários do PSD, seriam radicalmente diferentes e de imediato se pronunciariam pela necessidade inquestionável de reconsideração consensual do conteúdo do Tratado de Maastricht».

## Reforma do Parlamento

## Maioria e oposição divergem nas propostas

A chamada reforma do Parlamento, expressão com que se convencionou designar as mudanças consensualmente necessárias com vista à melhoria do funcionamento da Assembleia da República, dignificando a instituição e os próprios deputados, subiu finalmente a plenário, ocupando a agenda de uma das sessões da passada semana.

Com todos os partidos a subscreverem a necessidade de introduzir reformas na vida do Parlamento — esta foi aliás definida pelo PSD e PS como uma das suas prioridades no início da Legislatura —, o debate sobre esta matéria permitiu entretanto clarificar posições relativamente a certas questões de fundo, pondo designadamente em evidência que se é pacífica a constatação de que urge alterar o quadro actual, já o mesmo não se pode dizer quanto às soluções preconizadas pelas diferentes formações parlamentares.

Em bom rigor, pode mesmo afirmar-se que em relação a aspectos centrais desta matéria como sejam o papel do plenário, o trabalho das comissões de inquérito, o funcionamento das comissões parlamentares e o estatuto dos deputados, as diferenças de opinião entre a maioria e a oposição assumem um carácter claramente divergente.

A elas se referiu detalhadamente o deputado comunista João Amaral ao definir a posição da sua bancada sobre o assunto, posição que tem como ponto de partida o entendimento de que a Assembleia da República, como «centro vital da democracia», é o «órgão de soberania representativo de todos os cidadãos» e é nele que estes devem encontrar a expressão «dos problemas, dos debates, dos confrontos que atravessam a sociedade portuguesa».

Partindo desta premissa e no sentido de superar o «tremendo défice» no exercício atempado da sua função fiscalizadora — um dos aspectos em que as relações entre a Assembleia e o Governo vão mal —, João Amaral defendeu não apenas o reforço do papel do Parlamento no quadro das instituições e da vida política nacional, aliado a um maior protagonismo na sua acção fiscalizadora dos actos do Governo e no acompanhamento das questões comunitárias, bem como uma maior dignificação do debate em plenário, cujo papel político, frisou, é insubstituível.

Estes são de resto alguns dos objectivos preconizados em quatro projectos de lei e num projecto de resolução apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre esta matéria, diplomas que visam ainda, em síntese, melhorar a ligação da Assembleia aos cidadãos, reforçar os poderes das comissões parlamentares, concretizar uma maior transparência do trabalho deste órgão de soberania e contribuir para a moralização da vida política.

Propostas que no entanto parecem ser encaradas com desconfiança pela bancada da maioria já que, por exemplo, enquanto para esta o trabalho das comissões de inquérito deve permanecer à porta fechada, vedando o acesso da comunicação social, posição contrária é defendida por comunistas e socialistas, considerando que aquelas comissões devem ser abertas.

Pontos de vista divergentes vieram ainda a lume no decorrer do debate relativamente ao papel das comissões parlamentares proposto pelo PSD, excessivamente valorizado no entender da oposição, em detrimento do plenário, cujo funcionamento em número de reuniões será drasticamente diminuído caso venham a fazer vencimento as propostas nesse sentido apresentadas.

Se bem que partilhando da ideia de que é necessária a dignificação do deputado, nomeadamente através da melhoria dos meios para o exercício do seu mandato, um grande fosso separa no entanto maioria e oposição a este respeito, com aquela a defender que o regime de multas actualmente em vigor no seu grupo parlamentar deve ser extensivo a todos os deputados.

«É indignificante para os deputados e não abona nada os métodos de direcção que a bancada do PSD vem usando», observou a propósito João Amaral, antes de deixar claro, porém, que a sua bancada não «faz disto uma questão», até porque, esclareceu, «cumprimos os nossos deveres para com os eleitores, para com o povo, não precisamos nunca de multas».

Defendido pela formação comunista foi ainda a incompatibilidade do exercício das funções de deputado com o exercício de qualquer cargo de nomeação ou representação governamental, em ordem a garantir a efectiva independência do deputado face ao Executivo.

Lei Orgânica dos Tribunais  
Governo reincide em vícios e erros

Apesar do Ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, justificar as alterações por si propostas à Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais pela necessidade de «racionalizar» estes órgãos e de alcançar «uma justiça mais rápida e mais acessível», estes argumentos não foram suficientes para demover o cepticismo da oposição relativamente a um diploma governamental que, desde a sua entrada em vigor, vai para quatro anos, foi já objecto de pelo menos quatro alterações.

As críticas ao diploma não são aliás de agora,

importando recordar que já na altura da aprovação da Lei, depois de acesos debates que uniram contra o diploma magistrados judiciais, funcionários judiciais e advogados, a bancada comunista advertia para as «consequências desastrosas» da sua aplicação.

Infelizmente, os alertas lançados em devido tempo pelos parlamentares comunistas não foram ouvidos e a verdade é que a realidade encarregou-se de demonstrar a desconformidade entre as soluções preconizadas e as reais necessidades do País, como atestam, lembrados pela deputada Odete Santos

no debate da passada semana, «os incómodos e as despesas acrescidas» para os cidadãos, a «morosidade processual e a caminhada esgotante do seu processo, de tribunal para tribunal, em busca do tribunal certo».

E se algumas das alterações agora propostas pelo Governo, dando a mão à palmatória, têm um sentido positivo — são disso exemplos o caso do Tribunal de Círculo em que o Executivo retrocede quanto à filosofia inicial, a aceitação do princípio da dupla corregedoria e o da deslocação do Tribunal à Comarca —, não é menos ver-

dade que se mantêm na proposta agora analisada muitos dos vícios da Lei Orgânica de 1987, alvo da denúncia de magistrados e funcionários judiciais.

A estes aspectos negativos se referiu de forma detalhada Odete Santos, pondo em relevo, nomeadamente, o facto de o Governo reincidir na nomeação de magistrados em comissão de serviço para os Tribunais de Círculo e de Família e de Menores, reincidência que tomou extensiva àquilo que parece poder vir a ser «uma nova hierarquização dos tribunais», de consequências ainda imprevisíveis não apenas no plano destes como também no próprio Estatuto dos Magistrados Judiciais, ao que se sabe em fase de revisão.

Não hesitando em expressar a sua convicção de que a presente proposta «vai agravar a situação dos nossos tribunais», Odete Santos chamou ainda a atenção para a insistência do Governo no «modelo de Varas» e todo o esquema gizado relativamente à competência destas — «decrépto», segundo disse —, o qual constitui «uma nova fonte de rupturas na máquina judicial» e «de novos atrasos processuais», a «mãe de um sem número de actos burocráticos que submergirão os novos tribunais».





## Reforma da PAC em debate tardio

# Governo explica sem convencer

As explicações avançadas pelo Governo através do Ministro da Agricultura e por Álvaro Barreto (PSD), ex-titular da pasta, não convenceram a oposição das alegadas virtualidades da reforma da PAC (Política Agrícola Comum), nem das vantagens e benefícios da sua aplicação para os agricultores portugueses.

Em debate faz hoje uma semana, esta questão voltou a definir dois campos distintos, com a maioria e o seu Governo a tentarem explicar por que é que a reforma da PAC aprovada em Conselho de Ministros da Agricultura em 21 de Maio último, em Bruxelas, é, segundo Arlindo Cunha, a opção certa pela «estabilidade em alternativa à descida acentuada dos preços agrícolas, sem qualquer tipo de compensação para os rendimentos dos agricultores», enquanto comunistas e socialistas expressavam as suas mais profundas reservas quanto às soluções encontradas e sua aplicação.

«O acordo assinado penaliza fortemente a agricultura portuguesa», denunciou António Campos (PS), antes de referir que as alterações à PAC e os acordos do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras) que se seguirão vão tornar o nosso País cada vez mais dependente, uma vez que é manifesta a «incapacidade do Governo em otimizar os nossos recursos e potencializar as nossas capacidades».

Não menos duras foram as críticas provenientes da bancada comunista, para quem, no fundamental, a reforma da PAC «não respeita os interesses nacionais» — as palavras são de Lino de Carvalho —, porquanto, vai obrigar Portugal a produzir ainda menos, quando já importa 62 por cento das suas necessidades agroalimentares», agravando assim a sua dependência externa.

Mas o carácter negativo desta reforma pode ainda ser aferido, lembrou-o o deputado do PCP, pelo facto de os agricultores portugueses beneficiarem de cerca de metade dos subsídios concedidos aos agricultores do resto da Comunidade e porque a diminuição do preço ao produtor não vai ter qualquer efeito relevante nos consumidores.

«É uma reforma parecida com uma fábrica de encher linguças: entra agricultor, sai subsídio», ironizou Lino de Carvalho, que condenou a queda do princípio da especificidade da agricultura nacional, não poupando igualmente críticas ao Executivo por não ter previamente procedido a um debate nacional sobre esta matéria de importância crucial para Portugal.

Para o deputado comunista era essencial que o Governo tivesse informado o País e designadamente os agricultores e suas organizações representativas das consequências concretas da reforma da PAC, e não ter optado, como optou, pelo debate de «um facto consumado», uma vez que, disse, a «reforma da PAC já está assinada».

## Em ano de seca

# Congresso extraordinário sobre o Alentejo discute água como factor de desenvolvimento

A água como factor de desenvolvimento é o tema central do V Congresso (extraordinário) sobre o Alentejo, que vai realizar-se no próximo sábado, na Casa da Cultura de Beja. Uma iniciativa que vai contar com a presença de trabalhadores dos mais diversos ramos de actividade, agricultores, empresários, sindicalistas, homens e mulheres do desporto e da cultura, técnicos e autarcas numa reunião que a organização diz ser uma forma de «afirmação da nossa vontade em querer um Alentejo de progresso e de harmonioso desenvolvimento».

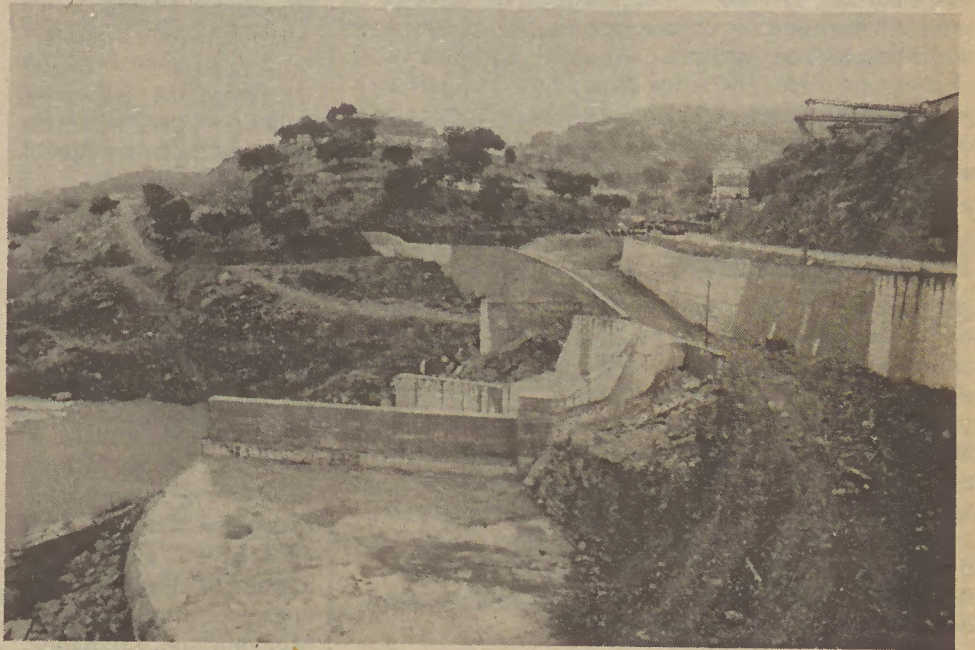
Num comunicado assinado pelo Secretariado Permanente do Congresso, afirma-se que «um Alentejo sem água é o deserto, o abandono e a morte lenta. A água é a chave não só para o progresso da agricultura como também para o abastecimento às populações, para fornecer à indústria e para diversos outros fins».

Os organizadores defendem a ideia de que a construção da barragem do Alqueva «é o empreendimento central e decisivo para que as secas não sejam cíclicas nem nos

apanhem sem soluções», reivindicando-se uma decisão governamental favorável ao reinício das obras na barragem dentro de poucos meses.

«A nossa vontade tem de

ser manifestada de forma clara e inequívoca. A nossa posição pode ser determinante para a decisão que o Governo vier a tomar», diz ainda o referido comunicado.



O reinício das obras na barragem do Alqueva é uma das reivindicações dos organizadores do Congresso extraordinário sobre o Alentejo

## Depois de aceitar diálogo na Curia

# Ministro da Agricultura recusa falar com a CNA

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) acusou o ministro Arlindo Cunha de «reincidir na recusa de dialogar» com os seus representantes, «complicando ainda mais» a situação na lavoura.

Em comunicado a CNA diz que o ministro da Agricultura «depois de ter protagonizado o desastroso acordo sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), prometeu publica-

mente que iria dialogar com as organizações dos agricultores». Aquela organização lembra que Arlindo Cunha «não ouviu antes os agricultores sobre esse assunto» e diz agora que não tenciona receber a CNA alegando que esta «não é parceiro institucional», embora aquando da manifestação de agricultores na Curia, a suceder ao mesmo tempo que uma reunião informal de ministros da agricultura da Comunidade Europeia, Arlindo Cunha tenha recebido representantes da CNA e tenha prometido efectuar o reivindicado diálogo.

«Ao anunciar que vai reunir com a CAP, a CONFAGRI e a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP), o ministro, mais uma vez e com falsos pretextos, prepara-se para discriminar a CNA», diz a nota que acentua: «acontece que a CONFAGRI e a AJAP também não integram a concertação social».

Classificando de «comportamento antidemocrático» a atitude de Arlindo Cunha, a Confederação Nacional da Agricultura afirma «tudo continuar a fazer na defesa dos interesses dos agricultores portugueses» e a concluir manifesta a convicção de que, «mais tarde ou mais cedo, tal como aconteceu na Curia», a 26 de Maio, os seus representantes «voltarão a encontrar-se e a dialogar» com o ministro da Agricultura.

## Direitos e sindicalismo nas Forças Armadas

«Direitos de Cidadania nas Forças Armadas» e «Sindicalismo e representação militar na Europa» são os temas de um seminário que a CASMO (Comissão de Apoio ao Serviço Militar Obrigatório) leva a efeito no próximo fim-de-semana no ISCTE em Lisboa com o objectivo, segundo os organizadores, «de efectuar o levantamento da situação relativa a estes dois temas em Portugal e outros países europeus, analisar os seus efeitos sobre os conscritos, os militares profissionais, as Forças Armadas e a sociedade e, tendo em conta as experiências internacionais e os contextos de integração europeia e da modernização e democratização das Forças Armadas, apontar soluções nestes dois campos para a situação portuguesa».

O seminário vai contar com a presença de especialistas de diversas áreas, de representantes de órgãos do poder e de organizações juvenis, sindicais, de conscritos e militares (com carácter associativo, deontológico, representativo ou sindical) e de defesa dos direitos do cidadão.

Estão previstas comunicações de organizações como a EUROMIL (federação europeia de sindicatos militares); ECCO (federação europeia de organizações de conscritos); Associação Nacional de Sargentos, VVDM (Holanda); IDS (França); ODS (Espanha); Forum Justiça e Liberdade; Sindicato dos Magistrados do Ministério Público; e ainda dos doutores Rangel Lima, Helena Carreiras, Miguel Lobo Antunes, Francisco Liberal Fernandes, Fernando Pereira Marques, Maria Clementina Mota Diniz, David Cortright, Max Watts (EUA) e Adam Keller (Israel).

## «Malta do Técnico» contra propinas

No seguimento de outros referendos promovidos por diversas Associações de Estudantes em todo o país, o aumento imediato das propinas no Ensino Superior foi sexta-feira passada rejeitado por cerca de 90 por cento dos votos dos estudantes que participaram num referendo promovido no Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa.

No sufrágio estiveram três opções: Um «Não ao aumento das propinas» fossem quais fossem as contrapartidas (928 votos, 46,2 por cento); um «Não ao aumento das propinas enquanto o ensino superior não for reestruturado» de acordo com as exigências dos alunos (opção que recebeu 943 votos, ou seja, 47 por cento) e o «Sim ao aumento das propinas» que receberia 136 votos (6,8 por cento).

Votaram dois mil e 25 alunos (35 por cento do total do IST) e 18 votos foram considerados nulos ou brancos.

## INTERNACIONAL

**Tortura no Paquistão**

O governo do Paquistão "persegue sistematicamente" os seus opositores, através de rusgas, detenções em massa e uso frequente de tortura, incluindo violações - denunciou há dias a Amnistia Internacional. No seu relatório, a AI refere que a "primeira onda de detenções ocorreu apenas semanas após a demissão do governo do Partido Popular do Paquistão (PPP)" e que "os líderes e filiados dos partidos da oposição têm sido alvo de detenções desde essa altura". Segundo a AI, as mais recentes detenções em massa tiveram lugar em Maio, tendo sido detidos cerca de mil membros do PPP antes de uma manifestação convocada para protestar contra uma alegada fraude eleitoral. A organização denuncia ainda que muitos presos são mantidos em detenção secreta, sendo alguns casos enviados de uma esquadra de polícia para outra, aumentando as dificuldades das famílias para os encontrarem.

A tortura dos presos políticos, diz a AI, é frequentemente utilizada, havendo testemunhos de presos que afirmam ter sido suspensos do tecto pelos pulsos e tornozelos, chicoteados ou espancados até sangrarem, sujeitos a choques eléctricos, privados do sono ou de comida. Nalguns casos, afirma o relatório, os presos morreram em consequência das torturas a que foram sujeitos. Existem ainda relatos de violação de presas políticas, para além de possíveis execuções extrajudiciais de opositores políticos.

**Refugiados**

Só no mês de Maio, mais de 13000 pedidos de asilo político para cidadãos da ex-Jugoslávia deram entrada no Ministério do Interior da Alemanha, revelou aquele departamento. Segundo a mesma fonte, o número total de pedidos de asilo político nos primeiros cinco meses do ano ultrapassa os 150 mil; o fluxo de refugiados é de tal forma elevado que, relativamente ao período homólogo de 1991, apresenta um aumento de 111 por cento. Os principais contingentes de refugiados chegados em Maio são oriundos da ex-Jugoslávia, Roménia e da Turquia. Os refugiados têm sido alvo, nos últimos meses, de ataques racistas de grupos de extrema-direita alemã.

**Alan Garcia no exílio**

O ex-presidente do Peru, Alan Garcia, está desde a semana passada exilado na Colômbia. Alan Garcia, que viveu na clandestinidade desde o golpe de Estado liderado pelo auto-proclamado presidente, Alberto Fujimori, em 5 de Fevereiro último, comprometeu-se entretanto a não fazer oposição ao actual governo peruano, aproveitando a sua condição de exilado político. Falando no senado colombiano, o ex-presidente do Peru sublinhou que "em qualquer momento violou as regras estabelecidas nos tratados de asilo diplomático do direito internacional".

O governo colombiano pediu entretanto ao Peru garantias para a protecção da integridade dos funcionários e a segurança de todos os edifícios onde se encontram instaladas as suas missões diplomáticas. O pedido, segundo o ministro colombiano dos Negócios Estrangeiros, ocorreu depois do seu embaixador em Lima ter denunciado ameaças.

**América Central**

Os presidentes dos países da América Central estiveram reunidos quinta e sexta-feira, em Manágua, para estudar a possibilidade de adequar os seus exércitos aos tempos de paz. Na cimeira de Manágua participaram os presidentes do Panamá, Guillermo Endara, da Costa Rica, Rafael Calderen, da Nicarágua, Violeta Chamorro, das Honduras, Rafael Callejas, de El Salvador, Alfredo Cristiani, e da Guatemala, Jorge Serrano. Apesar de todos se afirmarem de acordo quanto à "importância da pacificação e democratização na região", continuam a não se registar progressos na possível redução dos respectivos exércitos, que contam actualmente com um total de 170 mil militares.

**Despedimentos**

Na África do Sul, cerca de 20 mil trabalhadores perderam desde o início do ano os seus postos de trabalho nas indústrias mineira, de construção e de metalomecânica, revelou a semana passada o jornal "Business Day". Segundo aquele periódico, a baixa do ouro e de outros preços de bens teve um efeito ruinoso sobre a indústria mineira e as companhias ligadas ao sector.

As minas de Rand iniciaram há uma semana o despedimento de cinco mil trabalhadores, da Harmony, um dia depois de o grupo Gengold ter anunciado a redução de mais 1100 postos de trabalho na mina de ouro da "West Rand Consolidated".

A federação sul-africana das indústrias de aço e engenharia (SEIFSA) anunciou entretanto o despedimento de mais 11 mil trabalhadores do sector metalúrgico durante o primeiro quadrimestre deste ano. Por seu turno, o economista da federação da indústria sul-africana de construção, Charles Martin, estimou em cerca de 40 mil o número de despedimentos no sector, número consideravelmente superior aos 26 mil reportados oficialmente.

**África Austral****Milhões de pessoas ameaçadas pela fome**

A conferência extraordinária de doadores convocada pela ONU, a semana passada, a favor dos 10 países da África Austral afectados pela seca, conseguiu a promessa de um total de 526 milhões de dólares, em resposta ao apelo urgente de 856 milhões lançado pelas Nações Unidas para socorrer milhões de pessoas ameaçadas pela fome naquela região.

Segundo os organizadores da reunião - ONU e SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) - dos 50 governos que participaram no encontro, incluindo Portugal, 30 prometeram ajuda para fazer face ao maior problema provocado pela "seca do século": a fome que ameaça 18 milhões de pessoas, principalmente em Moçambique, Zimbabué, Malawi e Zâmbia, para além de afectar também Angola, Botswana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e Tanzânia.

Outro país a sofrer os efeitos da seca é a África do Sul, cuja colheita de cereais (em particular de milho) será este ano reduzida a 16 por cento da produção normal. "Teremos de

importar cereais em vez de desempenharmos o papel de exportadores a que estávamos razoavelmente habituados e isso reflectir-se-á na nossa balança de pagamentos", afirmou o ministro sul-africano das Finanças e Coordenação Económica, Derek Keys.

Mais dramática será a consequência da seca para os trabalhadores agrícolas. Segundo um estudo citado pela Lusa, o sector agrícola emprega aproximadamente 1,2 milhões de pessoas, ou seja, 13 por cento da força de trabalho activa do país. Afectada na última década por uma série de factores desfavoráveis, a agricultura sul-africana tem nos resultados provocados por esta seca, segundo o referido estudo do sindicato dos agricultores, "a última palha que quebrará as costas do camelo".

Mas a situação da África do Sul não pode ser equiparada à dos seus vizinhos pobres, como os próprios sul-africanos reconhecem, cooperando com os esforços de reabastecimento às populações mais afectadas (cerca de 80 por cento da ajuda passa pelos portos e caminhos-de-ferro sul-africanos).

Razões não faltam para isso. Como disse o vice-

secretário-geral da ONU para os Assuntos Humanitários, Jan Eliasson, "se não se distribuir ajuda alimentar e outros materiais de assistência às populações afectadas pela seca, estas vão deslocar-se para assegurar a sua sobrevivência e engrossarão o número de refugiados, um dos mais catastróficos conhecidos em África até agora".

De acordo com o relatório da ONU preparado para a reunião de doadores, urge atender à situação, para impedir que se repita o ocorrido na Etiópia em 1984, quando um milhão de pessoas morreu por não ser socorrida a tempo, e evitar que milhões de refugiados vagueiem pelo sul do continente africano, em busca de água e comida.



A fome é um flagelo que afecta milhões de pessoas em todo o mundo

**OIT confirma****Mulheres ganham menos e trabalham mais**

As mulheres continuam a ser discriminadas, apesar de trabalharem cada vez mais fora de casa, revela o relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado a semana passada. Segundo a OIT, nos países industrializados a diferença salarial entre homens e mulheres não só não diminuiu como nalguns casos até se acentuou, como no Japão. Regra geral, as mulheres recebem entre 50 a 80 por cento dos salários dos homens, tendo-se apenas registado progressos em países como a Inglaterra, os EUA e o Canadá.

De acordo com os dados fornecidos em anexo ao relatório da OIT, a situação em Portugal tem vindo a melhorar nos últimos anos, apesar das mulheres continuarem a ser discriminadas a nível salarial e as mais afectadas pelo desemprego. Em relação a este último

aspecto, a OIT revela que a faixa etária mais vulnerável se situa entre os 15 e os 24 anos, onde o desemprego nos homens atinge os 7 por cento e nas mulheres os 13 por cento. A partir dos 25 anos a situação inverte-se, com 3 por cento dos homens desempregados e 2 por cento das mulheres.

No respeitante ao resto da Europa, o relatório refere que as diferenças salariais se acentuam na Europa de Leste (71 por cento do salário dos homens na Checoslováquia) e sobretudo nos países em desenvolvimento (menos de 50 por cento em Banguécoque).

Segundo a OIT, a situação das mulheres no mundo do trabalho muda muito lentamente, mesmo que estejam a ascender mais facilmente a lugares de gestão, administração e chefia de empresas nos EUA, Suécia e Finlândia, nas for-

ças armadas na Bélgica ou na polícia em Itália. No Canadá, as mulheres são responsáveis pela criação de dois terços das empresas.

Mas mais facilidade não significa igualdade. E a prová-lo estão os números: em mil das mais importantes sociedades americanas e entre os seus 4012 quadros mais bem pagos, contam-se apenas 19 mulheres. No Japão, apenas 10 mulheres integram os quadros da Toshiba.

Nos países ditos em vias de desenvolvimento as mulheres nem sequer aparecem nas estatísticas, apesar de ser reconhecida a sua elevada taxa de actividade, em particular na agricultura.

O relatório refere-se ainda ao assédio sexual nos locais de trabalho e à necessidade de uma melhor conciliação entre as responsabilidades profissio-

nais e familiares. Apesar de alguns progressos registados em diversos países, o assédio sexual continua a ser um problema generalizado, ainda que com maior incidência nos países em vias de desenvolvimento. Quanto ao papel dos homens no seio da família, ele continua a ser diminuto. No Japão, os homens não consagram mais de 15 minutos por dia a actividades domésticas; na Índia, 95 por cento dos homens nunca lavaram a louça; nos países nórdicos, os homens não hesitam em afirmar que preferem dedicar os seus tempos livres ao descanso e actividades de lazer do que aos filhos ou a trabalhos domésticos.

Para além de discriminadas no mundo do trabalho, as mulheres assumem ainda a maior parte dos encargos no seio da família. Pouco dinheiro para tanto trabalho!

# Checoslováquia

## Checos e eslovacos em confronto depois das eleições

Resultados eleitorais revelam radicalização de posições entre as duas Repúblicas

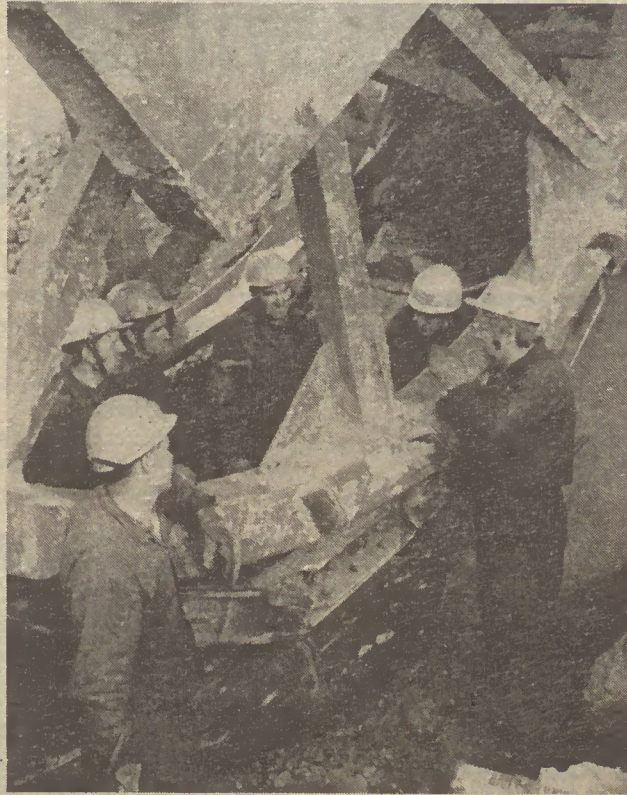
«A nossa primeira carta a jogar será a construção duma nova Federação viável e racional. Se ela não for realizável, é preciso que então nos separemos rapidamente e de uma maneira civilizada». As palavras são de Vaclav Klaus, líder do Partido Democrático Cívico (ODS), encarregado de formar o próximo governo federal da Checoslováquia, após as eleições do passado fim-de-semana, e traduzem a delicada situação que se vive naquele país. No ar paira a ameaça da separação das Repúblicas Checa e Eslováquia.

Os resultados eleitorais confirmaram a radicalização de posições nas duas Repúblicas: na Eslováquia, a vitória coube ao partido nacionalista Movimento por uma Eslováquia De-

mocrática (HZDS), de Vladimir Meciar, e na República Checa ao Partido Democrático Cívico (ODS), de Vaclav Klaus, cujas posições antagónicas sobre as reformas a levar a cabo tornam particularmente difíceis as negociações para a formação do novo governo federal. Enquanto Klaus é um acérrimo defensor da continuação de uma reforma económica radical, Meciar advoga a «desaceleração» do processo de reformas e a sua «adaptação à especificidade eslovaca». Os comunistas e os seus aliados obtiveram, por seu turno, 14 por cento dos votos, ultrapassando todas as previsões que não lhes davam mais de 12 por cento e ficando numa posição de charneira que poderá ser decisiva na formação do novo governo.

### Consequências das reformas

Recorda-se que a Checoslováquia, normalmente apresentada como um «modelo de sucesso» das reformas económicas no leste europeu, está a braços com as consequências da «terapia de choque» utilizada. A política monetária conduzida pelo governo federal, se permitiu tornar a coroa (moeda nacional) convertível e estabilizar a inflação em 10 por cento no final do ano passado, provocou também graves problemas de profundo impacto social. Assim, as produções industrial e agrícola caíram 20 e 10 por cento, respectivamente, em 1991. Com o congelamento dos salários, o poder de compra baixou 5,7



por cento em 1990 e 55 por cento em 1991. O desemprego, irrisório em 1990, chegou aos 6,8 por cento em 1991 e deverá situar-se este ano nos 12 por cento.

Esta realidade não se faz sentir do mesmo modo nas duas Repúblicas. Na Eslováquia, o desemprego afectava já 11,8 por cento da população activa no final do ano passado. Nos dois primeiros meses deste ano, a produção industrial das empresas com mais de 25 assalariados baixou 37 por cento na Checoslováquia, em relação ao ano passado, mas enquanto a queda foi de 31 por cento na parte checa, na Eslováquia foi de 47 por cento. Estes alguns dos aspectos que explicam o crescente desejo dos eslovacos de quererem controlar a sua economia, dominada por grandes indústrias tecnologicamente atrasadas e especializadas na produção de armamentos que entretanto foi proibida de exportar.

Segundo Meciar, as reformas estão a atingir injusta-

mente a Eslováquia e a «crise é tão profunda que um verdadeiro colapso económico é ameaçador».

### Ameaça de secessão

Afirmando-se disposto a exigir mudanças radicais nas reformas económicas, Meciar não se coibiu de agitar a bandeira da secessão, mal foram conhecidos os resultados eleitorais, declarando que o novo parlamento provincial, o Conselho Nacional da Eslováquia, deverá declarar a região «soberana» na sua primeira sessão. Uma tal decisão, disse, deverá ser seguida de um referendo em que os cinco milhões de habitantes da Eslováquia se pronunciarão a favor ou contra a independência plena «até ao fim do ano ou durante o primeiro trimestre do próximo ano, no máximo».

De referir que, entretanto, o ODS de Vaclav Klaus (que concorreu às eleições coligado com o pequeno partido cristão-democrata - KDS - na

Até ao final do ano, o desemprego deverá afectar 12 por cento da população activa da Checoslováquia

república checa e com o partido democrático - DS - na Eslováquia) estabeleceu já um acordo de coligação pós-eleitoral com outro partido de direita, saído do Fórum Cívico, a Aliança Democrática Cívica (ODA), a que pertencem outros responsáveis pelas reformas económicas.

Por seu turno, o HZDS, de Meciar, estará mais inclinado a governar a Eslovénia em coligação com o Partido Nacional, pró-independente, do que com a Esquerda Democrática (SLD), ex-comunista, que nestas eleições obteve 14,7 por cento dos votos.

De referir que na parte checa, o Bloco de Esquerda, comunista, obteve 14 por cento dos votos.

De acordo com os resultados provisórios, a Assembleia Federal, composta por duas câmaras, terá 83 lugares do ODS de Vaclav Klaus, 57 do HZDS, de Meciar, 34 do Bloco de Esquerda e 23 da Esquerda Democrática, o que faz destas duas últimas formações políticas, naturalmente aliadas, uma força da maior importância. Segundo o ministro da Economia cessante, Vladimir Dlouhy, o bom resultado dos comunistas e seus aliados deve-se ao facto de a população, «descontente com a queda do seu nível de vida», não ter compreendido «a política de austeridade praticada desde há dois anos pelo governo».

Saliente-se que as forças de esquerda têm vindo a alertar para os problemas sociais de uma política abertamente liberal, cujas consequências colocaram a Checoslováquia à beira da maior crise de sempre desde a sua formação como Estado, em 1918.

## Cimeira da Terra

### A hipocrisia política

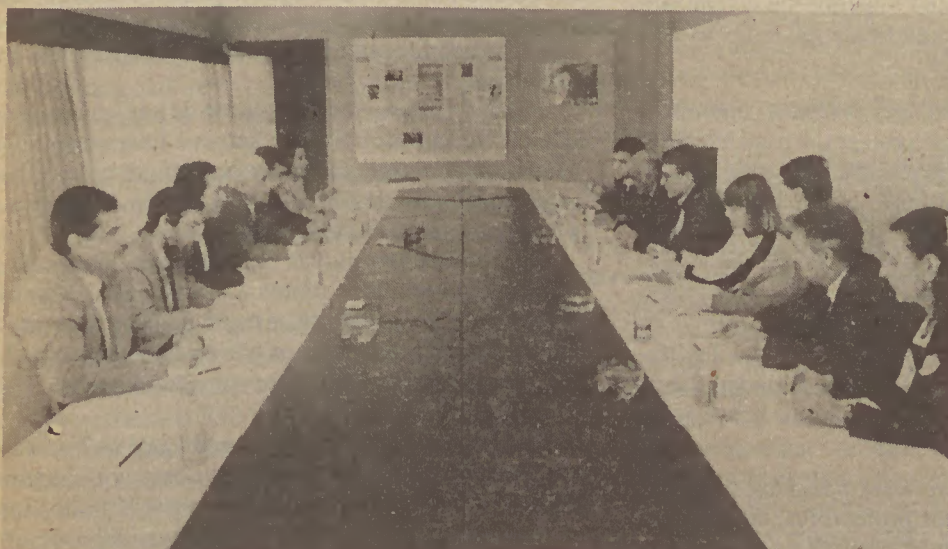
A Cimeira da Terra a decorrer no Rio de Janeiro, com muita pompa e circunstância, iniciou os seus trabalhos sob o signo do descrédito.

O acontecimento nasceu inquinado e espantoso será que dele saia alguma lufada de ar fresco. O próprio coordenador designado da ECO-92, Maurice Strong, é um exemplo disso mesmo e o seu currículo dispensa comentários: no Canadá, seu país de origem, foi processado por poluir os lençóis subterrâneos de água e as suas empresas de mineração estão entre as principais responsáveis no grupo de poluidores que destruiu completamente a vida de 14 mil lagos e lagoas canadianos.

O secretário-geral da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, segundo denunciou a organização Green Peace, é o arquitecto do Business Council for Sustainable Development (Conselho de Negócios para o Desenvolvimento Sustentado), que foi o articulador da UNCED (ECO-92) desde o início. O Conselho representa os grandes negócios no quartel-general da ECO-92 em Genebra e encara a iniciativa como um

meio para abrir novos mercados nos países em desenvolvimento. De salientar que o Business Council é composto por 48 chefes executivos e presidentes de corporações transnacionais, incluindo a Du Pont, Dow Chemicals, Mitsubishi, Aracruz, Browning Ferris Industries e Royal Dutch Shell, que representam os conglomerados químicos, energéticos, florestais e de agrotóxicos. Todas elas são grandes responsáveis pela destruição do equilíbrio ecológico.

Com um panorama destes, acrescido do facto de os grandes países poluidores, a começar pelos EUA, se recusarem a assinar qualquer acordo para a defesa do planeta - com a disponibilização das necessárias verbas - a denúncia da hipocrisia dos grandes responsáveis pela política mundial. Assim o entenderam já os brasileiros que no próximo dia 12, quando George Bush chegar ao país, estarão na rua a manifestar o seu repúdio pela farsa que é a Cimeira da Terra e em defesa da Amazônia que tanta cobiça desperta nos que se consideram donos do mundo.



O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado do secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas, e dos eurodeputados Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Rogério Brito receberam a semana passada, na sede da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação do Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu, em que se integram os eurodeputados comunistas, composta pelo respectivo presidente, René Piquet (PCF), V. Ephremidis (KKE - Grécia) e Ivonne Kaufman (PDS - da ex-RDA) e ainda elementos do secretariado do Grupo Coligação de Esquerda.

## Russos descontentes com reformas económicas

Metade dos russos considera «impossível» ou «pouco provável» uma melhoria na situação económica do país nos próximos doze meses,

enquanto 51,7 por cento a considera satisfatória e 28,7 por cento insatisfatória.

De acordo com o estudo de opinião, divulgado pela Lusa, entre os adversários da política económica de Boris Ieltsin encontram-se 50 por cento de operários e 46 por cento de funcionários públicos, 52 por cento de pessoas idosas e 55 por cento com baixa escolaridade (não é referida a faixa etária em questão, nem o grau de escolaridade considerado).

Os russos estão igualmente cépticos quanto ao governo; na sondagem, apenas 12,3 por cento afirmaram confiar «plenamente» no executivo, enquanto 43,9

disseram «não confiar muito» e 28,1 por cento garantem desconfiar «absolutamente».

Na conclusão do estudo, os autores consideram que a tensão social na Rússia, provocada pelas reformas iniciadas em Janeiro, não diminuiu. Recorda-se que as reformas levaram ao aumento em flecha dos preços ao consumidor e a uma enorme inflação, sem contribuírem entretanto para o aumento da produção. Peritos económicos consideram mesmo que as reformas do governo de Ieltsin-Gaidar (primeiro vice-chefe do executivo e principal arquitecto das reformas) não têm produzido efeitos.

Pela primeira vez em conjunto

## Quadros do PCP e da JCP debatem intervenção junto da juventude no distrito de Lisboa

Mais de centena e meia de quadros das organizações de Lisboa da Juventude Comunista Portuguesa e do PCP reuniram no sábado, na Voz

do Operário, para debater a intervenção dos comunistas junto da juventude do distrito. Pela primeira vez uma iniciativa conjunta da JCP e do

Partido reuniu estudantes, professores, sindicalistas, autarcas e dirigentes ligados às diversas áreas que, de uma ou outra forma, têm a ver com os jovens, os seus problemas e as suas aspirações.

O encontro decorreu sob o lema «Juventude, democracia, socialismo» e contou

com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, que interveio no encerramento. Na mesa estiveram também os camaradas Sara Canavezes (da organização do Secundário da JCP), Pedro Maia (da direcção distrital da JCP), Martinho Baptista (da

DORL do PCP), Polidoro (dirigente da Interjovem), António Filipe (deputado), António Andrez (da CEN do Comité Central do Partido), Filipe Rosas (da organização do Ensino Superior da JCP), Helena Medina (da DORL e do CC), José Casanova (da Comissão Política do Parti-

do), Joaquim Tavares (do Secretariado da JCP, que presidiu à sessão de abertura), António Dimas (da DORL), Armando Oliveira (da Interjovem), Jorge Cordeiro (da DORL e do CC), Miguel Santinho (da comissão distrital da JCP), Demétrio Alves (da DORL e presidente da

## Juventude CDU para as autárquicas

(...)

«As eleições autárquicas de 1993 merecem desde já a nossa preocupação e o nosso empenho na criação e dinamização da Juventude CDU.

O nosso trabalho, a nossa vontade e confiança, mas, acima de tudo, a audácia, são fundamentais para ultrapassar dificuldades, ganhar espaço e apoiar e aproveitar a diferença da nossa postura (JCP) relativamente às outras organizações juvenis. Nós não entendemos os jovens como meros elementos de decoração e animação da campanha; na Juventude CDU os jovens são parte activa na elaboração das propostas, na definição da campanha, na composição e integração das listas.» (...)

«Sem ideias feitas e sem preconceitos, não tendo reservas relativamente à forma de vestir deste ou daquele jovem. Compreendendo que existem jovens que naturalmente se dispõem a participar em torno de questões concretas que os preocupam.

É necessário entender e incentivar a colaboração de todos aqueles que aspiram a uma sociedade mais justa e encontram na CDU o espaço próprio para a sua participação. É este o desafio que vos deixo. Vamos a isso.»

(Extractos da intervenção de Joaquim Tavares, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP)



## Desenvolver a organização, dinamizar a acção juvenil

«As impressionantes lutas que os estudantes do ensino secundário e do ensino superior travaram nos últimos meses e o carácter massivo e nacional do seu movimento; a crescente participação e disposição de luta ao nível da juventude trabalhadora; o papel cada vez mais activo e interveniente que largos sectores da juventude estão a assumir no plano social, cultural e político — são aspectos cuja novidade e importância não podemos deixar de colocar no centro do debate na abertura do nosso Encontro.

São certamente de evitar juízos simplistas ou conclusões demasiado apressadas sobre o significado e o alcance das modificações que se estão a dar na juventude portuguesa. Mas seria tremendamente errado que na espontaneidade do movimento não víssemos ou subestimássemos as alterações existentes de sentido positivo. E que não compreendéssemos, exactamente porque as condições objectivas são favoráveis, que as nossas responsabilidades são hoje, também, muito maiores.

A realidade do nosso distrito confirma inteiramente a existência destas condições.

A Inter-Jovem está a afirmar-se no nosso distrito como o embrião de um grande movimento de massas de jovens trabalhadores, intimamente ligado ao movimento sindical unitário, virada para um trabalho nas empresas e nos locais de residência tendo como base a acção dos Centros Inter-Jovem, com quadros, com iniciativa, com objectivos. É uma realidade cujo desenvolvimento assume uma importância de primeiro plano.

As lutas do ensino secundário e em particular a impressionante luta contra a PGA e por um novo regime de acesso ao ensino superior — objectivos há muito assumidos pela JCP e pelo Partido — abriram possibilidades reais de desenvolvimento do movimento associativo numa perspectiva muito ampla e unitária e de desenvolvimento da JCP em importantes escolas do distrito.

No ensino superior além da importantíssima luta contra

o aumento das propinas no ensino superior público, em que a JCP tem tido um papel de primeiro plano, cresce o descontentamento estudantil nas escolas do ensino superior privado contra a falta de qualidade do ensino e a JSD registou na Academia de Lisboa significativas derrotas. É justo salientar a vitória, no mês de Maio, de uma lista independente no Instituto Superior Técnico que derrotou a JSD que há 10 anos consecutivos ganhava as eleições para uma das mais importantes Associações de Estudantes do nosso país.

A apresentação na próxima semana na Assembleia da República pelo PCP de um Projecto de Lei-Quadro da Acção Social Escolar no Ensino Superior vai certamente contribuir para o alargamento da frente reivindicativa de todos os estudantes do superior.

Noutro plano, importa referir que os eleitos comunistas nas autarquias têm vindo a desenvolver um trabalho notável em relação às questões da juventude, com reflexos claros nas formas de estar, de participar e de intervir de muitos jovens. O movimento associativo e popular está a assumir igualmente no distrito um papel de grande importância em relação à juventude, que muitas vezes no passado subestimámos mas em que hoje procuramos intervir de forma a que essa participação e intervenção juvenil se traduza cada vez mais no assumir de responsabilidades e na capacidade efectiva de intervenção em íntima ligação com a vida das colectividades.

São igualmente de referir reflexos positivos, junto dos estudantes, da intervenção dos professores, em algumas escolas, para além da influência positiva da própria luta reivindicativa dos professores na consciência dos estudantes.

Os comunistas têm no distrito uma grande força. Apesar de todos os nossos atrasos, dificuldades e deficiências, temos Partido e temos JCP para intervir e lutar e,

por esse caminho, para reforçarmos a própria influência e organização comunista no seio da juventude.

É este o quadro em que estamos a realizar a nossa reunião.»

(...)

«No Encontro de Quadros da ORL realizado em Janeiro passado afirmámos que os jovens vivem hoje num quadro de valores contraditórios. De um lado os valores da liberdade, da democracia, de uma maior justiça social, assimilados pela geração pós 25 de Abril como valores naturais. De outro lado, os valores do individualismo, da competitividade, do elitismo e do egoísmo, expressões de uma sociedade baseada na exploração, em que as desigualdades económicas e sociais se acentuam cada vez mais e em que a solidariedade está cada vez mais transformada numa palavra vã.

O Partido, no seu todo e cada um de nós, não pode naturalmente deixar de ser parte activa e interveniente nesta batalha de ideias de interesses e de convicções. Esse é, seguramente, um dos mais importantes deveres que temos a cumprir no seio das jovens gerações.

Podemos não ter muitas certezas sobre muitas questões, e não temos, mas temos a convicção que nenhum comunista e nenhuma organização pode afirmar que esta luta não lhe diz respeito, que não está no meio desta batalha, ou como se costuma dizer que não entra neste filme.»

(...)

«Afirmámos já, na nossa Assembleia e no Encontro de Quadros, que consideramos que o desenvolvimento e a criação, em íntima colaboração com a JCP, dos instrumentos de intervenção no seio da Juventude adquire no nosso distrito uma importância essencial.

A questão determinante e inadiável diz respeito à capacidade ou não do Partido, pela sua acção própria e pelo apoio à JCP, criar as condições para o desenvolvimento da organização e para a dinamização da acção juvenil. Diz respeito à capacidade de abrir e manter um debate hori-



Câmara Municipal de Loures), Catarina (da organização do Secundário da JCP), Torrado (da DORL), Anabela Feliciano (da comissão distrital da JCP), Isabel Mourão (da comissão de juventude da Amadora) e Maria José Lemos (da organização do Ensino Superior da JCP).

Com o objectivo de contribuir para a acção futura e para elaboração de opinião própria enriquecedora do trabalho colectivo, a todos os participantes foram distribuídos diversos documentos com informação sobre a situação dos jovens no distrito (dados do censo de 1991, estatísticas sobre ensino secundário, ensino superior, formação profissional e estrutura do emprego, legislação sobre direitos dos jovens trabalhadores; associações de estudantes e associações juvenis, documentos do Partido, etc.). Durante o encontro foram feitas cerca de trinta intervenções e, devido à pressão do horário, uma dezena de camaradas não tiveram já possibilidade de falar. Mas, como na ocasião foi realçado, o debate continua aberto e todas as opiniões, ideias e propostas são bem recebidas pelas direcções da JCP e do Partido no distrito de Lisboa.

zontal, sem paternalismos e sem demissionismos, respeitando a experiência juvenil — que apenas é diferente mas não deixa por isso de existir — de intervir activamente no debate das ideias, no apoio ao desenvolvimento da intervenção juvenil, na inserção da luta e da acção juvenil na luta mais geral.

Não é possível uma acção eficaz e duradoura na juventude sem a existência de uma forte organização de jovens comunistas, a JCP, com real capacidade de influência na juventude, com inserção nas escolas, na juventude trabalhadora e na vida local, com capacidade de decisão e de concretização, intimamente ligada ao Partido e participando na elaboração das suas orientações, no distrito e nos concelhos, inserindo a sua acção na actividade política mais geral, criando os espaços e os estilos de intervenção que permitam um papel diferente, mais responsável e activo nas questões políticas fundamentais, por parte dos jovens comunistas.

Partido e JCP no distrito temos que empenhar todos os meios ao nosso alcance nas questões da juventude, para consolidar, desenvolver e fortalecer a JCP e a acção do Partido na juventude.»

(...)

«Consideramos de grande importância no actual momento, a realização de uma troca de opiniões alargada sobre as questões da juventude do distrito de Lisboa, de um debate entre quadros da JCP e do Partido, entre jovens comunistas do movimento estudantil, do movimento sindical, com intervenção nas empresas, no movimento popular e nos locais de residência; vereadores e membros de Juntas de Freguesia e outros órgãos autárquicos; professores; dirigentes sindicais e camaradas ligados a células de empresa e sectores profissionais; e outros camaradas ligados a estes problemas.»

(...)

(Extractos da intervenção de Helena Medina, do executivo da DORL e do CC do PCP, na abertura do encontro)



## O «não!» da juventude e o «não!» a Maastricht

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, no encerramento do encontro «Juventude, Democracia, Socialismo»

(...)

«O Governo tem jogado na demagogia, nas promessas, nas medidas de efeito mediático como vocês disseram, mas de nenhum ou muito restrito efeito prático, como é o caso do agora anunciado subsídio às rendas de casa.

O mesmo Governo que perante a dramática situação da habitação, nomeadamente na Grande Lisboa e no Grande Porto, deixa cair totalmente a habitação social.

O PCP acusa o Governo de deliberadamente e demagogicamente estar a desresponsabilizar-se das suas obrigações, nomeadamente constitucionais, em relação à saúde, ensino e habitação social, áreas onde se verificam situações dramáticas, agravadas com a crescente mercantilização e negocismo.

O Governo com a sua política de concentração da riqueza, acentua as desigualdades sociais e exclui milhares de jovens, milhares de famílias portuguesas de um nível de vida digno.

Depois, demagogicamente, diz que as taxas moderadoras na saúde e o substancial aumento das propinas no ensino superior é para obrigar os ricos a pagarem a saúde e o ensino, mas quem é penalizado são as camadas médias e de menores recursos.

Se o Governo quer introduzir justiça, deve começar com os impostos, obrigar a pagar mais a quem mais tem, e não o contrário. São os trabalhadores quem paga a generalidade dos impostos e são os seus filhos — dos poucos que chegarão ao ensino superior — os que são penalizados pelo aumento das propinas.

Como julgar este Governo — aumenta as taxas moderadoras e as propinas e simultaneamente entrega através do Orçamento largas dezenas de milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas do 24 de Abril e mais de 100 milhões de contos de benefícios fiscais para actividades especulativas e financeiras?

**Concentração da riqueza; elitismo no ensino; exclusão social.**

(...)

«O Governo multiplica as operações de fachada sem que perspective ou dê encaminhamento à resolução dos grandes problemas da juventude portuguesa. Veja-se a questão do emprego.

O desemprego e a precarização do emprego continuam a afectar dezenas de milhares de jovens, dos quais apenas uma pequena parte recebe subsídio de desemprego.

Mais de 65% dos jovens que entram no mundo do trabalho, fazem-no em situação precária, ficando sem direito a férias, assistência social e sem saber muitas vezes qual o dia de amanhã.

Mas, para além das medidas de fachada, o PSD e os seus governos têm procurado ao longo destes anos inculcar como «valores» dominantes, através de pressões sociais, políticas e ideológicas, a resignação, o egoísmo e o conformismo.

Foi por isso uma surpresa, para as hostes cavaquistas, ver a juventude na rua por Timor, pelo fim da PGA, pelo «não» resoluto ao aumento significativo das propinas.»

(...)

«O resultado do referendo na Dinamarca criou uma situação completamente nova em torno da problemática da ratificação do Tratado de Maastricht.

O Tratado deixou de existir. Terá de ser «reescrito», como disse um ministro da Comunidade, negando a necessidade da sua renegociação, o que suscitou uma boa gargalhada da comunicação social.

Agora procura-se desdramatizar a situação. Mas, como dissemos na Assembleia da República, «num breve espaço de 24 horas, a tão cantada bondade das orientações de fundo de Maastricht, da solidariedade e do consenso como via para o aprofundamento da Comunidade, foram postas a nu e completamente esfrangalhadas».

Vale a pena atentar nas arrogantes afirmações do Governo e do PSD, pela voz do presidente do seu Grupo Parlamentar e do seu secretário-geral, visando a exclusão da Dinamarca do seio comunitário.

Também não se pode deixar de criticar a posição assumida pelo secretário-geral do PS, defendendo o avanço para a União de Maastricht a onze, excomulgando os 2 milhões de dinamarqueses que, no seu entendimento, estariam a sobrepor-se à vontade de outros 300 milhões de europeus.

Ou será que o PS já está a ver amanhã a voz dos milhões de alemães a sobrepor-se à voz dos apenas 10 milhões de portugueses como perfeitamente natural e democrático?

Não ouviu o PS os cidadãos dinamarqueses afirmarem: «votámos pela democracia, não votámos contra a Europa?»

A alguém resta a mínima dúvida de que, se num referendo na Alemanha ou em França o não fosse maioritário, as declarações de Cavaco Silva, de Deus Pinheiro, do secretário-geral do PS e de dirigentes partidários do PSD, seriam radicalmente diferentes e de imediato se pronunciariam pelas vozes desses países, isto é, pela necessidade inquestionável de reconsideração, renegociação, diálogo, abertura e debate consensual sobre o conteúdo do Tratado de Maastricht?

Se fosse a França por exemplo, que tivesse dito não a Maastricht, como seria a conferência de imprensa de ontem de Cavaco Silva? Estaria a dizer que, de facto, Maastricht era uma «fuga para frente», que era necessário repensar a União Europeia, que a Comunidade é uma construção dos povos... Que sempre pensou, porque nunca se engana, que Maastricht não é uma vaca sagrada! Que eles chegaram a acordo, quando estavam já cansados.

O que diria Deus Pinheiro nem vale a pena antever...

Para além de tudo o mais, as sequelas imediatas do referendo na Dinamarca foram uma grande antecipação daquilo que no futuro, a avançar o Tratado de Maastricht, estariam sujeitos todos os pequenos países, naquilo que poderia suceder a Portugal. Fica o aviso e o exemplo.

A suspensão do processo de Maastricht não cria qualquer vazão. A Comunidade Europeia não está posta em causa, continuam a existir o Tratado de Roma e o Acto Único.

Proceda-se, isso sim, à informação e ao esclarecimento dos portugueses e reconsidere-se o conteúdo do Tratado de Maastricht.

Reafirmámos por isso que «nesta matéria, a grande prioridade nacional é a realização de um amplo debate público que favoreça uma desenvolvida informação do povo português sobre o que verdadeiramente está em jogo, permita, numa base de seriedade e serenidade, um intenso confronto pluralista de ideias e opiniões e estimule uma ponderação e reflexão colectivas sobre as soluções e caminhos que, no quadro da integração europeia, melhor sirvam os interesses essenciais de Portugal e dos portugueses».

O PCP, rejeitando soluções autárquicas e isolacionistas, defende a cooperação internacional em que as decisões sejam obtidas em pé de igualdade, com reciprocidade de vantagens, com respeito pela independência e soberania dos Estados e povos.

A internacionalização das relações económicas, a mundialização dos processos produtivos e dos produtos e a crescente transnacionalização das estratégias das grandes empresas têm inevitáveis repercussões na economia portuguesa e nas suas perspectivas de desenvolvimento, e geram um complexo sistema de relações de interdependência entre as economias nacionais.

O PCP pronuncia-se por uma Europa inteira de paz e cooperação e por um aprofundamento da integração que consigne uma efectiva coesão económica e social contrariando esquemas de supranacionalidade, com o afastamento dos povos dos centros de decisão, que se convertem em instrumento de acentuação de desigualdades, de efectivo domínio de uns sobre os outros, da efectiva submissão de uns por outros, com o sacrifício da sua independência e soberania.

O PCP afirma-se por uma Europa de nações livres nas suas escolhas, no quadro de uma profunda cooperação, de uma Europa de justiça social, que responda às aspirações dos povos, que se bata pelo desenvolvimento do Sul e do Leste e por uma nova ordem económica internacional mais justa e mais solidária.

O nosso não a Maastricht não se justifica por ser um «passo» no processo de integração que considerámos ser um processo objectivo.

O nosso não a Maastricht inscreve-se na defesa dos interesses nacionais, na luta pelo reforço do poder negocial de Portugal, na luta por uma Europa social, pela harmonização no progresso dos direitos, regalias e níveis de vida dos trabalhadores e dos cidadãos; por uma Europa democrática e de cooperação; por uma Europa das culturas em permanente diálogo e enriquecimento; por uma Europa factor de paz e de solidariedade, por uma Europa em que sejam banidos os nacionalismos, os racismos e as xenofobias.

Maastricht não se inscreve nesta direcção; representa, sim, o caminho da submissão dos pequenos aos grandes países, representa mais um passo, com alterações qualitativas, para o reforço da Europa do negocismo, do dinheiro, das multinacionais, para a Europa comandada pelos interesses dos países ricos, para a Europa dos Rostchilds.

A Europa não se resume a Maastricht.»

(...)



# Movimento sindical um corpo vivo, activo e com futuro

1

Qualquer cidadão minimamente atento poderá constatar, sem que para isso precise de grande esforço, que as questões relacionadas com o movimento sindical, nomeadamente quanto ao seu papel e aos seus destinos, ocupam espaços informativos significativos. A dificuldade, quando muito, estará em conseguir orientar-se nessa avalanche de prosa, a qual não reserva ao sindicalismo grande futuro.

Para uns, as alterações no mercado do trabalho, nomeadamente a sua precarização crescente e a intelectualização do trabalho, fazendo dos "detentores do saber" as camadas sociais mais dinâmicas, conduzirão a uma situação na qual os sindicatos não terão espaço.

Para outros, tendo-se o trabalho transformado numa fonte de realização do Homem e não de exploração, estando a classe operária em vias de extinção, verificada a falência da luta de classes, inventada pela "vulgata marxista", torna-se necessário modernizar o sindicalismo, adequando-o ao nosso tempo, "ao tempo pós-operário", ao tempo em que a cooperação, a co-responsabilização, o diálogo se tornam as normas civilizadas de relações de trabalho.

"Modernizar", palavra de ordem que povoa hoje a cabeça de políticos, jornalistas, comentadores de toda a espécie e que se usa para tudo e para nada, significa, neste caso concreto, romper com arcaísmos e neste baú metem-se as ideologias, as classes e a luta que travam entre si, os partidos tradicionais, a exploração do homem pelo homem e, conseqüentemente, os sindicatos.

2

Entretanto, no quadro de tão abundante número de variações da tese sobre os destinos do sindicalismo, talvez nenhuma terá causado tanta perplexidade, como a de um conhecido sindicalista ao considerar ser possível que o "homem não precise de sindicatos no ano 2000" ("DN" 11.4.92).

Se o anúncio do funeral do sindicalismo feito por um sindicalista ainda que "renovador" não deixaria de causar tamanha surpresa e perplexidade, o rigor da data deixou todo o mundo boquiaberto.

A base de sustentação para tão surpreendente e estranha tese funda-se num raciocínio lógico-dedutivo de grande simplicidade, meridiana clareza e irrefutável demonstração.

E para que não haja quaisquer dúvidas quanto à solidez da tese, o sindicalista cujo raciocínio estamos a seguir lembra que "os sindicatos só têm 150 anos e o homem tem relações de trabalho há sete mil, e viveram quase sempre sem este tipo de organizações" (id.).

O argumento, reforçado pelo uso do advérbio só, é demolidor para qualquer incrédulo.

Na verdade se o homem num período de 7000 anos de relações de trabalho não precisou de sindicatos durante 6850 anos, por que razão há-de continuar a precisar desses fomentadores de lutas e reivindicações, numa época em que se impõe a concórdia universal?

Em História, o rigor cronológico é de grande importância, não o entende assim, ao que parece, o sindicalista a que nos referimos. Não se conhece qualquer fundamentação para a fixação do ano 2000, como o ano do possível enterro dos sindicatos, como aliás não é explicitado o que se entende por relações de trabalho nem o que, no concreto, estava a pensar, ao limitá-las a 7000 anos, sabendo-se que as relações de trabalho, no sentido estrito, são tão antigas como o próprio homem.

Não sendo despicando o esclarecimento destas questões, é, no entanto, para o nosso objectivo, mais importante esclarecer o porquê dos sindicatos só existirem há 150 anos, embora a referência temporal, não deva ser tomada com carácter absoluto. Lembre-se, por exemplo, que em 1789, na Inglaterra, foi adoptada legislação proibindo os sindicatos.

A História regista, ao longo de milénios, combativas acções de resistência e de luta dos oprimidos. Quantos visitantes das famosas pirâmides saberão que um velho provérbio egípcio dizia que "os homens têm costas, mas só obedecem quando se lhe bate?"

Não era por se conformarem com a sua sorte, se dispõem a aceitar passivamente a brutal exploração a que eram submetidos ou considerarem as organizações de classe prescindíveis, que os escravos, por exemplo, não criaram sindicatos, mas tiveram os seus spartacus.

É que os escravos não eram formalmente trabalhadores livres, não vendiam a sua força de trabalho, eram propriedade dos senhores de escravos, ao mesmo nível dos meios de produção.

Os sindicatos não surgiram por geração espontânea, mas em resultado de um longo processo evolutivo, acompanhando a formação e unificação da classe operária. Os sindicatos surgem como resultado da evolução histórica da sociedade na fase do capitalismo, quando a força de trabalho se torna, também ela, mercadoria e a classe operária, uma classe embora formalmente livre, só tem assegurada a existência quando os detentores dos meios de produção que a exploram lhe dão trabalho, foi ganhando consciência da sua força. Os sindicatos surgem à medida que os trabalhadores ganhavam consciência da existência dos interesses comuns, quando a necessidade de acções concertadas se impõe às acções dispersas e espontâne-

as. Quando os trabalhadores começam a compreender que só organizadamente poderiam fazer frente, conjuntamente à acção conjugada da classe dos capitalistas, criaram as suas organizações de classe.

As organizações sindicais nasceram, por isso, com um profundo cunho de classe, quanto à sua natureza e objectivos.

A criação das organizações sindicais constituiu um grande passo, na possibilidade e capacidade de luta dos trabalhadores contra a exploração, pelo progresso social.

A classe operária, ao organizar-se para a luta, não anunciava apenas que recusava deixar-se explorar passivamente, anunciava sobretudo que recusava os fundamentos da exploração e que se dispunha a ser sujeito activo na construção de uma nova sociedade, sem exploração do homem pelo homem, o que explica que o capital tudo tenha feito para liquidar as suas organizações de classe, objectivo que se prolonga até aos nossos dias.

3

As causas que determinaram a formação dos sindicatos, nomeadamente a exploração dos trabalhadores, mantêm-se. A classe operária não desapareceu, antes pelo contrário, estenderam-se os seus limites e o seu horizonte geográfico e continuando a ser a força determinante nas batalhas de classe.

A extensão extraordinária do trabalho assalariado ampliou a frente de luta contra o capital incorporando ao movimento sindical e à luta organizada novas e importantes camadas de trabalhadores, nomeadamente empregados e sectores intelectuais.

Não significa isto, no entanto, que o movimento sindical não enfrente sérias dificuldades.

É uma verdade elementar que o movimento sindical em Portugal e no mundo se encontra numa encruzilhada e enfrenta problemas de difícil superação.

O movimento sindical actua numa realidade profundamente alterada, em que o desemprego, a crescente precarização do mercado do trabalho, as alterações na correlação e composição sectorial, as diferenciações profissionais, as próprias modificações na composição etária dos trabalhadores colocam complexos problemas de organização e de mobilizações.

O grande capital desenvolve uma ofensiva generalizada contra os trabalhadores, contra a sua base organizada, o movimento sindical.

A repressão aberta e a limitação e liquidação de direitos sindicais processa-se um pouco por toda a parte. Segundo dados da OIT, nos últimos anos, foram assassinados no mundo muitas centenas de dirigentes sindicais, vários milhares foram presos e dezenas de milhares foram despedidos. Conquistas históricas alcançadas à custa de muita luta foram liquidadas e várias outras estão na mira da ofensiva patronal.

Problemas de natureza subjectiva pesam igualmente nas dificuldades do movimento sindical.

Mas se negar a realidade seria um erro tremendo, não o seria menos, não ver que o movimento sindical, apesar das suas dificuldades, tem demonstrado uma extraordinária vitalidade e se afirma como uma força necessária e insubstituível na defesa dos interesses dos trabalhadores e que intervém activamente na luta mais geral pelo progresso social. Mesmo em países onde o movimento sindical, corroído pelo vírus do oportunismo e a conciliação de classes, havia caído na letargia, procura levantar cabeça e responder à ofensiva do grande capital.

É esta vitalidade do movimento sindical que explica, por exemplo, que, por essa Europa fora, os governos conservadores ou socialistas, convencidos de que o sindicalismo não está para acabar, desenvolvem grandes acções contra o movimento sindical.

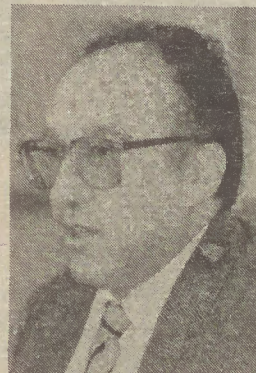
4

O movimento sindical unitário português é um corpo vivo e actuante, uma realidade e uma experiência ímpar no panorama do sindicalismo mundial, que pela sua justa orientação e consequente e perseverante acção em defesa dos interesses dos trabalhadores, carácter democrático do seu funcionamento e profunda ligação às massas, ganhou sólidas raízes nos trabalhadores, tendo-se tornado num baluarte da luta pela defesa do regime democrático.

A vitalidade, o prestígio e o papel da CGTP-IN na sociedade portuguesa, são inseparáveis duma acção consequente de acordo com o seu projecto e natureza.

A necessária e indispensável adequação às realidades do mundo do trabalho, às novas e velhas formas de exploração, à estratégia conjugada do patronato, às novas camadas e aspirações dos trabalhadores, não é incompatível com a preservação da natureza do movimento sindical unitário, antes é condição essencial para garantir a continuidade do seu papel indispensável e insubstituível.

Na hora presente, desenvolvem-se, intensificam-se e cruzam-se planos visando o enfraquecimento deste baluarte da democracia portuguesa, que é o movimento sindical unitário, planos que não podem ser subestimados e que precisam de



DOMINGOS ABRANTES  
Membro da Comissão  
Política

«A amplitude da ofensiva de direita e a gravidade das ameaças exigem sentido de responsabilidade, exigem acção e reforço da unidade sindical, dos trabalhadores e das forças democráticas.»

adequada resposta, tanto mais que a situação dos trabalhadores, principais vítimas da política cavaquista, tenderá a agravar-se, se o movimento sindical não estiver em condições de lhes fazer frente.

Os salários em atraso aí estão de novo a alastrar atingindo dezenas de milhar de trabalhadores.

A situação difícil em que se encontram muitas empresas coloca dezenas de milhar de trabalhadores na rampa de lançamento para o desemprego. A contenção do crescimento dos salários, a par da intensificação dos ritmos de exploração foi elevada à categoria de orientação estratégica fundamental, pelo Governo e o patronato.

A coroar o Pacote Laboral e a desmentir aqueles que julgavam (e continuam a julgar, como se pode comprovar pelas declarações feitas no Congresso da UGT) que desse modo tinham sido aplacados os apetites insaciáveis do grande patronato, nova e muito grave ameaça pesa sobre os trabalhadores com a pretendida revisão da Lei da Greve, velha reivindicação do grande patronato.

A amplitude da ofensiva de direita e a gravidade das ameaças, exigem sentido de responsabilidade, exigem acção e reforço da unidade sindical, dos trabalhadores e das forças democráticas.

Ao que parece não é esta a perspectiva para certas forças que, mais preocupadas com projectos próprios, convergem objectiva e subjectivamente em acções de afrontamento e divisão entre diferentes componentes do movimento sindical unitário, em manifesto prejuízo para a sua coesão.

O movimento sindical unitário forjou sólidos princípios e normas de funcionamento, capazes de superar as suas dificuldades, preservar a sua unidade e coesão e entre esses princípios contam-se a autonomia e democracia sindicais, entendidas no sentido mais amplo, princípios ultimamente muito badalados e nem sempre suficientemente explicitados quanto ao seu conteúdo.

A autonomia e democracia sindicais são conceitos inseparáveis, pressupõem uma ampla participação dos trabalhadores e dos dirigentes na vida sindical, a cooperação e integração das diferentes estruturas, no respeito pela sua identidade, capacidade de decisão e intervenção próprias.

A actividade sindical não é neutra, nem imune ao confronto de ideias que se trava na sociedade. Os sindicalistas têm opções políticas. Com o direito, portanto, de se filiarem em partidos políticos. Não pode estar em causa o direito, que os comunistas reivindicam para si, como o reconhecem às outras organizações, a uma reflexão própria sobre o mundo do trabalho.

O que condiciona e deforma a autonomia e democracia sindicais é, isso sim, a organização de tendências político-partidárias - assumidas ou não - que dentro do movimento sindical se pretendem sobrepor ao funcionamento democrático dos órgãos das diferentes estruturas.

Acontecimentos recentes, mais fazem crer que a defesa insistente da autonomia e democracia sindicais não passaram de *slogans* destinados a cobrir a estratégia de certas forças, visando denegrir, condicionar e enfraquecer o papel dos comunistas no movimento sindical.

Tal estratégia, a não ser repensada por essas forças, estará, obviamente, condenada ao fracasso, não cobrirá de glória os seus mentores, mas poderá causar sérios danos à principal e mais determinante organização dos trabalhadores portugueses.

Os comunistas num trabalho com forças e correntes diversas, empenhadas no projecto comum de construção da unidade sindical e dos trabalhadores e na defesa dos seus interesses, percorreram um longo caminho, travaram importantes batalhas em defesa do regime democrático e suas conquistas, construíram um património comum cuja grandeza e natureza devem ser preservadas, para bem dos trabalhadores e de Portugal.

Os comunistas são uma força necessária e indispensável ao movimento sindical português. O seu papel não é determinado por uma qualquer teoria da predestinação, mas pela influência real e concreta junto dos trabalhadores, pela sua acção abnegada, constante e consequente na defesa dos interesses dos trabalhadores. Este é, aliás, um excelente campo para a emulação entre as diferentes forças e um justo critério para aferir da confiança de que gozam junto das massas.

# A propósito de Maastricht

## Referendo e plebiscito uma fronteira indispensável

Enquanto na Dinamarca o próprio Estado editou e fez distribuir largas centenas de milhar de exemplares do Tratado de Maastricht, em Portugal continua a ser desconhecido. Diz respeito, e a que ponto, a todos nós. Mas se alguém o quiser conhecer tem que ir a uma livraria e comprá-lo, publicado por editores e pagar bem por ele (incluindo o IVA que recai sobre os livros).

Este é um dos muitos índices da falta de debate sobre o Tratado e o que poderá significar. Há quem queira criar a ideia de que o Tratado só implica entrada de dinheiro, sem responsabilidades, nem inconvenientes, nem contrapartidas. No entanto, as alienações da soberania são amplas e reais (e não vale a pena, para iludi-las, chamar-lhes «transferência de competências»). Significativamente a transferência não abrange a área social, em que o Reino Unido procurou regimes especiais que travaram todo o processo de inclusão de uma política social, capaz de viabilizar uma efectiva «igualização no progresso das condições de vida e de trabalho». Mas a política económica, financeira e monetária, a política externa e de segurança comum, a educação, a cultura, a saúde, o ambiente, a defesa do consumidor, etc., serão campos de actuação de uma Comunidade que deixou de ser só económica para se ocupar um pouco de tudo. O «princípio da subsidiariedade» (segundo a qual a CE só exerceria competências quando tal fosse mais favorável que o exercício pelos Estados) não tem uma expressão concreta que o transforme num factor de contenção da tendência para a burocracia comunitária abranger múltiplos aspectos e pressionar o Conselho para a CE se ocupar do que bem entende.

O ritmo de aproximação nominal das economias e da inflação em direcção à moeda única, por outro lado, terá custos inevitáveis em matéria de ritmos de crescimento económico e de desemprego. Entretanto, no plano financeiro, as expectativas geradas em torno do «pacote Delors II» resultam comprometidas por uma situação em que o Governo português não soube usar a ratificação do Tratado de Maastricht no sentido de pressionar a sua aprovação, declarando que esta só se processaria após a aprovação do «pacote», que aliás é essencial para dar expressão financeira relevante ao futuro «Fundo de Coesão», reforçar os fundos estruturais já existentes e garantir que a «coesão económica e social» tenha um sentido efectivo.

Contra outro aspecto que poderia ser positivo, o estímulo ao direito de voto de estrangeiros nas eleições autárquicas, que poderia garantir direitos de participação nas localidades onde residem à mão-de-obra imigrada (e são milhões de trabalhadores por essa Europa fora), levantam-se resistências e oposições, particularmente em França, por parte de forças que disfarçam mal a sua xenofobia, mesmo em relação a cidadãos comunitários.

Finalmente, neste quadro, multiplicaram-se afirmações de euforia federalista. Maastricht seria apenas uma estação do veloz comboio a caminho do objectivo final (Duverger). Recrudescer, por outro lado, uma ofensiva, com várias expressões de mal disfarçada arrogância, contra os direitos dos pequenos Estados membros (línguas de trabalho da Comunidade, contestação da presidência rotativa entre todos os Estados, procedimentos e maiorias).

### Alegre irresponsabilidade

Num quadro, em que na Dinamarca foi divulgado amplamente o conteúdo do Tratado e em que, por outro lado, se verificaram manifestações (além do mais inábeis) de intenção de subalternização e menorização dos países mais pequenos, não surpreende o resultado do referendo. O que poderia constituir surpresa - se não estivéssemos habituados a quase tudo - é o facto de o Governo português e elementos do PSD e do PS se terem referido àquele país como pequeno, quase desprezível, e às consequências do não dinamismos como implicando necessariamente a saída da CE. Veja-se a diferença de tratamento em relação às reservas do Reino Unido quanto ao avanço da política social, que passou tranquilamente a ser uma política inter-governamental a onze e não uma política comunitária...

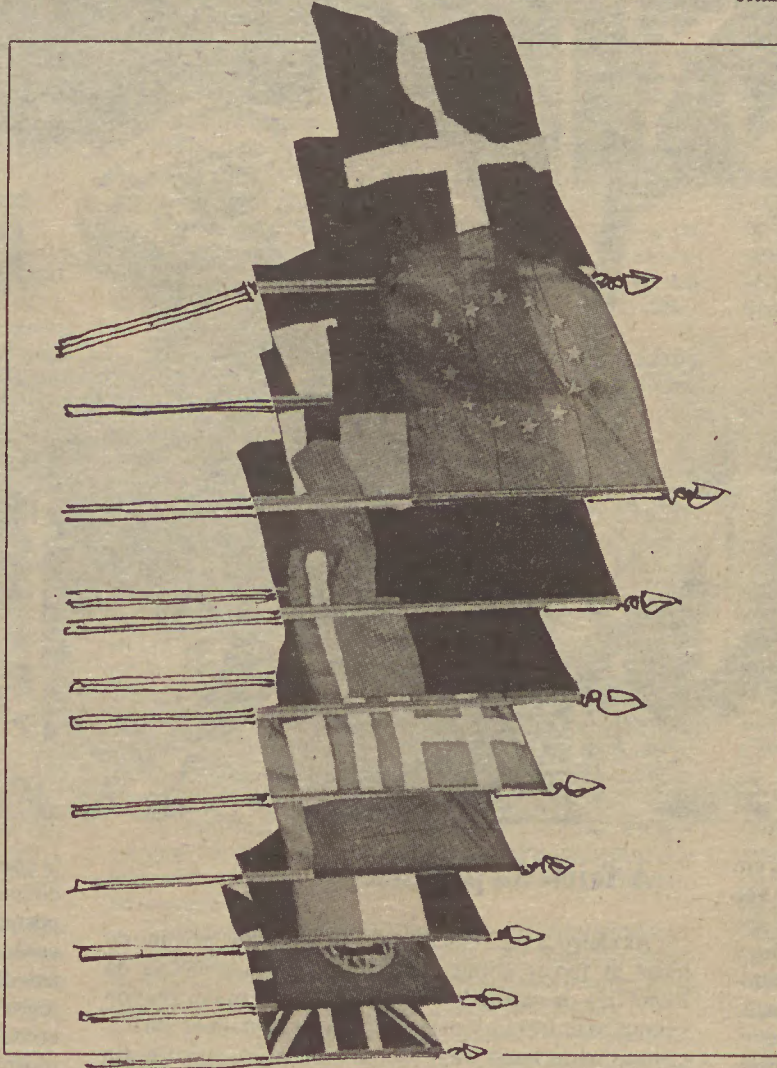
Entretanto, continua a estar na sombra, ou a não se manifestar, qualquer preocupação do Governo ou do PSD com a efectiva consagração do pacote Delors II; com a delimitação concreta das áreas em que a CE pode «legislar» para dar

sentido ao «princípio da subsidiariedade»; com a participação da Assembleia da República nesse processo «legislativo» e na formação das posições que Portugal toma no Conselho da CE; com a garantia de que os representantes de Portugal no Comité das Regiões serão representantes eleitos destas. Muito menos se verifica qualquer reconhecimento público de que a União Económica e Monetária, para além dos problemas de soberania, implica custos sociais e de que a integração europeia, concebida e conduzida como tem sido, terá outras facetas além da entrada de ECU's.

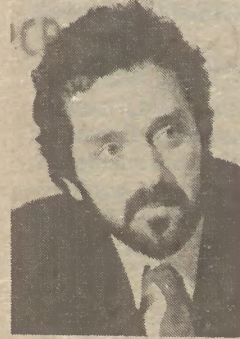
O zelo euromaniaco que parece ter acometido o cavaquismo e o PSD conduz a esta alegre irresponsabilidade. Ou talvez não se trate de irresponsabilidade. O aprofundamento da integração com o actual sistema institucional comunitário e de articulação com os Estados membros é ultragovernamentalizador. E o PSD mostrou que é isso que pretende, por isso instrumentaliza a integração e não se empenha em procurar meios de contrariar a subalternização da Assembleia da República. Quanto aos custos sociais de preparação da União Económica e Monetária, talvez lhe agrade esse tipo de consequências da «convergência nominal», que poderá ser convertida em «bode expiatório» de outros custos da política cavaquista para os trabalhadores e as populações.

### Sobre o problema do referendo

Neste quadro, e tendo o PCP sublinhado sempre a necessidade de articular a democracia representativa com a democracia participativa, incluindo a democracia directa, pode perguntar-se porque não aplaudiu entusiasticamente a



ideia do referendo. A resposta é simples: o Tratado de Maastricht contém normas inconstitucionais (designadamente sobre a moeda única europeia e direito de voto de estrangeiros nas eleições para o Parlamento Europeu) e a Constituição não permite referendar sem a fiscalização preventiva de constitucionalidade e legalidade pelo Tribunal Constitucional. Pode, é certo, rever-se a Constituição e a lei do referendo para alterar o regime deste e, depois, se a resposta for favorável, fazer uma nova revisão constitucional para permitir a ratificação do Tratado de Maastricht, eliminando nesta segunda revisão, as normas que são contrárias ao Tratado. Mas colocaram-se duas questões: por um lado o CDS apresentou a proposta de referendo sem concretizar os caminhos e o calendário a seguir para lá chegar, o que é estranho e inadmissível; por outro lado, surgiu a ideia de a viabilização constitucional de referendo ser aproveitada para introduzir o referendo da revisão cons-



**LUÍS SÁ**  
Membro  
da Comissão Política

«O aprofundamento da integração com o actual sistema institucional comunitário e de articulação com os Estados membros é ultragovernamentalizador. O PSD mostrou que é isso que pretende.»

titucional (Marcelo Rebelo de Sousa manifestou-se recentemente favorável a esta introdução, tal como no passado, na altura acompanhado por Sá Carneiro, António Barreto, Lucas Pires e o candidato presidencial de direita, Soares Carneiro). Qual é o problema? Essencialmente este: hoje a Constituição só pode ser alterada por maiorias alargadas e respeitando os limites materiais de revisão; no futuro, se fosse introduzido o referendo de revisão constitucional, poderia ser alterada por maioria simples (e se tivésemos em conta as abstenções, até por uma minoria).

É conhecido o exemplo da V República francesa e o abuso de verdadeiros plebiscitos para alterar aspectos essenciais do regime. Também entre nós alterações eleitorais, sistema de governo ou outros aspectos da Lei Fundamental poderiam ser aprovados por esta via. A tentação prebiscitória da direita manifestou-se várias vezes ao longo dos anos. Seria um custo demasiado grande para este referendo.

É certo que existem outras vias, como a de introduzir na Constituição uma alteração que contemplasse apenas este caso e este referendo concreto. Mas nunca foi isso que o CDS afirmou pretender, nem constitucionalistas do PSD que defenderam o referendo.

E se não há maioria para impor o referendo, também não há para escolher a via de a ele chegar.

Esta posição corresponde assim, nos seus fundamentos, a uma atitude profundamente diferente da que foi tomada pelo PS e pelo PSD.

A democracia directa é vantajosa, por esta e outras formas o povo não deve limitar-se ao voto periódico. Não têm sentido, por isso, afirmações de rejeição do referendo com fundamentos como os de que «há um consenso larguíssimo» e «não há um sector quantitativamente significativo que tenha posto em causa o que se conseguiu em Maastricht» (Rui Machete); «questões estruturantes não devem ser sujeitas a referendo» (António Guterres); «o país corria a risco de perder credibilidade junto dos restantes membros da CE» (Cavaco Silva); ou que o Tratado é demasiado complexo para ser compreendido pelo povo (Almeida Santos); «a partir de um certo clima emocional a razão cede e a emoção comanda» (idem); que decisões desta gravidade não podem ser deixadas a analfabetos; que o futuro da Europa não pode estar dependente das flutuações da vontade da população; que não há alternativa à União Europeia e por isso a questão não pode ser posta como se houvesse; que há uma maioria clara de deputados a favor de Maastricht, não vale a pena os eleitores pronunciarem-se (ver declarações de Edite Estrela, e ainda de Almeida Santos, etc.).

Em resumo: acerca do referendo, nem faz sentido a fúria irresponsável de conseguir impacto «mediático», sem indicar instrumentos, tempos, modos de fazer o que se propõe, como aconteceu com o CDS, nem o entendimento de que o que é importante e complexo não é compreendido pelo povo - e nada se faz para que seja compreendido - e por isso devem ser os «entendidos» a decidir; antes se exige uma atitude responsável, de quem pondera as suas posições e por isso só admite o referendo em condições que salvaguardem que este não fosse para introduzir o plebiscito anti-Constituição em Portugal.

Removidos obstáculos em termos que resolvam estes problemas, o referendo seria uma forma de informação, esclarecimento, intervenção e expressão da vontade popular.

Não é, obviamente, o objectivo da direita.

# PSD – o-Partido-Estado e o reino dos camaleões

O PSD tem responsabilidades há longos anos na governação do País. Antes de ser maioria, houve os Governos de coligação com o PS e, ainda mais cedo, foi o principal Partido dos Governos da AD. Para trás ficaram ainda responsabilidades noutros Governos.

Os longos anos de permanência no Poder permitiram-lhe obter um conhecimento pormenorizado do complexo mecanismo do funcionamento do aparelho de Estado, de forma a montar uma vasta rede de influências e interdependências, através da colocação de homens de mão nos diversos escalões da administração pública ao mesmo tempo que a outros impõe a lei do silêncio, sob pena de verem a carreira comprometida ou o posto de trabalho em causa.

À semelhança do que acontecia antes do 25 de Abril, o preenchimento da ficha laranja passa a constituir elemento de avaliação mais importante que a qualificação técnica de cada concorrente para o exercício de funções de responsabilidade. A aprovação dos orçamentos, os subsídios ou a execução de projectos ficam dependentes do jogo de influências que se dispuser na complexa teia de influências nos corredores do poder laranja.

Quando tudo isto não se mostra eficaz então aí estão as escutas telefónicas e as vigilâncias, sobre quem luta contra esta política ou sobre quem, nas instituições, não se quer vergar ao peso e às concepções de um Partido-Estado.

Esta organização tentacular é uma clara perversão das concepções e características do regime democrático, tal como a Constituição ainda o consagra, apesar das sucessivas mutilações a que tem sido sujeita nas revisões verificadas.

Por outro lado, o PSD tem tido na capacidade de «travestir» a sua actuação — fazendo-se passar por oposição quando é Governo, alijando culpas suas para outros, branqueando erros e responsabilidades que lhe cabem na sua acção governativa — outra vertente da sua actuação política.

A forma sectariamente partidarizada como desde há anos é dirigido o serviço público de Televisão, como principal meio de difusão e formação de opinião, dá um contributo valiosíssimo a esta estratégia.

## Todos por um

Retirando poderes à Assembleia da República na sua acção fiscalizadora sobre a actuação do Governo, diminuindo capacidade de intervenção à oposição e furtando da opinião pública, sempre que pode, o debate sobre a acção do Governo, o PSD aplica multas e impõe a «lei da rolha» ao conjunto dos seus deputados para evitar falhas no coro ao enaltecimento das virtudes da actuação governativa e do seu chefe.

Esta concepção de Partido-Estado legítima um exercício de poder de forte cariz egocêntrico (ao chefe se deve tudo e a sua autoridade não pode ser posta em causa) realizado em circuito fechado. Os interesses do País reduzem-se cada vez mais às dimensões dos compromissos, das «luvas» e dos acordos que se estabelecem, fundidos com as ambições e projectos dos detentores do poder económico. O cariz autoritário, e a arrogância cada dia mais presente na actuação deste Governo, é uma consequência inevitável desta concepção de poder que tem, na redução das liberdades e direitos dos cidadãos, uma vertente essencial.

No Algarve, o actual Governo Civil exerce esta função de estado acumulada com a da Presidência da Comissão Política Distrital do PSD. Trata-se de uma personalidade que se tem vindo a destacar como uma das mais aguerridas e intervenientes na defesa da política e da acção governativa. Prolixo e enciclopédico, é frequente ouvirmos Cabrita Neto debitar opinião num só dia sobre assuntos tão diversos como o valor de uma obra pública (mesmo que seja da responsabilidade do poder local) e as virtudes da política do governo em áreas tão especializadas como as das doenças psico-somáticas. Tudo isto, como convém, com a cobertura necessária dos órgãos de informação a quem se faz «lembrar» a importância da agenda do Governador. No mesmo noticiário, por coincidência, regista-se outra sua intervenção no papel de Presidente da Comissão Política Distrital do PSD ou na de Presidente de uma associação patronal de hotelaria.

Todavia e porque os canais precisam de estar bem afinados, para evitar fffias, no início deste ano fez saber, alto e bom som, que no Algarve, da coisa pública, quem manda e quem fala é ele. A «lei da rolha» em toda a extensão do aparelho de Estado. Confrontado com problemas económicos, com a falta de financiamentos comunitários para apoio ao desenvolvimento, com a degradação da situação social, para o representante do Governo tudo está bem. Se alguma coisa vai mal, se é preciso tomar algumas medidas, o Governo está a fazê-lo. O resto é a má língua da oposição, as culpas da CBE (quando convém) ou as imprevisíveis catástrofes naturais.

Assim, ter acesso a qualquer tipo de informação ou estudo sobre a realidade regional transformou-se num empreendimento mais difícil do que descobrir um lince na serra da Malcata. O medo instalou-se nos vários departamentos da administração central, através de um clima de intimidação, que visa preservar acima de tudo que o acesso à informação seja facultado unicamente a quem está com o poder laranja.



## A feira da política

As eleições autárquicas estão no horizonte próximo de todas as forças políticas. Enquanto na Assembleia da República os deputados do PSD se mantêm em sentido perante as ordens do Governo, cá fora redobram-se em iniciativas, num largo exercício de simulação, como se de repente tivessem descoberto uma infinidade de problemas a que urge pôr cobro.

O deputado António Vairinhos, que enquanto quadro da CCRA Algarve — entre outras tarefas, funções e remunerações — acompanhou a execução do Plano de Desenvolvimento do nordeste Algarvio, aparece agora a «descobrir» a existência do Algarve de «um elevado défice de desenvolvimento» atribuindo tal facto (imaginem-se) à falta de visão das autarquias (o que não diz é que no Algarve dos 16 municípios só 2 são de maioria PSD).

Que o Algarve se defronta desde há muito com problemas sérios de desenvolvimento, com a actividade económica afunilada no turismo é um facto. Que o deputado só agora o descubra é grave. Mais grave ainda quando sabe que tal situação não se deve ao poder local mas à política deste governo porque é o Governo o responsável (até porque o PSD se tem oposto à instituição das Regiões Administrativas) por todos os Planos e definições da política

económica e de desenvolvimento da região. Está-se pois em presença de um acto camaleónico exarcebado, com fins meramente eleitoralistas.

Mas há mais. O também deputado do PSD, Filipe Abreu, «descobre» agora a existência de falta de água no Algarve. Angustiado conclui que «é dramaticamente urgente» para fazer face ao problema construir rapidamente a barragem de Odelouca. Para não ir mais longe cabe perguntar onde estava o «atento» e «angustiado» deputado quando se votou o Orçamento de Estado e aí se consagrou a política que está à vista e motiva agora todas as inquietudes.

Até a Dra. Isilda que passou longos anos no Algarve como representante da Secretaria de Estado da Cultura descobre agora, depois de promovida a parlamentar, a necessidade de uma maior descentralização no apoio à actividade cultural. Pouco dada às coisas do mar indigna-se contra o facto de no OE deste ano o futuro porto de Quarteira só estar dotado de uma verba de 5000 contos. Aprecia-se o gesto mas convenhamos que estava muito distraída nas suas fantasias aculturais a senhora deputada, quando votou o orçamento. Que se saiba, votou sem qualquer protesto.

Mendes Bota, o também ele prolixo e eclético quadro do PSD, num ímpeto arrebatado, contra aquilo que considera «a destruição do património cultural e paisagístico do Algarve» processo motivado pelos «interesses imobiliários». Tudo bem. Só que, é preciso (também para não ir mais longe) lembrar que este deputado europeu foi durante largos anos vereador e presidente de um município (Loulé) que é responsável pela criação de um dos muitos exemplos — Quarteira — que o actual deputado agora tão vigorosamente ataca.

## Os camaleões militantes

O desvelo que os deputados e dirigentes regionais do PSD no Algarve demonstram em relação à regionalização (pela importância que esta matéria tem na região) contrasta, como é óbvio, com toda a atitude de sentido contrário assumida pelo seu Governo. Mesmo dando algum crédito a tais manifestações de interesse o que a vida demonstra é que a sua opinião e posição pesa pouco no conjunto de um Partido que tem no centralismo uma vertente essencial da sua acção governativa. E se o chefe não gosta...

Mas, porque nos dias que correm já pouco nos deve surpreender, nesta dúplice acção política os deputados do PSD acabam de anunciar a publicação em livro (imaginem-se) de um conjunto de reivindicações a colocar, distrito a distrito, ao Governo, apresentação feita

com todo o apoio mediático que o poder confere nestas circunstâncias. Tal iniciativa é bem a expressão de uma postura marcada pela mais descabelada demagogia, pela ausência de seriedade e pela completa falta de respeito pelos cidadãos, atitude que caminha a par do clientelismo, dos jogos de poder, num clima que favorece não só a corrupção como contribui para o desprestígio das instituições democráticas, junto da opinião pública.

É pois toda esta concepção de Partido-Estado, na qual se misturam a subserviência e o nepotismo, o egocentrismo com o acto camaleónico militante (porque certamente não se alimentam do vento) num mimetismo por de mais hipócrita que surge como instrumento privilegiado da acção política de um Partido que tem um Governo ao serviço da reconstrução do capital monopolista, com uma política de supressão de liberdades e aumento das desigualdades sociais — que é necessário desmascarar e combater.

É esta política sem sentido de Estado e sem noção de País que urge alterar porque é o regime democrático que está em causa e com ele os reais interesses do nosso povo que aspira a um Portugal mais justo, mais próspero, mais democrático e de maior justiça social.

# Uma conferência diferente... Em defesa de uma política ambiental

Em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, no Brasil, reuniu-se de 24 a 28 de Maio, a Conferência Internacional Terra, Ecologia e Direitos Humanos. Durante cinco dias mais de uma centena de organizações camponesas, indígenas, sindicais, de direitos humanos, cristãs de 27 países da América Latina e das Caraíbas, Ásia, África e Europa debateram, num clima de grande solidariedade e disponibilidade revolucionária, as questões da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento em que o direito à vida e à dignidade da pessoa humana foram colocados no centro da reflexão e em que as comemorações dos 500 anos foram discutidos por aqueles que são a fonte de produção da riqueza de um continente cujos recursos e populações têm sido espoliados e dizimados pelas transnacionais e pelos grupos económicos nacionais dominantes em nome da sacrossanta actual ordem económica internacional.

O artigo que se segue, fruto de intervenção na Assembleia da República, pretende reflectir um dos temas que foram debatidos na Conferência Internacional à luz da «Cimeira da Terra».

**1.** De 3 a 14 de Junho decorre no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Cimeira da Terra como também é conhecida. Os 175 Estados membros da ONU terão nela representantes ao mais alto nível. O Fórum Global onde estão ONGs (organizações não governamentais) de todo o mundo decorrerá paralelamente.

Durante 2 anos e meio, desde a decisão da sua realização, em 22 de Dezembro de 1989, por resolução da Assembleia Geral da ONU, promoveram-se centenas de reuniões preparatórias, definiram-se 27 grandes temas a tratar, desde a «economia internacional e o meio ambiente» até aos «problemas institucionais e jurídicos», desde a «pobreza», «saúde», «habitação», «educação» até à «protecção da atmosfera», «recursos fundiários», «desflorestação», «desertificação», desde o «desenvolvimento sustentado» até à «agricultura de montanha», «biodiversidade», «biotecnologia», «protecção dos oceanos», «resíduos perigosos», etc.

Elaboraram-se milhares de páginas de documentos preparatórios e projectos de protocolos. 10000 participantes estarão presentes na ECO 92.

Tudo deveria aparentemente conduzir a que tão importante areópago desse lugar a não menos cruciais decisões para o futuro da Humanidade e dos Povos e que abrisse os caminhos da convergência entre meio ambiente e desenvolvimento.

**Contudo a montanha arrisca-se a parir um rato e, sobretudo, a produzir conclusões que não ao sequer equacionar as questões fundamentais que, por um lado, estão na origem da degradação das condições ecológicas de vida — o modelo dominante de desenvolvimento injusto e desigual — e que, por outro, devem ser o objecto principal das preocupações ambientais: o Homem e o seu direito a uma vida digna e feliz.**

É que, como escrevia recentemente um conceituado e insuspeito jornalista (Jean Daniel Le Monde Diplomatique/Maio 92), «... as noções de previsão, de partilha, de desenvolvimento endógeno, de protecção, da sociedade não essencialmente motivada pelo lucro contradizem os interesses dominantes e os mitos reinantes (encarnados pelos EUA, mas não somente por eles) e por isso inscrever estas noções no seio de compromissos sérios significaria pôr em causa certos modelos de consumo, os poderes das multinacionais, as grandes orientações da investigação, a abertura selvagem de todos os mercados, a ditadura mundial de tecnocracias financeiras, o lugar do sector militar nas economias...»

**2.** A Humanidade enfrenta reais problemas ambientais e no centro das suas preocupações deve estar o Homem.

Por isso, a primeira-grande questão a merecer reflexão deve ser a salvaguarda do direito à Vida.

Hoje, no Mundo, mais de mil milhões de pessoas estão oficialmente registadas como pobres e 640 milhões como muito pobres. Em 34 países do Sul uma de cada dez crianças morre antes de alcançar os cinco anos de idade. Há actualmente no mundo 10 milhões de crianças gravemente desnutridas e outros 200 milhões recebem uma alimentação deficiente. No Relatório «O estado mundial da infância», a UNICEF denuncia que 40000 crianças morrem por dia no chamado Terceiro Mundo. Nos países mais pobres a questão com que milhões de pessoas se defrontam é a de não morrerem à fome em cada dia que passa o que lhes impõe muitas vezes acções deprezadoras do Ambiente.

Nos próprios Estados Unidos, de acordo com o censo oficial existem 31,5 milhões de pobres, 12,8% da população, e na cidade de Nova Iorque existem 115 mendigos por quilómetro quadrado.

58% da população mundial vive nas zonas rurais mas, anualmente, nos países em desenvolvimento, 80 milhões de pessoas, mais de 200000 por dia abandonam os campos a caminho das cidades.

Será que esta situação que marca fundamentalmente os países menos desenvolvidos, os países do Sul, resulta da ausência de recursos naturais e de falta de potencialidades para que tais países alcancem níveis de vida dignos?

**Não! A explicação está nos sistemas económicos dominantes e, em particular, no processo de exploração daqueles recursos por parte dos grandes interesses**

**económicos, das grandes transnacionais normalmente sediadas nos países desenvolvidos do Norte, em particular nos EUA e dos grupos económicos nacionais.**

**O modelo de desenvolvimento imposto pelos países capitalistas mais ricos mantém os países menos desenvolvidos numa situação de extrema dependência, com uma industrialização débil e poluente, com uma agricultura assente em sistemas monoculturais, com uma economia virada sobretudo para a exportação, com uma dívida externa crescente sem beneficiarem de reais transferências de tecnologia, sem**

**acesso aos meios de observação global dos fenómenos que afectam a atmosfera e o clima.**

45 milhões de dólares é o fluxo financeiro anual do Sul para o Norte para amortização da dívida externa.

**3.** Um dos maiores bloqueios ao desenvolvimento dos países do Sul, em particular da América Latina centra-se na questão fundiária.

A brutalidade da concentração fundiária mede-se por números: no Brasil, 0,8% dos proprietários têm 44% da terra, ou dito de outra maneira, 65% dos proprietários detêm somente 5% de todas as terras. Os 20 maiores proprietários do país detêm 20 milhões de hectares, a mesma área que detêm 3,3 milhões de camponeses. As transnacionais possuem 36 milhões de hectares, quase 10% das terras do Brasil. Nos latifúndios, 67% da superfície agrícola útil (165 milhões de hectares) está abandonada. A média de emprego é de 1 trabalhador por cada 1570 hectares de terra. Nos últimos 20 anos mais de 30 milhões de brasileiros deixaram o meio rural para a cidade onde reencontram a miséria e se debatem com a extrema violência social.

Na Guatémala, por exemplo, 70% das terras cultiváveis estão na mão de menos de 2% dos proprietários.

Milhões de trabalhadores sem terra e camponeses são expulsos para as grandes cidades por falta de terra e de meios de subsistência.

Nações indígenas vão desaparecendo, reduzindo-se ou emigrando por falta de condições para continuarem a fazer agricultura, sua principal fonte de subsistência, por recusa de demarcação das suas terras, pela destruição da sua cultura.

**Hoje é opinião geral, tal como as Organizações Não Governamentais do Sul se têm feito eco, que a Reforma Agrária é essencial nestes países.**

**4.** A temperatura média da atmosfera aumenta 0,33 graus por década e a consequência será o aumento do nível do mar a um ritmo provável de seis centímetros em cada 10 anos o que significaria, a prazo, o retorno ao nível que o mar teve há cinco mil anos e a inundação da sexta parte da Humanidade.

Uma das razões está na emissão dos clorofluorocarbunatos, os CFCs, que destroem as moléculas de ozono que nos protegem da fracção ultra-violeta da luz solar provocando o efeito de estufa. Os EUA são os maiores responsáveis pela emissão para o ar de gases que provocam o efeito de estufa. Só à sua conta enviam para a atmosfera 26% de todas as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). 46% dessas emissões são produzidas por apenas 7 países.

Anualmente 16 milhões de hectares de floresta, a maioria tropical, desaparecem em resultado dos incêndios florestais, das chuvas ácidas ou da desflorestação por interesses económicos.

Muitos outros milhões de hectares de floresta tradicional e multifuncional são substituídas por florestas industriais de crescimento rápido como o eucalipto responsáveis pela desertificação das regiões onde se implantam.

No Brasil, a Aracruz Celulose, a maior empresa de celulose do mundo que contribui com 25% da produção mundial e a quem, ironicamente, a Cimeira da Terra vai premiar como «exemplo de desenvolvimento tecnológico em harmonia com a natureza», detém mais de 150 mil hectares de terras plantadas com eucalipto.

Na sua região, como nós próprios verificámos no terreno, os rios secaram, a fauna e a flora desapareceram, mais de 7000 famílias de camponeses e índios foram obrigados a emigrar.

A floresta amazónica, pulmão do mundo, tem vindo a ser delapidada pelos fortes interesses económicos ligados à poderosa indústria florestal.

**5.** Procurei viajar rapidamente por alguns dos pontos mais significativos que estão hoje no centro das razões de degradação do meio ambiente e das condições de vida de milhões de seres humanos e do bloqueio do processo de desenvolvimento nos países do Sul.

A «Cimeira da Terra» deveria centrar a sua discussão nestes dossiers e procurar abrir caminhos para a sua resolução. Contudo, o que constatamos é que os países mais ricos e industrializados, com os EUA à cabeça, se recusam a pôr

em causa ou sequer a beliscar a ordem económica que está na base de tão graves desequilíbrios ambientais, sociais e económicos.

À Convenção sobre o Clima o presidente Bush responde que não assinará um texto que «seria demasiado oneroso para os homens de negócios», opondo-se ao lançamento de uma ecotaxa sobre a emissão e uso de energias fósseis (carvão e petróleo).

À Convenção sobre a Biodiversidade, que deveria, por exemplo, incluir normas para a retenção pelos países do «Terceiro Mundo» de parte dos lucros das transnacionais farmacêuticas pela exploração de animais e plantas ou com os direitos de propriedade intelectual e biotecnológica, Inglaterra e EUA — estes pela boca de William Reilly, chefe da agência de Protecção Ambiental dos EUA e que chefia a delegação deste país à Conferência do Rio — opõem-se com o argumento, no último caso, de que tal Convenção não protege os interesses das empresas norte-americanas.

As Convenções sobre as Florestas e a Biotecnologia nem sequer chegaram ao Rio.

**O problema da Dívida Externa e a questão da Reforma Agrária não fazem parte da Ordem de Trabalhos.**

Ao estabelecimento de prazos e programas concretos de acção previstos para a «Agenda 21» os países mais desenvolvidos preferem declarações de intenções, genéricas e vagas.

A necessidade dos países industrializados aumentarem, em cinco anos, o seu apoio aos países menos desenvolvidos para 0,7% do PNB — o que seria mais do que compensarem numa muito pequena parte a degradação e a transferência forçada e violenta de recursos dos países menos desenvolvidos para os seus próprios países — respondem os primeiros com uma negativa contundente.

**Neste quadro a Conferência do Rio é sobretudo um acontecimento mediático, com discursos carregados de hipocrisia e decisões para iludir os incautos e, no fundamental, a tentativa de confirmação e aprofundamento do modelo mundial dominante de desenvolvimento desigual e injusto assente no neoliberalismo e no poder das transnacionais e visando uma estratégia global de dominação dos países periféricos e menos desenvolvidos.**

Isto mesmo foi afirmado na Conferência Internacional Terra, Ecologia e Direitos Humanos.

Nas suas conclusões pode ler-se: «a ideia de uma nova ordem mundial política, económica e ambientalmente sustentável não pode ignorar as relações desiguais que têm imposto aos países periféricos os custos sociais e ambientais do crescimento dos países centrais».

E ainda que os sistemas económicos dominantes «impõem uma divisão internacional do trabalho que converte os países do Sul em exportadores de capital sob as mais diversas formas» e a «adopção de modelos que provocam grandes cataclismos sociais» (Declaração de Vitória «Em Defesa da Vida e dos Povos»).

**6.** As perspectivas para a Conferência do Rio são de tal modo negativas que até Jacques Dellors e Ripa di Meana (Comissário do Ambiente da Comunidade) se recusaram a estar presentes e a dar cobertura às posições fundamentalistas lideradas pelos EUA.

Mas, mais uma vez, o Governo português tanto nesta qualidade como na de presidente em exercício das Comunidades prefere seguir e vincular-se às posições norte-americanas e às atitudes mais conservadoras da Comunidade.

Depois de uma presidência completamente apagada em matéria de Ambiente e de preparação da Conferência do Rio (é não só...) criticada pela generalidade das organizações ecologistas da Europa e pelos seus parceiros da Comunidade; depois de se ter recusado a promover um amplo debate público no nosso País e uma participação efectiva das organizações ambientais e da própria Assembleia da República na preparação da «Cimeira da Terra», como o PCP propôs, o Governo do PSD demite-se de assumir uma posição firme face às perspectivas que a Cimeira está a assumir, de contribuir para que sejam garantidas conclusões mais de acordo com os objectivos originais da Cimeira, de se prestigiar e prestigiar o País aos olhos da maioria dos países e dos povos do Mundo.

Em matéria dos órgãos mais representativos da Comunidade, Cavaco Silva irá ao Rio de Janeiro orgulhosamente só.

A postura do Governo e da presidência portuguesa deve ser severamente condenada. Tal como recentemente aconteceu com a Reforma da PAC as suas posições não servem os interesses de Portugal — nem sequer da Comunidade — sendo cegamente alinhadas com os EUA e a Inglaterra e desprestigiante aos olhos de países e povos com quem temos afinidades culturais e linguísticas e com quem temos interesse em desenvolver relações de cooperação, como são os países da América Latina e o Brasil em particular.

Não pode haver defesa do meio ambiente sem Desenvolvimento e não pode haver desenvolvimento sem nações iguais em direitos, mas com relações de troca desiguais na economia mundial, sem justiça social e sem igualdade, sem acesso de todos os cidadãos do mundo a condições de vida materiais e culturais dignas e felizes.

# Os incendiários estão em greve!

■ Vasco Paiva

Os «incendiários estão em greve!» ou então (e por certo não faltará muito para que se diga) a «política do Governo no combate aos fogos é um tremendo sucesso!» ... o leitor menos informado ou mais desprevenido ainda pode vir a acreditar numa destas rábulas.

De facto num País em que se procuram bodes expiatórios, os «incendiários» e em que se fogem às questões de fundo sob o manto de meia dúzia de frases bem propagandeadas, é possível acreditar em tudo.

Como é óbvio as razões são outras, naquilo que se costuma designar por Triângulo do Fogo entram três componentes para que uma deflagração e um incêndio possa ocorrer: combustível+calor+oxigénio. Se o calor ainda não aportou por estas bandas e se os combustíveis estão húmidos pelas chuvas, é natural que não se tenha fogos.

Tal como os fogos têm sido tratados em Portugal, estes continuarão muito mais dependentes dos Verões mais ou menos secos do que de uma política séria assente em bases científicas.

O retrato de anos atrás de anos é de pura ignorância em termos de ciência dos fogos, é um retrato de hipocrisia e de fingimento, de interesses obscuros, em que vão sendo vítimas a floresta, as populações, o ecossistema que afecta tudo e todos e os bombeiros aos quais se vem exigindo o que humanamente não podem dar por falta de preparação, de meios e porque não é esse o caminho.

Não poucas vezes se mistura e confunde causas, efeitos, consequências e quem lucra com tudo isso. Resumir tudo isso à afirmação de que são incendiários, madeireiros e celuloses é pobre e medíocre. As agências funerárias também lucram com os funerais e que se saiba não andam por aí a matar as pessoas. Uma coisa é quem lucra com a desgraça, outra é quais as causas dessa mesma desgraça. Ignorar esta diferença só contribui para perpetuar uma situação em que o Governo lava as mãos como Pilatos e não se vai ao fundo das questões.

Assim não é de estranhar que os fogos aumentem em número e área ardida de ano para ano, naturalmente com alguns picos e algumas quebras resultantes das alterações cíclicas do clima.

Não nos vamos prender com os números. Há quem diga que os cálculos e estatísticas são sempre mal feitos e que arde mais do que se julga, por serem números tomados empiricamente no final de um fogo, também há quem diga que se tudo correspondesse à verdade já não havia mais nada para arder. Inclusive alguns dados, primeiros, obtidos há dois anos por fotografia de satélite não são totalmente conclusivos.

Participantes nacionais e estrangeiros no projecto CORIM que em Portugal fez esse primeiro tratamento de áreas ardidas por fotografia de satélite concluíram pela enorme dificuldade de separar o que eram áreas ardidas no ano em causa e o que eram do ano anterior. Também os especialistas em foto-interpretção são os primeiros a afirmar que a foto não dispensa, pelo contrário impõe, o reconhecimento no terreno.

Pessoas com intenções bem concretas e definidas tendem a acentuar a ideia de que «antes do 25 de Abril não ardia tanto».

As razões são outras: primeiro, antes de 74, escondiam-se e falsificam-se propositadamente as estatísticas, censurava-se a informação e procurava-se ocultar que o País estava a arder. Por outro lado o efeito da emigração, do abandono das aldeias, das culturas, a desertificação humana do interior, assim como o abandono dos fogões a lenha e os electrodomésticos a chegarem a toda a parte não produz efeitos instantâneos. Sempre demora algum tempo até que os matos cresçam e os pinhais também.

Mas mesmo assim não é preciso ser-se muito velho para nos recordarmos do fogo da Serra de Sintra em que morreu um grupo de soldados em vésperas de partirem para a guerra colonial ou já em 72 o fogo no Vale do Vouga em que ardearam desde Sernada as serras de Préstimo, Talhadas e por aí fora.

O comboio do Vale do Vouga foi dado como culpado e o Governo acabou com o Vouguinha. Se ainda houvesse hoje combóios a vapor lá estava uma boa desculpa para o Governo de Cavaco, acabar com as linhas férreas secundárias...

## Das causas e das condições que proporcionam os grandes fogos...

São múltiplas as causas dos fogos. As estatísticas apontam que os domingos, dias de piqueniques, passeios, festas e romarias com foguetes, são os dias de maior número de fogos. Não poucas vezes o descuido é uma das razões essenciais, mas não basta, como afirmávamos no início deste artigo é essencial o calor e o combustível. É nas condições estruturais da nossa floresta que reside a chave do problema. Há que evitar a doença ou impedir que se alastre, não é quando o doente está moribundo que se podem esperar receitas milagrosas. A questão está em PREVENIR, se a floresta estiver limpa e cuidada, o fogo, em certas condições, até pode ser benéfico.

Mas o que se passa?

Em Portugal gastam-se milhões no combate aos fogos e quase nada se investe na prevenção.

Embora o Ministro recentemente tenha afirmado o contrário, os números estão aí e não precisam de tradutor: investe-se apenas 750 mil contos em prevenção, enquanto se aplicam mais de 8 milhões de contos no combate! Só para

matagais proporcionadores de grandes fogos. Quem o faz? Quais os apoios e estímulos? Nenhum!

Hoje reduz-se ao esforço de alguns engenheiros florestais na Circunscrição Florestal do Norte (Porto) e à actividade e empenhamento de professores na Universidade de Trás-os-Montes (Vila Real). Entretanto onde se fez os resultados estão à vista.

Diremos ainda que os apoios à defesa da nossa floresta não são apenas estes os necessários. É por demais conhecido que as florestas de espécie única são um grande perigo e que deveriam existir apoios e estímulos para a implantação de folhosas.

Uma questão ainda que interessa referir é de como são combatidos os fogos em Portugal.

Portugal deve ser um dos poucos países em que se achou por bem demitir dessa actividade os engenheiros silvicultores/florestais. Ora é um facto indelmentável que devem ser eles os que têm por obrigação de conhecer melhor o que é a floresta, quais as espécies mais combustíveis, quais os efeitos e comportamento dos fogos, etc.

Mas adiante. Os meios aéreos têm sido apresentados como solução milagrosa. NÃO O SÃO. Têm uma influência reduzida quer em termos de raio de acção, quer em termos de efeito de apagamento e já atrás vimos que hoje são um grande negócio — uma verdadeira INDÚSTRIA. Mas há quem pensa que as soluções vêm dos céus.

A maior parte dos fogos são combatidas por aquilo que se designa por **ataque directo** com recurso e exigências de grandes volumes de água.

Ora o ataque directo é o ataque mesmo em cima do próprio fogo, expõe os combatentes a maiores perigos, ao calor e ao fumo e está provado que só é eficaz para fogos de pequena dimensão, com perímetro bem definido.

Entretanto poucas vezes se utiliza o chamado **ataque indirecto** com recurso à definição de uma linha de defesa aproveitando as barreiras naturais e artificiais, estudando as dimensões do fogo, topografia, velocidade e direcção do vento, combustível a arder e no percurso do fogo.

O ataque indirecto é eficaz para grandes fogos, não tem exigências de tamanhos volumes de água, pode-se usar o contra-fogo e as correntes de sucção produzidas pelas colunas de convecção do próprio fogo encarregam-se do resto. Exige planificação, exige saber, mas é mais eficaz, mais rentável e produtivo, de menores riscos no combate a um grande incêndio. (1)

Em resumo e não se querendo nem podendo fazer aqui um tratado sobre o assunto sempre se dirá que o combate ao fogo não se pode deixar ao improvisado, é apenas ao espírito abnegado, de sacrifício dos bombeiros que naturalmente merecem todo o nosso reconhecimento e respeito, mas aos quais, repito, se está a exigir o que humanamente não podem dar.

O combate ao fogo é um assunto sério, é um assunto científico, que exige um tratamento radicalmente diferente do Governo.

Foi, é, com este espírito que o Partido Comunista Português, através do seu grupo parlamentar já por diversas vezes apresentou projectos-de-lei na Assembleia da República. Mas à direita, ao Governo não lhe interessa pensar assim. À direita, ao PSD, ao Governo o que interessa são os máximos lucros, os arranjinhos dos negócios dos seus amigos e um bom *marketing*, uma boa propaganda que dê mais uns votitos. Continuando as coisas assim, lá mais para diante, quando chegar o calor chegarão os fogos, nessa altura teremos a par dos discursos dos Ministros a angústia dos bombeiros e das populações, e entretanto arde a floresta e o ambiente e conforme dizia a canção... «há fogo no meio da floresta, e os mortos apontam em frente o caminho da esperança que resta». A continuarem as coisas assim é natural que muita gente se conforme e diga DEIXA ARDER...

Há soluções, há alternativas, foi o que pretendemos demonstrar.

(1) *Interessa ainda referir que a maior eficácia no combate a um fogo se alcança no início da sua deflagração e é justo a salientar que se seguiu uma política de reduzir efectivos na função pública, passar à reforma os guardas florestais e não empregar novos guardas — o que se conseguiu com isso? Reduzir drasticamente os meios de detecção dos fogos!*



1992 estão orçamentados cerca de 2 milhões de contos para meios aéreos...

Ora quanto aos meios aéreos é bom que se saiba que as caldas que lançam são retardantes, não apagam, não dispensam os meios terrestres. É bom que se saiba que a eficácia dos meios aéreos é no fundamental no início de um fogo, e que um helicóptero no ar custa 6 contos por minuto. Isto já para não se dizer que a exemplo de outros países se podia aproveitar a Força Aérea, assim como os aeroclubes mais para detecção ou para brigadas de Intervenção Rápida do que para outra coisa.

A primeira coisa a fazer seria PREVENIR conforme dissemos. O melhor combate faz-se no Inverno, faz-se evitando-o. Passa pela melhoria das condições para a nossa floresta — coisa que os programas oficiais não resolvem: O célebre PAF está na gaveta provavelmente por falta de verbas, independentemente de todos os mistérios que o rodearam e o Reg. 797 é praticamente ignorado e de escasso efeito nesta matéria.

A técnica do fogo controlado tem raízes ancestrais na nossa história, foi praticada anos a fio pelos nossos pastores e populações, embora haja por aí gente a dizer que foi invenção dos americanos...

O fogo controlado, praticado por quem sabe, é de efeitos comprovados. Consiste em «pegar fogo» aos matos no final do Inverno, em determinadas condições meteorológicas, com brisa suave e de cima para a base das encostas e leva à destruição de matos, permitindo inclusive condições para a regeneração de pastos. Poupa mão-de-obra, evita grandes

# Almirantes e grumetes na «Grande Armada»

■ Manoel de Lencastro

Qualquer leitor do «Avante!» conhece e não carece de lições quanto às características gerais da sociedade em que vivemos, essa monstruosa selva onde os homens simples tantas vezes se desgraçam, vítimas das suas humanas fraquezas e ambições. Violam-lhe as regras, e tombam. Outros, aliam-se aos grandes poderes do dinheiro. Jogam e arriscam fortunas. Surgem nas primeiras páginas dos jornais. Então, em múltiplos casos e porque sem bases de capital próprio verdadeiramente sólidas, são os primeiros a sofrer quando as ondas do grande oceano que é o capitalismo estoiram de raiva e começam a tudo engolfar. O sistema que nos rege, espreme e sufoca não tem justiça nem moralidade. Só conhece a vingança.

Digamos desde já que não sentimos pelo sr. Alan Bond qualquer espécie de solidariedade. Vamos registar apenas a sua movimentada trajetória, agora que acaba de ultrapassar os negros porões da prisão, na Austrália. Alguma simpatia, sim, dedicamos a outros de cujas histórias deixamos um apontamento na parte final deste trabalho. Esses, os pequenos, os iludidos, os foragidos do mundo cruel que lhes reduziu as vidas a escombros antes de acenar-lhes com a última das tentações para, por fim, desgraçá-los.

## 1. O grande almirante

Alan Bond, industrial e financeiro, 54 anos de idade, havia sido declarado falido em Abril deste ano, tendo sucumbido face a uma impossível montanha de dívidas — 700 milhões de dólares australianos. Fora o presidente do Conselho de Administração da famosa «Bond Corporation» cargo de que se demitiu dois dias antes de serem revelados, em Setembro de 1990, os respectivos prejuízos — 2,2 bilhões de dólares australianos. Alan Bond! Quem és tu?

Condenado a dois anos e meio de prisão, ainda ontem era adulado por toda a Austrália e recebia felicitações dos mais distintos sectores da política, da alta finança, da sociedade. Vencera, com a bandeira da Austrália, a «America Cup», a mais famosa das provas oceánicas para «yachts» e quebrara, assim, o domínio do «New York Yacht Club», nessa competição desportiva internacional. Isto, em 1983. Foi condecorado com a «Ordem da Austrália» e, ao regressar, após a sua grande vitória, era sobre passadeiras de veludo vermelho que o convidavam a passar.

Nasceu em Ealing (Londres Ocidental). Em 1950, emigrou para a Austrália onde, em 1953, se dedicava à profissão de pintor de tabuletas. Com um pequeno empréstimo do sogro formou o seu primeiro negócio de construtor civil e, uma década mais tarde, presidia a um império. No clima económico australiano dos anos 80, os bancos punham-lhe aos pés todo o dinheiro de que carecesse. O império «Bond» já estava avaliado em 10 bilhões de dólares australianos (mais de um bilião de contos) — alargava-se, do sector das propriedades ao das explorações mineiras, dos investimentos em grande escala nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, à posse do canal 9 da TV australiana.

Em 1987, depois de um controverso investimento na «telefonica» chilena, adquiriu a empresa cervejeira americana «G. Heilemann». Entrou a fundo na aquisição de propriedades, em Londres, e espantou o mundo ao chamar a si, por £28 milhões, a posse do famoso quadro de Van Gogh, «Os girassóis». A seguir, sequioso de brilhar nos mercados financeiros de Inglaterra, comprou blocos de acções na «Allied-Lyons» (alimentação e bebidas), na «Airship Industries» (construção aeronáutica), na «BSB» (TV-satélite), na «Lonrho» (conglomerado com interesses em África) e na «M+G» (fundos de investimento).

Mas, enquanto Alan Bond cruzava os mares nos seus «yachts» de grande porte, o terramoto financeiro de Outubro de 1987, cavava-lhe a ruína e, daí em diante, o seu navegar de grande almirante ia conhecer o naufrágio e não as alturas da glória. O capitalismo chegara ao limite das suas possibilidades. Para tentar sobreviver, começava a devorar os mais vulneráveis dos seus filhos. Os bancos agiram, rapidamente, exigindo a liquidação dos seus créditos. Nesse mesmo ano fatal que foi o de 1987, Alan Bond tentou um último golpe: salvar da insolvência o banco Rothwells, Ltd., apropriando-se do seu controlo. Onde está, digamos, o grande homem de negócios que não tenha alguma vez sonhado fundar o seu próprio banco?

Na ânsia de salvar, para possuir, o Rothwells, Alan Bond persuadiu outros à realização de investimentos no banco. Mas deixou todos na ignorância de que para si, pessoalmente, reservava no conjunto do negócio uma comissão de 16 milhões de dólares australianos. E foi isto eu o levou à prisão. Hoje, a «Bond Corporation» não passa de um mero esqueleto daquilo que foi. Até o próprio nome está foi mudado. Chama-se agora «Southern Equities». E ninguém lhe dá qualquer importância. O grande capitão e timoneiro de indústrias e de negócios naufragou. O navio-almirante que iluminava os oceanos e os submetia, esse, jaz no fundo.

## 2. O primeiro grumete

Há cerca de dois anos, no decurso duma reportagem que realizámos para um jornal inglês, visitámos certas prisões, em Portugal, onde nos interessava conhecer as aventuras, as desgraças e as esperanças dos presos oriundos de países da CEE.

James Baker (não confundir com outra personalidade) achava-se numa dessas prisões. Disse-nos da sua infelicidade ao ser preso, em Portimão, na posse de substâncias narcotizantes cujo tráfico, como se sabe, é ilegal.

«Fui inglês, sir. Mas, no meu país, não voltarei a pôr os pés», disse-nos.

«Porquê?», perguntámos-lhe. «Quando acabar a sua pena...»

«Nunca, sir! Nunca mais quero ser inglês!»

Contou-nos, então, a sua história. Parece que em Portugal não se encontrava advogado que desejasse defendê-lo. E o julgamento aproximava-se.

Chamaram o cônsul britânico em Lisboa. Este, conduzido à presença do preso e ouvindo da sua boca um relato dos acontecimentos, procurou acalmá-lo declarando-lhe com certa convicção:

«Don't worry, mr. Baker. I'll get you out in two weeks»

(1)

Mas o juiz português, em nada impressionável, aplicou ao nosso James Baker uma pena de 12 anos de prisão que ele, quando o visitámos, se encontrava cumprindo sem rancor e sem animosidade senão ao cônsul e ao país que o vira nascer, a Grã-Bretanha.

## 3. O segundo grumete

Se há lugar em Portugal que, em nossa opinião, não devia sequer existir, é a prisão de Alcoentre e o seu tenebroso torreão. Trata-se de sítio lúgubre, desanimador, triste e revoltante. Entretanto, também lá vivem as pessoas, fazendo pazes com o mundo, imaginando um futuro de cujas condições duvidam completamente. E o tempo vai passando...

Aí, o preso trazido à nossa entrevista na sala de reuniões dos dirigentes do estabelecimento, era também inglês. Homem alto, bastante magro, as mangas da camisa arregaçadas.

Sentou-se e fixou sobre nós um olhar indiferente, quase cruel, próprio dos que já nada esperam do nosso mundo. Tinha 75 anos de idade e a sua pena era pesada, também.

«Vivia em Holborn», disse-nos. Isto emocionou-nos porque Holborn é uma das áreas centrais de Londres que, quando estamos na capital britânica, atravessamos quase diariamente. Com tristeza, perguntámos-lhe:

«O que fez você?»

«Pediram-me para trazer uma mala a Lisboa, you know...» (2)

Baixámos os olhos. Tudo estava claro. O preso prosseguiu:

«Sempre eram mil libras. Faziam-me falta»

Depois, o homem de 75 anos que já fôra capitão da marinha mercante e conhecia a vida, começou a tremer e, entre sentidos soluços, disse-nos:

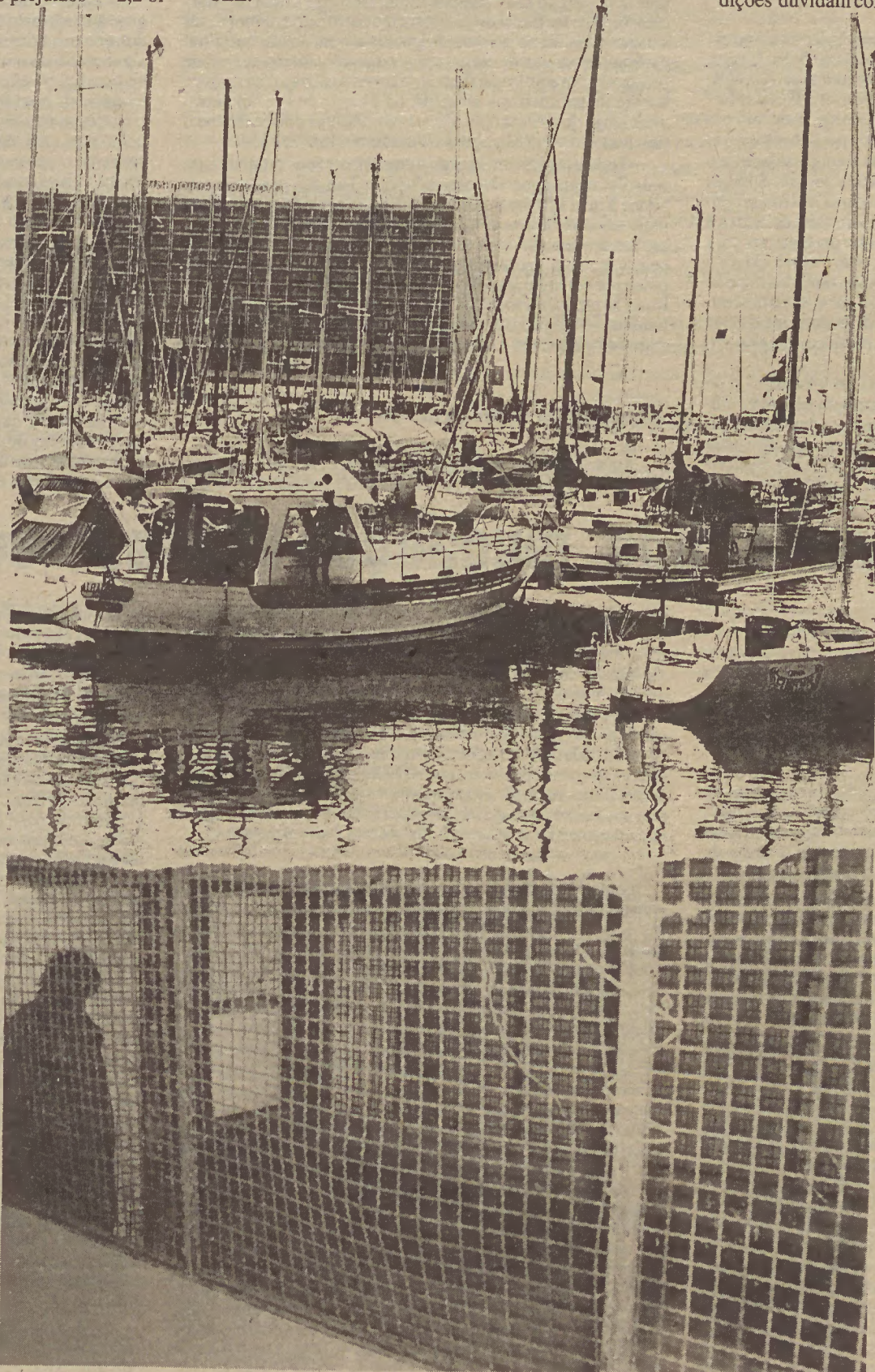
«Sir, vou morrer aqui. E, para comer, só me dão peixe frito. É peixe frito ao almoço, é peixe frito ao jantar...»

Alan Bond, soubemos agora, nem chegou a entrar na penitenciária. Acha-se cumprindo a sua pena numa prisão agrícola localizada, certamente, em sítio sossegado e aprazível onde a alimentação não será tão desesperante como a de Alcoentre, a de Sintra ou a de Vale de Judeus, para não referir senão essas.

Até nas prisões, como se vê, a distinção entre almirantes e grumetes não deixa de fazer-se. São os preciosismos do sistema. Alan Bond, como sabemos, começou do nada mas, que diabos! construiu um império!

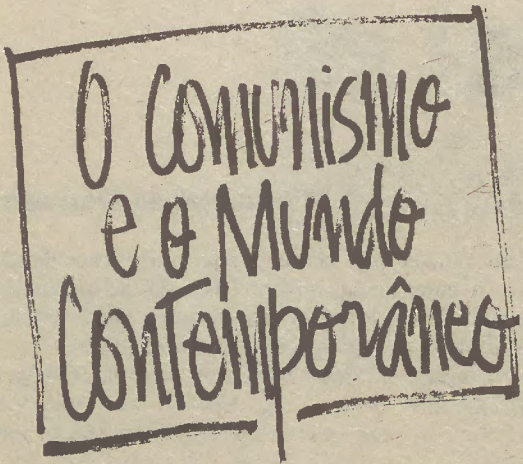
(1) «Não se incomode sr. Baker. Tirá-lo-ei daqui dentro de duas semanas!»

(2) «Sabe, está a ver?»



# Portugal

## — a integração Europeia — — a crise mundial



CICLO DE DEBATES

O debate — Portugal — Integração Europeia, a Crise Mundial — Mudanças sociais, mudanças de representações — foi dominado pelas intervenções iniciais de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, e do escritor José Saramago. Carlos Carvalhas fundamentou a posição do Partido sobre a Integração Europeia, fornecendo dados que Saramago consideraria essenciais para a intervenção cada vez mais necessária do militante. Ponto verdadeiramente polémico do debate foi o da questão do «homem novo». Manuel Gusmão e Moradas Ferreira deram aqui uma contribuição, lançando achas na fogueira. Os jovens e a cultura, e o papel da escola na cultura, permitiram múltiplas intervenções, demonstrando que estas são questões que merecem amplo debate. Os extractos que seleccionámos procuraram mais os pontos de polémica do que os de amplo consenso.

### A informação do Partido tem de ter mais agressividade

Uma camarada (Eduarda) chamou a atenção para a leitura do «Avante!» e dos materiais do Partido. Comentário de Saramago: «É um erro pensar que a informação interna é completa. A função do partido não é viver para dentro, é viver para fora. É essa informação, essa agressividade, essa capacidade de, mesmo com todos os obstáculos, chegar à população que peço, nada mais». Neste sentido, Manuel Pedro salientou a «necessidade de o Partido estar atento à mobilização das outras pessoas e forças para esclarecimento das questões relacionadas com a Integração Europeia e a CEE». Para Manuel Pedro, «para além da crítica à situação mundial, o Partido tem de apresentar perspectivas para a sua superação como Partido Comunista, com o nosso ideal e o nosso projecto». Carvalhas recordou que «são omitidas as posições do nosso Partido na AR», o que explica por que são desconhecidas por tantos, e salientou que «o Partido pode avançar nesta ofensiva de esclarecimento de tudo o que resulta de Maastricht, usando os meios próprios».

Várias intervenções referiram o papel do «Avante!» e do «Militante» como autêntica fonte de informação para os comunistas. Ficou no ar a ideia de que os militantes comunistas estão cada vez mais conscientes das omissões da comunicação social sobre os nossos pontos de vista e de que é urgente uma revalorização do «Avante!» e do «Militante». Um jovem (Namora) re-

forçou esta ideia: «Temos de tornar mais claras as nossas posições e mais acessíveis aos cidadãos em geral. Não posso discutir com os meus colegas de emprego e da Faculdade, o editorial do «Avante!». Esses editoriais estão escritos para quem no partido os lê. Em muitos casos a simples enumeração de números vale mais que certos discursos palavrosos. O Partido deve trabalhar melhor os números».

Carvalhas concordou que «em torno da informação e da linguagem do Partido temos de melhorar muito» e que o Governo «embrulha as suas teses em papel muito bonito e esconde a realidade».

Manuel Gusmão voltou à «questão da informação, da clareza e da expansão das nossas posições», nomeadamente sobre a integração europeia, para os observar de outro ângulo:

«Há aqui questões que se ligam a outras mais gerais, como o nosso tipo de comunicação, etc... Devemos colocar a questão em vários planos. Temos insistido sempre em que a realidade é muito contraditória, o mundo é muito contraditório. Nós não podemos ter uma mensagem para o exterior que apresente os fenómenos de integração, os fenómenos de mundialização e os fenómenos de globalização dos problemas, como maus em si. Não temos feito isso, mas temos de ter cuidado com isso. Porque podem ser processos potencialmente importantes para o desenvolvimento das civilizações humanas. O problema está em distinguir as lógicas que governam esses processos ou que os orientam. E ser capaz de mostrar como a lógica capitalista dominante desses processos de mundialização e integração pode ser desastrosa».

«Nós temos um outro problema, que é o dos graus de consciência possível, os limiares de consciência possível, em relação àquelas pessoas a quem nos dirigimos. Não podemos dizer as coisas que a sua experiência de vida, por vezes local, contraria, mas também não nos podemos submeter a esse limiar de consciência. O nosso limiar de consciência é outro, isto é: temos de ter a capacidade de, ao mesmo tempo, jogar com aquilo que é um património comum de observação do maior número possível de pessoas e com aquilo que (temos de correr esse risco) nos parece ser um diagnóstico que antecipa, ou é capaz de ver um pouco mais longe que o próximo mês, ou os próximos dois meses ou o próximo ano. Sem esmagar a contraditoriedade das coisas».

«Toda a conjuntura histórica comporta vários possíveis desenvolvimentos que são contraditórios. Um dos possíveis que temos à nossa frente é verdadeiramente negro. Mas não podemos, também, aparecer na posição de profeta da desgraça ou profeta desse possível. A questão de passarmos à ofensiva, que penso ser uma necessidade difícil na conjuntura que temos, passa por conseguirmos ligar uma crítica radical (no sentido de irmos às raízes) da sociedade capitalista e do sistema capitalista mundial — e ligar isso, sem timidez, à permanência da necessidade do comunismo e da esperança comunista».

### A questão do «homem novo»

Após a intervenção inicial de Saramago, Manuel Pedro levantou a «lebre»: «Não é possível construir o socialismo se não

houver uma profunda democracia que complete por aí a construção do homem novo. Mas não é primeiro a mentalidade socialista que aparece para permitir avançar na sociedade socialista, há de ser uma revolução, talvez diferente das que já conhecemos, das que deram lugar às sociedades socialistas que fracassaram. Mas não se sabe ainda bem porque é que fracassaram. Sabe-se que não havia democracia e pode ser que tenha sido por isso, essa, pode ter sido marca. Mas terá sido só por essa?»

Um jovem (Namora) tomando à letra as afirmações de Saramago, provocou-o directamente: «Termino fazendo uma pergunta ao Saramago. Se o Saramago pensasse do homem o que pensa agora, tinha escrito o livro «Levantados do Chão»? E termino com um comentário: Se o homem é uma infecção, penso que nós devemos continuar a lutar para que o PCP seja um antibiótico».

José Saramago atalhou de imediato: «Quando escrevi o «Levantados do Chão» já pensava da humanidade o que disse. E não há nenhuma incompatibilidade entre pensar isso e acreditar que isto é mudável, transformável. A demonstração da infecciosidade do homem também está no próprio «Levantados do Chão». Apetece dizer que no princípio da humanidade — tudo era povo. Não há aqui pecado original, há aqui que o poder, a partir do momento em que é exercido, se exerce contra o próximo».

Moradas Ferreira lançou mais achas para a fogueira: «Em Cuba, um camarada cubano disse-me: o socialismo é uma questão de consciência. Outro disse não considerar o Fidel um grande homem, considerava que o Fidel tinha feito dos cubanos dez milhões de homens, de grandes homens. Pergunto se o facto de o regime cubano ter até agora resistido ao bloqueio e a todas as dificuldades não significará que exista o homem novo, até certo ponto, em Cuba».

Manuel Gusmão iniciou uma relativa desdramatização da questão dentro de uma perspectiva histórica: «Sobre a questão dos homens bons e maus, novos e velhos, penso que entendo algumas coisas que Saramago diz sobre este tema. Por um lado, no que diz respeito estritamente ao homem novo — como uma tentativa de nos afastar de alguns aspectos da nossa ideologia historicamente determinados — que pareciam conectar o socialismo com uma ideia de perfectibilidade humana abstracta; ou conectar o pensamento comunista com uma qualquer teoria acerca da natureza humana, boa ou má. Porque se de facto posso estar de acordo que os homens não são bons, é porque penso que não são bons nem maus. São históricos. O que significa que há bons e maus no mesmo lugar e no mesmo tempo; há bons e maus em lugares diferentes ao mesmo tempo; há bons e maus em lugares diferentes e tempos diferentes. Houve já homens novos, no sentido que se estava a falar. A própria explosão da Revolução Russa e o período de fluxo da revolução socialista, mostra homens novos ali a mexerem — como em muitos outros sítios do mundo. E não só na Revolução Russa, mas antes e depois. O problema está em encarar a historicidade da condição humana, não um juízo sobre a natureza boa ou má dos homens. O que o Saramago diz pode ser entendido como uma forma útil, de prevenção em relação a uma crença na perfectibilidade abstracta na natureza humana. Saramago, num seu livro, utiliza uma epígrafe de Marx que fala das condições em

# Mudanças sociais, mudanças das representações

(...)

### Duas questões prévias:

Quando se abordam estas questões - a integração europeia e a crise mundial - nada mais banal do que o tema da mundialização. Há dez anos que este tema é retomado por todos os comentadores.

Uma outra constatação banal é que nos dias de hoje a incerteza tornou-se a única certeza.

Postas estas duas questões prévias e pegando na mundialização, nós temos cada vez mais no plano económico a chamada globalização dos mercados e dos autores, economia modulada pelo tecido das redes: redes de telecomunicações, de transportes, de centenas de milhões de telespectadores, redes ligadas aos computadores.

Nesta questão da mundialização há realidades e mitos. Há até quem afirme que está a nascer uma cultura mundial e que ela tem o seu lugar nas organizações intergovernamentais, nos estados-maiores das multinacionais, nos centros de turismo de peregrinação. E essa cultura teria uma língua, naturalmente o inglês, uma cozinha, que seria uma forma degradada da cozinha francesa, e veicula uma ideologia dominante que é o liberalismo e o negociocismo.

Há mitologia, e também realidade, há uma parte que é real. E por detrás da realidade da globalização e da mundialização, há também a ideologia que veicula a ideia de que hoje as transnacionais passam por cima dos Estados, para concluir que o Estado-Nação é uma realidade arcaica, que não é possível regular as transnacionais senão na integração e portanto numa regulação supranacional em que os interesses nacionais seriam objectivamente abandonados ou sacrificados. Argumenta-se depois que as medidas económicas de desenvolvimento que tenham em conta os interesses nacionais - um Sector Empresarial do Estado Nacional - não conta nos dias de hoje, porque tudo terá de ser pensado em termos globais. Não se nega a tendência objectiva que é o processo integracionista, a sua importância e necessidade, o que se nega é a integração baseada na lógica da dominação e da submissão da lei do mais forte, do não respeito pelas identidades e especificidades nacionais, com os povos cada vez mais afastados dos centros de decisão. É que por detrás da mundialização que é uma realidade objectiva, o liberalismo económico argumenta com a não

intervenção do Estado, com a exaltação do consumidor (mas no mercado, além do consumidor há também os produtores e há capitalistas e trabalhadores) e com o mercado como regulamentador da vida social. Com esta argumentação do «laissez faire», da não intervenção do Estado, o que se procura esconder é o apoio ao grande capital, à concentração da riqueza e a medidas com vista à eliminação da protecção social e das barreiras e obstáculos à concretização da lei do mais forte. As empresas transnacionais, forma dominante de organização da produção, têm necessidade de impor a sua dominação, de destruir toda a regulamentação que limite a liberdade de movimentos de mercadorias e de capitais. Por isso a sua ideologia é naturalmente a do mercado mundial e a da «aldeia planetária»...

(...)

Enquadra-se em tudo isto o «aprofundamento» da integração. Através de uma política de pequenos passos. Os acordos de Maastricht, verificamos-se numa comunidade e numa Europa já diferente daquela a que nós aderimos. Diferente porque houve o Acto Único, e outros pequenos acordos e passos que se foram dando, mas diferente também no mundo envolvente. Houve os acontecimentos dos Países de Leste e a anexação da RDA. A questão da Alemanha, por exemplo, trouxe outras questões e avaliações. Se olharmos para os argumentos do aprofundamento da integração, vemos que eles são apresentados, muitas vezes, principalmente por parte dos socialistas franceses e de alguma direita francesa, com esta tônica: há uma Alemanha Prussiana, a de Berlim, uma renana, a de Bona, uma boa e outra má. No futuro teremos uma Europa alemã ou uma Alemanha europeia? A única maneira de se conter a potência alemã, dizem aqueles, é amarrá-la à integração. Mas não é um processo de integração baseado no neoliberalismo, e na acentuação do chamado défice democrático que conterá a Alemanha. Mesmo as acusações de que a Alemanha pretende fazer com os Países de Leste o que os EUA fizeram com o México, pode ser extensiva a toda a comunidade. A Alemanha hoje é uma grande potência que quer deixar de ser um ano político. É aliás significativo também que com a tinta dos acordos de Maastricht ainda fresca, a Alemanha tenha jogado na desintegração da Jugoslávia, apoiada pela Áustria, Itália e Hungria. O re-

conhecimento unilateral da Eslovénia e da Croácia deu-se alguns dias após Maastricht, sem esperar pelo Relatório da Comissão Baudier. No plano económico aumentou as taxas de juro sem consultar os restantes países e já afirmou claramente, reivindicando um lugar no Conselho de Segurança da ONU, que quem paga deve estar onde se tomam as decisões. Começou, portanto, a levantar a voz.

Maastricht é um equilíbrio instável na trajetória dos pequenos passos, onde muito está ainda encoberto. Não se diz abertamente o que se quer, mas a linha mestra, embora com contradições (e certas oposições do Reino Unido, Dinamarca...), é a linha federativa, com a submissão dos pequenos Estados aos grandes. Nestes acordos definiu-se uma política externa comum, em que muita coisa está em aberto, mas com limitações sérias à definição de uma política externa conforme aos nossos interesses. Há objectivamente uma diluição da posição portuguesa. É certo que na política externa as áreas conjuntas terão de ser votadas por unanimidade, mas depois as aplicações práticas serão já pela regra da maioria qualificada (54 em 76 votos - Portugal tem 5 votos, os quatro países grandes têm 10 cada um. Está a ver-se a proporção). Aqui poderá formalmente não haver grandes avanços em relação ao passado, mas há mais compromissos, haverá novas pressões e existem outros caminhos perigosos que se apontam. Por exemplo, em relação à política de defesa, ela será eventualmente realidade só formal, em 1996, mas deu-se já um passo em relação ao Acto Único, ao consigná-la no Tratado. Afirma-se que a política de segurança pode evoluir em 1996 para uma política de defesa comum, fica consignada a entidade de segurança e defesa. Para já fica só assim, mas há avanços neste sentido. Há o eixo de cooperação militar assente entre a França e a Alemanha. Há a UEO que faz parte integrante do desenvolvimento da União Europeia, instrumento para a construção de uma defesa comum compatível com a Aliança Atlântica. Os EUA impuseram aqui as suas posições no essencial e combateram uma entidade europeia que escape à sua influência e possa rivalizar com o seu poderio. A NATO não perdeu com Maastricht, safu, destes Acordos reforçada, bem como a política de bloco.

E há já toda a pressão (EUA, Inglaterra, Países Baixos - com oposição da França que quer - ou seja a UEO) para que a NATO também «possa contribuir na manutenção da paz na Europa» - em

# Europa

## Lugar de diversidade

Extractos da intervenção de José Saramago

que se formam os homens e de se tratar de formar ou transformar essas condições. Penso, no entanto, não ser despiciente acrescentar ao que Saramago disse esta ideia: já foi possível, é constantemente possível. Há também uma dimensão utópica nos nossos ideais, não a recuso. Mas as utopias também são históricas, são modeladas em determinados momentos de acordo com as condições em que elas nascem. As utopias do Século XVI ou de Platão, não são as mesmas do Século XIX, as do Século XIX não são as mesmas do Século XVI e as nossas de hoje não são as mesmas do Século XIX. Logo, não recuso a dimensão utópica dos ideais comunistas, mas insistiria na dimensão histórica.

«A pergunta feita sobre o "Levantados do Chão", pode ser feita sobre qualquer dos livros de Saramago. Há ali homens que são sobretudo diferentes — uns melhores do que os outros. Se puderem ser melhorinhos e se pudermos dar uma ajuda, ótimo.»

Carlos Carvalhas retomou o tema:

«Não devemos absolutizar as coisas. O que se passa agora nos países socialistas já estava incubado há muito tempo. Isto é: havia contradições, esmagamentos de identidades, etc. Mas o próprio andamento do processo cria outras contradições e cria retrocessos. No sentido positivo as coisas também se aceleram. Vimos aqui, na Revolução Portuguesa, que, quando se tirou a tampa, o próprio processo criou homens novos que estavam muito pouco desportos para a luta e para os valores generosos.»

«As questões materiais têm de ser analisadas para vermos em que medida se reflectem na consciência social. E o que é certo é que os países socialistas, nos últimos anos, se atrasaram e atrasaram muito.»

José Saramago, de quem tinha partido o «pessimismo» inicial, procurou explicar-se melhor:

«Sobre a questão dos homens novos, de acordo que sempre existiram. Na Revolução Russa e até entre nós, na Revolução do 25 de Abril. A questão é que os homens novos envelhecem muito depressa.»

«Quanto à visão negativa que tenho do homem, que parece ser contraditada pelos livros que escrevo: se não fosse o pessimista que sou não teria escrito os livros que escrevo. São livros de um pessimista que tem sentido agudo da relatividade das coisas e da historicidade de todos os comportamentos, mas que não pode fechar os olhos às manifestações obscuras, no sentido trágico, ou dramático, ou terrível, que são as do nosso quotidiano.»

«Um mundo que está dominado pelos produtores da droga é um mundo que está à beira da loucura. Quando se vê ou presente o que se passa no mundo da alta finança e das relações que tudo isso tem com as diferentes mafias, é evidente que a minha visão do mundo não pode deixar de ser esta.»

E Carlos Carvalhas concluiu:

«O homem tem capacidade de resistência, tem capacidade de lutar e nós aqui, apesar de todas as dificuldades e limitações, com o nosso inconformismo, como Partido, e vale a pena sublinhá-lo, também, com a nossa constante pedagogia política, temos dado um contributo para que a capacidade de indignação dos portugueses não esmoreça.»

## Extractos da Intervenção de Carlos Carvalhas

particular na Europa de Leste - a pedido da Conferência sobre Segurança e Cooperação Europeia (CSCE).

Em matéria de soberania nacional é na União Económica e Monetária que os acordos de Maastricht têm mais graves implicações, para já. A condução da política monetária e cambial fica na Comunidade Económica Europeia, o poder de emissão de moeda nacional fica em Bruxelas, a definição do défice orçamental e em boa medida a política fiscal e monetária. A política económica nacional fica inclusivamente sujeita a uma supervisão e vigilância multilateral. Depois há uma efectiva redução do controlo democrático no âmbito da política monetária e da política económica. Para se avaliar a gravidade desta questão atente-se na afirmação de Delors: «No futuro, 80% da legislação económica passará para a competência comunitária». Aqui, para além das questões de supranacionalidade ou «da transferência de competências», levanta-se uma outra questão, a questão do chamado duplo défice democrático. Há todo um conjunto de matérias que passam a ser objecto de decisão a nível do Conselho, onde estão representados os Estados, mas sem qualquer controlo. Há matérias que eram controladas pela Assembleia da República e que deixam de o ser - está aqui toda a área orçamental, que passa para o Conselho e que não é controlada nem pela Assembleia da República nem pelo Parlamento Europeu.

Por isso se diz que há um duplo défice democrático que é efectivamente agravado. Cria-se, portanto, um complexo sistema de poder de natureza supranacional, com os cidadãos cada vez mais distantes dos centros de decisão, com a burocracia de Bruxelas a comandar, com o Conselho a ditar em circuito fechado e sem qualquer fiscalização democrática.

Naturalmente que tudo isto é embrulhado em boas razões. Por exemplo, avança-se até com o princípio da subsidiariedade, isto é um princípio que diz que só passaria para o centro, para Bruxelas, aquilo que os Estados não pudessem fazer melhor. Mas depois, quem decide o que deve passar para Bruxelas, qual a instância? E se olharmos para a prática, o que vemos são regulamentações, isto é legislação - directivas - cada vez mais regulamentadas, até ao pormenor.

Nós rejeitamos um processo de pequenos passos, disfarçado de originalidade (porque eles dizem que não se está a construir um

Eu penso que um dia, o futuro (se ainda houver futuro, coisa de que começo a duvidar) se olhar para trás e tiver de classificar o tempo em que nós vivemos, não lhe vai chamar a Idade do Ferro, porque isso já lá vai, tão pouco lhe chamará a Idade de Ouro, a não ser para alguns, mas se tiver que lhe dar uma designação genérica poderá chamar ao tempo que nós vivemos — a Idade da Hipocrisia. E na verdade o comportamento da classe política mundial (em que nós ocupamos evidentemente a nossa pequena parte) é um comportamento hipócrita, na sua relação com os povos que supostamente estão governando. Hipócrita porque, primeiro, não lhes dizem a verdade toda (sabemos que em política nunca se diz a verdade toda); segundo, porque quando têm que dizer a verdade a adulteram; terceiro, porque entremeiavam a verdade com o «quantum satis» de mentira, para que a mentira passe com a verdade; e quarto ou quinto (porque aqui poderia acrescentar-se muito mais coisas) conseguiram esta coisa extraordinária que foi afastar os povos dum processo mundial que diz respeito exactamente ao futuro das pessoas, das pessoas todas, e sobretudo das pessoas comuns, essas que têm poucos meios para se defenderem. É isso que neste momento está mais em jogo. É o ter-se conseguido afastar as pessoas dum processo efectivamente democrático, aparentando ou fazendo aparentar um funcionamento perfeito, ou mais ou menos perfeito, das instituições ditas democráticas. (...)

Dou-vos um exemplo extremo — mas o melhor é ir aos exemplos extre-

mos, para tornar as coisas mais claras — e que é o seguinte: imaginemos que tudo isto corre como parece que vai decorrer. Que daqui a dois, três, quatro, cinco anos a Europa está, como se pretende que esteja, integrada, no seu sentido mais completo; imaginemos, também, que — uma vez que não há um poder divino, nem terrestre, que impeça que as coisas dentro das cabeças das pessoas e dos seus próprios interesses sigam aquilo a que poderíamos chamar o seu curso natural — imaginemos que na Europa (e digo na Europa porque há antecedentes), um país qualquer lhe dá na veneta, se me permitem esta expressão nada parlamentar, voltar ou recomençar uma experiência fascista; imaginemos que um país qualquer — que pode ter neste momento já um plano de domínio, muito bem pensado, paciente, que vai colocando as pedras nos seus lugares, pouco a pouco, que não precipita nada, que começa eventualmente, nos últimos tempos, a mostrar a ponta do dedo, ou a ponta do nariz, ou a ponta de qualquer coisa mais ou menos ameaçadora, que de facto, estando as coisas suficientemente maduras para não haver já possibilidade de retorno, a não ser um retorno que custará eventualmente milhões de vítimas e sacrifícios sem nome — resolve muito simplesmente tomar conta daquilo que já lhe pertence, que é a Europa inteira. (...)

Não vale a pena acreditar muito na bondade dos homens, porque os homens não são bons, é melhor tirar isso da nossa cabeça, definitivamente os homens não são bons, os homens conseguem ser às vezes um pouco menos maus, conseguem ser um pouco me-

nos egoístas, conseguem ser um pouco mais solidários. Isso custa-lhes muito trabalho e não dura sempre, cansam, porque a solidariedade cansa-se rapidamente. Então, como os homens não são bons e o poder nunca é bom — podemos dizer que a bondade do poder resulta dos meios e dos fins — sejam quais forem os fins, a minha convicção profunda e pessoal é a de que o poder em si mesmo não é bom. Não tem que ver com essas categorias da bondade, tem uma lógica própria que é a lógica do poder e não tem outra. Então pode acontecer que, neste momento, uns com muita boa vontade outros com muito boas esperanças, outros tolerando ou admitindo ou pensando que entre dois males o melhor é escolher o menor, estejamos justamente nessa situação de amadurecer a Europa para que a Europa passe ao seu futuro senhor. (...)

A Europa sempre foi aquilo que valeu a pena ser, para além dos seus horrores e vergonhas que ela sofreu e que ela cometeu. Sempre foi um lugar de diversidades culturais. A Europa se não for isso não existe. E o que existirá é uma grande região a que se pode continuar a chamar Europa por comodidade geográfica, mas que será o lugar de um poder só, duma cultura central que vai com certeza devorar as culturas periféricas. Embora como o homem tem uma capacidade de sobrevivência incrível, como somos capazes de viver nas condições mais adversas, mesmo quando parecemos esmagados, as gerações encontram sempre, mais tarde ou mais cedo, maneira de sair desse esmagamento.

Estado Federado, mas uma coisa original). Mas este processo, de pequenos passos, visa de facto instituir uma Federação de Estados Europeus. Nós pensamos que é possível avançar no aprofundamento da integração sem lesar a soberania, que o objectivo da integração deve ser o desenvolvimento e a coesão económica e social, a cooperação e não formas de dominação. Os Acordos subalternizam claramente a dimensão social do desenvolvimento, estão construídas na óptica neo-liberal, na lei do mais forte e são globalmente negativos. Nós dizemos não a este Tratado. (...)

(...) Falando agora no mundo em que vivemos - A CEE faz parte deste Globo - se olharmos para o globo o que vemos?

Segundo o Relatório da ONU/PNUD de 1991, sobre o desenvolvimento humano, «a humanidade não pode progredir como hoje, sobre as suas próprias ruínas». Ao referir-se à ajuda dos países ricos, esse Relatório diz com toda a clareza: são os pobres dos países ricos que dão aos ricos dos países pobres, e são os pobres dos países pobres os que alimentam as acumulações de capitais dos países mais ricos.

O fluxo financeiro Sul/Norte é superior ao fluxo financeiro Norte/Sul (citação). Por sua vez, o Relatório de 1992 também contém estas afirmações significativas: 3/4 da população mundial vive na miséria e 21% na pobreza mais extrema. A cooperação Norte/Sul não tem sido mais que uma transferência da riqueza do Sul para o Norte; 15% da população mundial dispõe de mais de 78% das riquezas. Este é o mundo em que estamos. Estes os resultados do modo de produção capitalista.

A exclusão social não é uma realidade marginal, mas um fenómeno de massas. A acentuação das desigualdades verifica-se não só em relação ao Terceiro Mundo, mas mesmo na CEE e nos países ricos. A pobreza e a nova pobreza é também um fenómeno de massas. O capitalismo não responde aos problemas, mas este derrotou o socialismo, ou uma construção histórica do socialismo, dizem alguns.

Com o colapso do socialismo no Leste, há quem tire a conclusão de que o capitalismo ganhou. Mas, como também já alguém disse, o triunfo do capitalismo estabeleceu-se desde já, no imenso cemitério das suas vítimas - 40 mil crianças, segundo a UNICEF, morrem em cada dia de má nutrição. Esta é a lei do capitalismo pós-moderno, o lucro antes do homem, exclusão do homem que entrava o lucro. O

capitalismo não é o fim da história. E é claro que a aplicação cega das leis do mercado e a exploração tem todos os dias as suas repercussões e sequelas como vimos há pouco tempo na Venezuela, Peru, Argélia e Tailândia. (...)

Se olharmos agora para a situação dos países capitalistas desenvolvidos, o que vemos hoje? Há crise e a recessão em muitos países e grandes dificuldades em relação à liquidez. Isto verificou-se numa altura em que é necessário atrelar os países de Leste e em que, para isso, é necessário bastante dinheiro. Mas estamos numa crise de sobreprodução, crise nos EUA, no Canadá, na Inglaterra e com repercussões nos países europeus e também no Japão. Os EUA procuram uma nova ordem mundial com a sua hegemonia, estão dispostos a partilhar o fardo dos custos mas não o poderio militar. Os EUA têm-se apoiado no seu poderio militar e em quatro pilares fundamentais, isto é, em quatro organizações internacionais: ONU, onde procuram legitimar as acções de policiamento; na NATO, onde procuram ser os senhores do novo atlantismo de Vancouver até Vladivostok; no GATT, onde procuram abrir mercados para os seus produtos e no FMI/BERD, para apressar a transição do Leste para o mundo capitalista. Procuram tirar também partido do desaparecimento, de facto, dos não alinhados e do afundamento do socialismo, jogam até mesmo com a acentuação dos desequilíbrios Norte/Sul, impulsionando o que já se chamou de «novo homem branco», isto é, novos processos de colonialismo e de neocolonialismo. Mas como diz também um ex-conselheiro de Kennedy, os EUA são uma superpotência militar, mas incapazes de pagarem os custos das suas próprias guerras, isto levanta contradições que não são pequenas.

Uma breve referência ainda ao chamado «triunfo do liberalismo», para citar alguns aspectos curiosos. Muitos dos que nos anos 80 foram citados como modelo pelo seu espectacular enriquecimento, como os homens de sucesso, são hoje inculcados de escroqueria, de extorsão, de abusos e delitos diversos e alguns até estão na prisão.

Recordemos alguns desses heróis do neoliberalismo. Robert Maxwell, Donald Trump, Allan Brant (milionário australiano), Mikael Milken (inventor das acções de risco), Ivan Boesky (o mágico da Wall Street), Giancarlo Parretti e Carlo Benedetti. Esta a face visível do capitalismo: a corrupção, a exploração, a máfia, a dominação. (...)



# Trabalhar todo o ano na Atalaia

## A cigarra e a formiga

Terminada a fase de desimplantação, limpezas e reparações, o colectivo permanente da Festa do «Avante!», que durante todo o ano fica instalado no terreno, tem de começar imediatamente um trabalho de reciclagem e armazenamento dos materiais utilizados durante a última edição da «festa!», de forma a facilitar a sua reutilização posterior. É trabalho no Inverno para que haja cantorias no Verão ou seja, na Atalaia o senhor La Fontaine é anualmente revisitado....

«Noventa por cento da chapa utilizada é passada numa máquina para ser esquadrihada em módulos convencionados e arrumada segundo uma classificação pré-estabelecida», diz-nos a este propósito António Licínio, do secretariado da Festa do «Avante!».

São toneladas de material diverso que é preciso tratar. Licínio dá-nos uma ideia da dimensão desse trabalho: «o tubo é reparado e recolhido e os seus acessórios são separados por tipos. Há a arrumação e conservação dos toldos. Em relação ao material eléctrico há que ver, uma a uma, as seis mil calhas que em média são utilizadas em cada edição da «festa!» e proceder às reparações necessárias antes da armazenagem. Há que inspeccionar, limpar, classificar quanto à espécie e finalmente arrumar centenas de metros de fio eléctrico. Temos de fazer os arranjos necessários na frota de transportes...».

Uma trabalhadeira!, diremos nós, a pensar na interrogação que nos levou à cerca de um mês ao terreno da Atalaia: «afinal o que estão a fazer durante o ano todos os membros do colectivo permanente da «festa!»?»

Mas há mais. Repara-se a vedação que cerca o terreno da Atalaia e este ano construiu-se um muro na zona adjacente ao bairro da Medideira. Todos os anos há que fazer aquilo a que chamaríamos «o combate à chuva», isto é, evitar, na medida do possível, a erosão do terreno provocada pelas fortes chuvas de Inverno. Para além da vegetação plantada e constantemente renovada, que constitui a melhor defesa do terreno contra a erosão, outras medidas são tomadas como a colocação em diversas zonas de tra-

vessas em madeira semelhantes às usadas nas linhas dos comboios.

Passado este período, no início de um novo ano, começam as obras nas infra-estruturas da «festa!», que como já aqui dissemos em outras edições deste «Avante!», é uma obra que não se vê mas que vai de ano para ano melhorando áreas como a rede eléctrica primária, a canalização e os esgotos, os sanitários. Melhorias que vão continuar até estas infra-estruturas adquirirem as características permanentes que correspondam a todas as necessidades que são pedidas ao terreno, seja ou não para a «festa!».

Este ano, a título de exemplo, será visível a melhoria do sistema de iluminação de uma zona importante da «festa!», já que estarão instalados candeeiros suportados por sapatas de betão e com a alimentação a ser assegurada por cabos subterrâneos.

Mas a obra que dará mais nas vistas ao visitante da «festa!» será um polidesportivo ao ar livre, com dimensões internacionais, a melhorar substancialmente as condições existentes para as competições desportivas que se disputam na Atalaia. Para já será construído o recinto propriamente dito, depois, ano a ano, ele será melhorado com todas as estruturas de apoio que necessita, desde bancadas definitivas a balneários permanentes.

Este ano também já se assegurou uma substancial melhoria nas condições de alojamento do pessoal que se instala no parque de campismo durante o período da «festa!» para nela trabalhar.

São coisas que vão crescendo, apesar da própria grandiosidade do que já está construído. Cerca de três mil metros de canalização para a rede primária de água e esgotos, os sanitários a apresentarem-se este ano com os acabamentos concluídos: uma obra que integra canalizações, trabalhos de impermeabilização, pinturas, construção e colocação de portas e uma arquitectura de dupla funcio-

# festa Avante!



nalidade - a integração na paisagem e a sustentação de terras, já que serão cobertos pela vegetação envolvente.

O colectivo permanente da «festa!» reúne uma vintena de pessoas. «Pouca gente?», perguntamos nós. Licínio diz-nos que assim é, até porque muitos profissionais que ao longo dos anos foram formados na «festa!», pela capacidade entretanto adquirida, tiveram solicitações de diversas empresas com propostas aliciantes, que levou alguns deles a saírem deste colectivo. «Mas muitos desses camaradas que saíram, vêm cá dar uma ajuda e dizem-nos que o ambiente de trabalho aqui e o próprio local onde ele se desenrola formam algo de inesquecível, o que os leva a cá voltar».

Assim este colectivo está em grande parte dependente do trabalho voluntário das Jornadas de Trabalho, sobretudo para a fase de implantação geral. Daí a participação de todos ser tão importante.

## Jornadas de trabalho todos os fins-de-semana

### O esforço de todos para fazer uma grande «festa!»

A partir do próximo fim-de-semana as Jornadas de Trabalho na Atalaia entram numa fase de regularidade, com trabalhos marcados e planeados para todos os fins-de-semana.

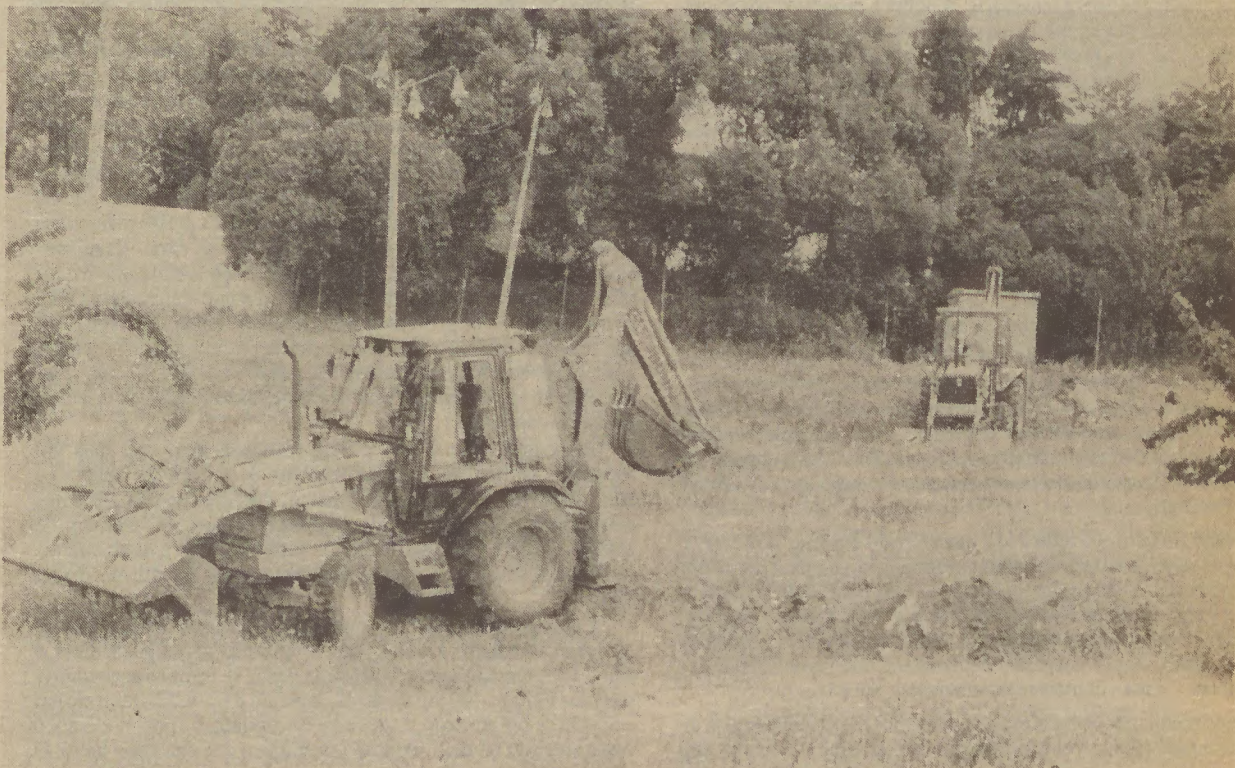
Pedreiros, pintores, costureiras, desenhadores, carpinteiros, electricistas, serralheiros, ou mesmo gente sem formação específica podem ajudar a construir a «festa!».

De preferência devem contactar desde já as organizações regionais do PCP ou o gabinete da Festa do «Avante!» no centro de trabalho da António Serpa em Lisboa ou, ainda, o próprio colectivo da Atalaia. Assim se facilita a organização das Jornadas de Trabalho em que

desejem participar para evitar os eventuais e sempre aborrecidos tempos mortos que de outra forma mais facilmente ocorrerão.

Aliás, o facto de muitos amigos e camaradas terem seguido este conselho na Jornada de Trabalho de Maio permitiu, para além do elevado número de pessoas que nela participou, uma elevada taxa de rentabilização do esforço que foi possível reunir na Atalaia.

Se quiser passar um fim-de-semana diferente, inscreva-se nas Jornadas de Trabalho, uma outra forma de «festa!» da Festa do «Avante!».



4.5.6 Setembro  
Atalaia, Amora  
Seixal

# festa Avante!

1992

## Chegaram os pendões

A partir desta semana e durante o mês de Junho já podemos enfeitar as ruas, praças e estradas de Portugal com o pendão que anuncia e divulga a Festa do «Avante!» deste ano. É a «festa!» que salta para a rua a lembrar que o local de encontro é na Atalaia a 4, 5 e 6 de Setembro.

## EM FOCO

# Cartas dos leitores



## O XIV Congresso

É um bocado difícil dizer algumas coisas sobre o XIV Congresso do Partido quando os documentos do Comité Central ainda não estão em discussão. Eu, como todos nós, tenho as minhas opiniões sobre o que deve ser discutido. Mas é mais fácil ver a validade dessas opiniões conhecendo-se o conjunto das matérias postas a debate.

De qualquer maneira acho que se ganha tempo se cada um de nós sem esperar pelos documentos do Comité Central adiantar algumas das suas preocupações.

Depois do que aconteceu na antiga União Soviética e no Leste Europeu e de toda a especulação que por aí vai, acho que era muito importante que o nosso Congresso debatesse o conceito de esquerda.

O que é a esquerda hoje? É um conceito válido com interesse?

A direita cada vez mais firmada nas suas posições não se cansa de dizer que é um conceito ultrapassado, que falar de esquerda e de direita não faz sentido, nos nossos dias.

Até muitos daqueles que se reclamam da esquerda reduzem a esquerda a tão pouco que acabam por dar razão à direita.

Por exemplo, o italiano Achille Occhetto que liderou o processo de conversão do Partido Comunista Italiano a um Partido Democrático de Esquerda (de «sinistra») dizia numa entrevista publicada há dias no «Diário de Notícias»: «O que nós queremos é levar um pouco de moral à política». S6??? Até faz pena!

Mas os adeptos de Occhetto no nosso país também não dizem mais. Repare-se que a sua «plataforma» é a de «uma esquerda que não se fica». E vai até onde? Até ao reconhecimento da política social de Cavaco Silva como positiva! Até ao apoio à Reforma da PAC! Até ao apoio à «limpeza» das Forças Armadas feito pelo Fernando Nogueira! Do desaparecimento dos sindicatos no ano 2000! Não há nesta pequeníssima amostra um estranho «puxar» para a direita?

Eu nem quero falar do PS de onde os últimos laivos de esquerda me parece terem desaparecido com o último Congresso.

Para mim a matriz da esquerda edifica-se na combinação da luta pela liberdade e a igualdade. Mas sem esta última não há projecto de esquerda que não seja uma fraude. Procure-se pela igualdade na tal «plataforma»?

A propósito da igualdade apetece lembrar um ex-furioso ex-maofista que agora é liberal de «esquerda» que descobriu que isto de igualdade é mas é inveja. Ele lá sabe ao que tem andado! E quantos mais não andam a isso mesmo? Creio que discutir estas coisas arruma confusões e podem galvanizar a luta.

Pedro Maia Baltar

## JCP e intervenção própria

As lutas estudantis no ensino superior marcaram este ano lectivo e continuarão a ser uma das frentes de luta mais importantes na contestação geral à política governativa nos próximos tempos: os estudantes recusam o aumento das propinas. Mas se estas (com o seu eventual aumento) afectam todo o sistema do ensino superior, por outro lado não se passa, i. é., a restauração do capitalismo monopolista de estado.

As privatizações (com autênticas doações a antigos monopolistas), a paulatina destruição da pequena propriedade agrícola e da reforma agrária, o «pacote laboral», a pretendida revisão do sistema eleitoral, a entrega de pensões vitalícias a ex-pides, tudo isto é resultante do processo de restauracionista em curso.

Vamos ser realistas. A maioria dos estudantes são contra as propinas porque elas «são injustas». Os motivos desta injustiça que são apresentados nos documentos e panfletos são secundários, ainda que fundamentais, em relação ao processo que decorre. Os estudantes, por razões objectivas, não estão em condições de assimilar/compreender o que, em última instância, determina tudo isto, e que também irá determinar o desfecho da luta.

A luta não pára por nós, comunistas, termos consciência deste facto. Muito pelo contrário, os motivos para a luta redobram, assim como redobra a nossa compreensão da sua necessidade. A resistência sempre foi (aprendi nos livros e a vida vai-me ensinando a sua justeza) uma excelente escola. Escola de exercício da cidadania, de prática da democracia, de consciência política e também, porque não dizê-lo, de fortalecimento moral — da nossa moral de comunistas. Simultaneamente a luta atenua as medidas negativas que se pretendem tomar. Sem a resistência dos povos não consigo imaginar como seria o mundo. Mas eles resistem naturalmente; cabe às forças progressistas organizarem-se e orientá-la num sentido positivo. Estes dois aspectos da luta (o de ser «uma escola» e o de melhorar a vida) são motivos suficientemente fortes para a JCP continuar a redobrar o trabalho de esclarecimento e organização junto dos estudantes. Mas não é a JCP que aparece aos olhos dos nossos colegas. O movimento vai além da JCP. E se por um lapso ainda bem que assim é, é isto motivo para a JCP não aparecer com iniciativas próprias visíveis de propaganda e/ou organização? Chega um

cartaz mal distribuído?

Obviamente que não.

A Juventude Comunista tem receio de dividir o movimento, por outro lado é uma organização com pouca capacidade de fazer ouvir a sua voz. É no entanto o receio de divisão que eu penso ser a causa fundamental que leva a uma pobre intervenção própria (visível, entenda-se). O problema da intervenção própria da JCP não se coloca apenas nesta luta. Falando apenas com conhecimento de causa, no Movimento Associativo passa-se algo de semelhante. Muitos comunistas entendem que o facto de estarmos activamente empenhados na luta já se trata de «intervenção própria» da JCP e que ir mais além apenas a prejudicará. Concordo que este tipo de intervenção é necessária mas não é a suficiente. A Juventude Comunista tem que dar a cara.

Uma intervenção autónoma, sem receios, audaciosa, interveniente da JCP não pode ser contraditória com a unidade necessária. Muito temos a aprender com o Partido neste aspecto. Intervenção própria do Partido é coisa que não falta. Quando ela é posta em causa, o Partido responde serenamente (veja-se o que se passou com Movimento Sindical). A JCP é uma organização autónoma. Mas a Juventude Comunista é também a «juventude do PC». Não há que ter receios de afirmar e concretizar em situações de maior debilidade a nossa profunda dependência (ou seja, ligação) ao Partido. Por parte do Partido não pode haver qualquer receio de «interferências». Vindas de quem vem, elas são as mais desejadas.

Paulo Maurício

## O que é ser comunista hoje

Em edição de 26 de Setembro último, da autoria de Sérgio Ribeiro, o «Avante!» publicou um artigo abordando a questão «O que é ser comunista hoje» em século de grandes, mas inacabadas, transformações sociais, económicas e políticas. E se algumas indicavam — trajectos que os comunistas queriam e querem irreversíveis no caminhar do Homem para a sua consagração universal como fim último de todo o progresso técnico, económico e social, outras vêm demonstrando quão grandes e poderosas forças ainda se opõem com algum êxito e sobretudo com violência, mentira e sangue, ao fim da exploração do homem pelo homem. Sérgio Ribeiro tem a sua resposta, embora os inquiridores de serviço e diplomados para o efeito lhe não perguntem o que é ser comunista hoje. Todavia — como muito bem diz —

podem existir outras. Eu também tenho uma resposta que, penso, complementa aquela.

Começarei por afirmar: é para mim — agora e aqui — mais fácil ser comunista que em 26 de Abril de 1974. A razão é o sentimento situam-se hoje a um nível superior.

As convicções sedimentaram-se graças ao modo, poderei dizer em aperfeiçoamento, como encaro as diárias lições com que a vida me afaga e também fustiga. Esse modo de olhar o mundo e de nele estar, não nasceu comigo, não aprendi nos bancos da Universidade, nem apenas nos livros que pela vida fui lendo. Aprendi no Partido a que me orgulho de pertencer. Que não é infalível, que também erra. Mas que não trai, não traiu, nem trairá. Que não subordina a estratégia à tática. Que sendo, por princípio inalienável, um grande colectivo é profundamente humano e humanista.

Ser comunista, hoje e aqui, é estar convicto disto. Mas é também estar ideologicamente apto a resistir e lutar contra modas e filosofias que dando a História por terminada, pretendem remeter a um consumismo alienante as mais nobres aspirações individuais.

É perceber a agudeza da luta de classes nos conflitos sociais alastrando pelo mundo.

É saber ouvir e ser tolerante para com todos aqueles que honestamente e de boa fé nos interrogam e questionam.

É estar aberto ao mundo e às realidades novas que o modo de produção capitalista engendra para melhor explorar e acumular, e denunciá-las e combatê-las sem abastardar princípios. É — mais que nunca — saber cerrar fileiras sem crispações, dogmatismos ou sectarismos, mas bem unidos no pensamento e no agir.

É perceber que a nossa força reside, e muito, na unidade de direcção e de orientação.

É estar convicto que o capitalismo tem um fim. Com morte mais ou menos retardada, mas de agonia lenta e trucidante. E só o comunismo responde desde as mais elementares às mais elaboradas necessidades de uma vida livre e digna. É perceber e conhecer as causas que levam tantos a vacilar, a mudar de rumo, tantas vezes de sentido. É perceber porquê não perguntam ao Sérgio Ribeiro e a tantos outros o que significante ser comunista neste país e neste fim de século.

É, finalmente, saber que nós comunistas ou somos o que somos e como somos ou não somos.

João Eduardo Coutinho Duarte

(Economista e prof. adjunto convidado do Ensino Superior Politécnico)

• Os títulos em itálico são da responsabilidade da redacção



## A GREVE

Realização: SERGEI EISENSTEIN

mestre ou mestres, realizador de

«O Couraçado Potemkine»

Sociedade

SOVEXPORTFILM apresenta uma produção GOSKINO/ PROLETKULT - GRIGORI ALEXANDROV, MAKSIM STRAUCH, MIKHAIL GOMAROV em «STATCHKA»

Fotografia de EDOUARD TISSÉ - Argumento de

Realização de SERGUEI EISENSTEIN.

VIDEO crac filmes

O CINEMA DE QUALIDADE EN SUA CASA

Impressionante reconstituição de uma greve operária na Rússia Czarista de 1912.

Do suicídio de um trabalhador à repressão maciça, a acção progride numa aceleração dramática sem precedentes e culmina em momentos de indescritível violência.

Este trabalho de estreia do jovem Eisenstein possui um fôlego épico, um esplendor visual, um ritmo alucinante que o transformam em muitíssimo mais que um simples panfleto.



### SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos  
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

Via CTT  À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL  
VIDEO crac filmes  
Apartado 90  
Queluz Ocidental  
2746 QUELUZ CODEX

DESCONTO ESPECIAL  
15%

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Tudo vale a pena

É pequena a Dinamarca  
Quem havia de dizer!  
Diz que não, mete uma farpa  
e o touro fica a tremer...

Esta é boa!  
Não tinha razão o Pessoa:  
tudo vale a pena  
quando uma Pátria é pequena!

Não há a CNA?  
Então quem há?

Multidão, a CNA  
reúne para o combate que se impunha.  
Mas o Arlindo — o Cunha —  
diz que a CNA não há...

Ó ministro infeliz!  
É tolice ou briol?  
Qualquer dia  
por teimosia  
fecha os olhos e diz  
que não há o Sol...

## Lição

Em que consiste a lei  
da economia do mercado?  
Pois nisso, quanto sei:  
deixar que o preço seja regulado  
aos preceitos da lei  
do livre jogo do mercado...

Mas a CEE controla  
toda a produção  
como decerto na Imprensa leste  
e ou eu estou mal da tola  
ou a economia do mercado  
livre do pecado  
da planificação  
socialista  
é uma canção à vista  
para embalar os meninos do Leste...

Planificação, pois bem.  
Mas em valor de quem?...

## Couto devoto

Torres Couto momentos de tristeza  
tem às vezes na grande solidão.  
Ao sóto vai buscar uma oração  
e concentrado, humildemente reza.

Ajoelha na alcatifa, ao pé da mesa.  
Aliás, ajoelhar é o seu padrão  
e a tais vénias obriga o joelhão  
que tem calos no sítio, com certeza.

Reza tudo o que sabes, reza, Couto.  
Unção e devoção, uisque, arroto  
fundos defuntos, ambições e glória.

Se há um Deus a quem rezes, aproveita.  
Talvez ele te escute, desta feita  
mas lá se te perdoa, é outra história...

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## «Razões»

As razões apresentadas  
pela imprensa, que fez  
tanta força a favor do sim  
dinamarquês, como se os  
portugueses habitassem a  
península da Jutlândia,  
para explicarem o não, não  
deixam de ser curiosas e...  
edificantes.

Na mesma altura em que a  
«surpresa» atingiu os  
europeus com o não  
dinamarquês, jornalista  
houve que procurou  
caracterizar aquele voto  
com um «depoimento» de  
uma jovem da Dinamarca.  
Dizia ela que, se soubesse  
que o resultado seria o  
não, teria votado sim. E  
deste modo se poderia  
concluir que «os  
dinamarquês» todos são  
uns inconscientes.

## Outras «razões»

Mais razões foram  
avanzadas. Não logo a  
seguir ao resultado. Houve  
que pensar primeiro,  
deixar correr o tempo  
depois da surpresa da  
Dinamarca. Mas alguns  
jornais puseram-se a  
adivinhar que motivos  
teriam os dinamarqueses  
para dizerem não. Um  
deles — imagine-se — era,  
o de que o governo  
daquele país tinha feito mu  
mau trabalho. Em lugar de  
limitar-se a cantar loas à  
diminuição da soberania  
nacional do país, fez  
distribuir o texto do acordo  
de Maastricht em 500 mil  
exemplares.

Assim, os dinamarqueses  
ficaram a saber o que os  
esperava. E votaram  
contra!

## E mais

Outro dos motivos  
apresentados pela  
imprensa, que se desenha  
em fazer-nos perder a  
identidade e a  
independência, foi a de que

os dinamarqueses temeram  
pela sua sorte ao ser  
construído o exército  
«europeu» por tropas  
francesas e alemãs. Claro  
que na Dinamarca a  
memória está ainda fresca  
do que pode a Alemanha  
quando se torna forte de  
mais. Os comentadores  
dão um conselho *a posteriori* — só constituir  
esse exército depois dos  
referendos...

## Cavaco II

Cavaco Silva não quer que  
os portugueses saibam o  
que é Maastricht. Alguns  
jornais ajudam-no,  
divulgando «sondagens»  
em que aparentemente toda  
a gente sabe e está a favor.  
Outros parecem apostados  
em fazerem a vida negra  
ao presidente do Conselho,  
avisando que ninguém  
sabe do que se trata. Por  
seu lado, Cavaco,  
empenhadíssimo em não  
dar barraca na União que  
quer construir para os  
grandes, diz: «Os  
portugueses são  
claramente a favor de  
Maastricht, porque é que  
haveríamos de fazer um  
referendo?»

E adianta: «Fazer um  
referendo não é o mesmo  
que convocar uma  
assembleia geral do  
Sporting ou do Benfica».  
O homem tem razão. De  
facto, sabendo ele tudo o  
que os portugueses  
querem, um dia destes  
nem, é preciso fazer  
eleições. Por outro lado,  
para quê fazer perguntas  
aos portugueses sobre  
questões nacionais, quando  
já lhes fazem perguntas  
que cheguem sobre  
futebol?

A dança  
dos banquinhos

Há a dança das cadeiras,  
como se sabe. Vai-se

perdendo o lugar à medida  
que pára a música. Mas  
agora foi inventada, para  
Portugal, a dança dos  
banquinhos.

É que o pessoal governante  
possui pouca estatura  
política. E assim transporta  
cada ministro o seu  
banquinho, para não ter de  
fazer o esforço de se pôr  
em bicos de pés. Cavaco  
dança com o seu, dizendo  
e desdizendo, mas  
procurando sempre estar à  
altura da Europa.  
Manifesta-se preocupado  
ou absolutamente  
determinado com  
Maastricht, consoante os  
patrões mandam.  
Deus Pinheiro também.  
Transporta o seu  
banquinho e, de vez em  
quando, sobe-lhe para  
cima. A última foi quando  
ameaçou a Sérvia com a  
intervenção militar. Talvez  
já esteja arrependido. Mas  
logo af descê do banquinho  
e põe-se na rectguarda da  
fotografia.

## Saber ou não

Agora imagine-se o que  
seria se, em Portugal, os  
portugueses soubessem  
tanto da sua própria vida  
quando se diz que sabem  
tudo o acordo de  
Maastricht. Um livro  
editado pelo Instituto  
Nacional de Estatística  
com o nome de «Portugal  
Social» revela números  
sobre ao que somos  
realmente, em comparação  
com outros países da  
Europa. por exemplo, diz-  
nos que, apesar de toda a  
propaganda de Cavaco e  
PSD, ainda estamos muito  
longe da média europeia.  
No que toca ao Produto  
Interno Bruto, *per capita*,  
situamo-nos a 50 por cento  
dos valores dos países  
mais desenvolvidos...  
E se os portugueses  
soubessem... de tudo?

frases  
da  
Semana

«Maastricht, a confusão total»  
☛ (Título — «Semanário»,  
6.06.92)

«Estragaram a festa, pá!»  
☛ (Título — «O Jornal»,  
5.06.92)

«Já há sete alternativas para a  
Europa»  
☛ (João de Deus Pinheiro —  
«Expresso», 6.05.92)

«Falcão e Cunha sublinhou, no  
entanto, "que o processo não  
pode ser atrasado" adiantando  
que "dois milhões de dinamar-  
queses não podem travar a von-  
tade de trezentos milhões de  
cidadãos de toda a Comunidade  
Europeia."»

☛ (Telex da LUSA, — 3.06.92)

«Seja qual for a solução jurídi-  
ca que vier a ser encontrada,  
aquilo que Maastricht represen-  
ta para trezentos milhões de  
europeus não pode ser impedido  
por dois milhões de dinamar-  
queses — adiantou o líder socia-  
lista português.»

☛ (Telex da LUSA — 3.06.92)

«Não se pode pensar que um  
país que não aceita os objectivos  
fundamentais da Comunidade  
continue a ser um Estado-mem-  
bro — declarou João de Deus  
Pinheiro em Bruxelas.»

☛ (Telex da LUSA, — 3.06.92)

«A este propósito lembrar-se-á  
que se o resultado negativo do  
referendo foi por força de 40 mil  
votos, também o chanceler Ade-  
nauer foi designado pelo "Bun-  
desrat" por maioria de um voto.»

☛ (Isabel Jalles, docente de  
direito comunitário — «Semaná-  
rio», 6.06.92)

«Há dias ouvi um alto responsá-  
vel político que estava disposto a  
apostar dizendo que, em Portu-  
gal, não conheceriam o Tratado  
de Maastricht mais do que  
0,0001% das pessoas. Isto mos-  
tra bem que um Tratado Inter-  
nacional não é matéria mais  
adequada para se fazer um refe-  
rendo.»

☛ (Cavaco Silva — conferência  
de imprensa, «Telejornal»,  
5.06.92)

«Dentro de alguns meses, o  
Governo dinamarquês pode  
decidir que as circunstâncias se  
alteraram, todos os princípios só  
valem *rebus sic standibus*.»

☛ (Fausto Quadros, especialista  
em direito comunitário —  
«Semanário», 6.06.92)

«O problema é, neste momento,  
um problema confinado à Dina-  
marca. Ela não pediu a renego-  
ciação e, todos nós, os próprios  
dirigentes dinamarqueses, têm  
esperança de resolver o assunto  
até ao fim do ano.»

☛ (Cavaco Silva, — conferência  
de imprensa, «Telejornal»,  
5.06.92)

«Até final do ano, o povo dina-  
marquês vai ser alvo de forte  
pressão. O poder político vai  
ameaçar os dinamarqueses com  
o papão da saída da CEE, fri-  
zando os inconvenientes que isso  
provocará. (...) Mas será que é  
democrático perguntar, de  
novo, aos dinamarqueses se que-  
rem participar na União Euro-  
peia?»

☛ (Mário Moura, correspon-  
dente da RTP, em Bruxelas —  
«Telejornal», 5.06.92)

«O Tratado deixa claro a sua  
entrada em vigor apenas se veri-  
fica após a ratificação por todos  
os estados signatários. Deste  
modo, com o referendo dina-  
marquês, isso não vai acontecer.  
A Europa, se quiser construir-se  
através de processos democráti-  
cos, não pode deixar de entender  
que tem de ser assim.»

☛ (Jorge Miranda, constitu-  
cionalista — «O Jornal», 5.06.92)

**Sexta, 12**

## ● FARO

«A situação social, direitos e regalias dos trabalhadores»: sob este tema realiza-se às 21.30, no salão da Coobital, um debate, inserido na preparação do XIV Congresso do PCP, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

## ● COIMBRA

«Utopia e realidade da construção do Homem Novo»: tema de debate, também inserido na preparação do XIV Congresso, moderado pelo camarada Miguel Urbano Rodrigues. No salão das Piscinas Municipais, às 21.30.

## ● ALCABIDECHE

Arraial popular nas instalações do CT do PCP, com

início às 20.00, organizado pela Comissão de Freguesia de Alcabideche.

## ● PAIO PIRES

Baile de Sto. António, promovido pela Comissão de Freguesia do PCP. No Largo do Mercado a partir das 22.00.

**Sábado, 13**

## ● GUARDA

Encontro-debate sob o lema «Distrito da Guarda - que futuro?» - «as suas potencialidades no plano económico e social, os entraves ao desenvolvimento. O papel dos comunistas na luta pelo progresso do distrito». Com a participação do camarada Carlos Carvalhas. A partir das 15.00 no Auditório Municipal.

A anteceder o encontro,

almoço-convívio no salão das Piscinas Municipais.

## ● COIMBRA

Reunião Nacional sobre o trabalho em municípios de minoria. Com a participação do camarada Luís Sá. A partir das 10.00.

## ● PORTO

Festa popular promovida pela Organização de Reformados da ORP: música popular, fado, petiscos. A partir das 16.00 no Centro de Trabalho de Barão de S. Cosme.

## ● BEJA

Sessão pública de encerramento do V Congresso Extraordinário sobre o Alentejo. Lema: Apoiar a concretização de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo. Na Casa da Cultura, às 18.00.

## ● QUELUZ

4ª Assembleia da Organização de Freguesia de Queluz: às 15.00, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Queluz, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

## ● MARINHA GRANDE

Encontro concelhio de militantes da JCP para debate da situação dos jovens no concelho. A partir das 15.00, prolongando num Café-concerto que terá início às 21.00.

**Segunda, 15**

## ● PORTO

«Marx e a actualidade do programa comunista» - debate promovido no âmbito do ciclo de debates do Sector Intelectual do Porto do PCP. Com a participação dos camaradas Óscar Lopes e Manuel Gusmão, no Centro de Trabalho da Boavista às 21.30.

**Terça, 16**

## ● ÉVORA

Seminário: «Autarquias e Desenvolvimento». Promovido pela Comissão junto do CC para as Autarquias, com o apoio da PL-AE-COD. A partir das 15.00, no Hotel Planície, com a participação de Luís Sá.

# Agenda

**CARLOS CARVALHAS**  
Secretário Geral-Adjunto do PCP  
NO DISTRITO DA GUARDA

**DIA 13 de JUNHO de 1992**

12.30 horas — Almoço - Convívio com militantes e simpatizantes  
no Salão das Piscinas Municipais de Gouveia.

15.00 horas — Encontro - Debate "Distrito da Guarda  
Que Futuro?"  
Auditório Municipal da Guarda

O Encontro - Debate vai abordar as Potencialidades Existentes e os Entraves ao Desenvolvimento, bem como o papel dos comunistas na luta pelo progresso do Distrito nas áreas políticas, económicas, sociais e culturais.

**PCP - SEMPRE COM O POVO  
POR UMA VIDA MELHOR  
NO DISTRITO DA GUARDA**

A Direcção da Organização Regional da Guarda  
do Partido Comunista Português

**SÁBADO, 13 DE JUNHO, 18 HORAS**

**VAMOS À CASA DA CULTURA EM BEJA**

**APOIAR A CONCRETIZAÇÃO DE ALQUEVA  
E DO PLANO DE REGA DO ALENTEJO**

Porque apoiamos a concretização de ALQUEVA e do PLANO DE REGA DO ALENTEJO; porque queremos o desenvolvimento da agricultura alentejana e do Alentejo, apoiamos e saudamos a realização do V Congresso Extraordinário sobre o Alentejo, na cidade de Beja.

Apelamos a todos os membros do PCP, a todos os outros democratas, a todos os trabalhadores e à população em geral para que:

**APOIEM A CONSTRUÇÃO DE ALQUEVA  
E DO PLANO DE REGA DO ALENTEJO,  
PARTICIPANDO NA SESSÃO PÚBLICA  
DE ENCERRAMENTO DO V CONGRESSO  
EXTRAORDINÁRIO SOBRE O ALENTEJO**

Sábado, 13 de Junho, 18 h. na

CASA DA CULTURA EM BEJA

Ajuda a mobilizar e a organizar os transportes  
na tua freguesia e concelho!

• O desenvolvimento do Alentejo depende do apoio de todos!

• PARTICIPA!

Beja, 29 de Maio de 1992

Comissão Executiva Política da Direcção da Organização Regional de Beja  
do Partido Comunista Português

Ass. de Mai. do Dia de Beja

**EXPO'92**  
EXCURSÃO  
SEVILLA

18, 19, 20 e 21 de Junho — 4 dias

1.º DIA — LISBOA/MONTE GORDO

— Partida às 14 horas do Centro Trabalho Vitória. Auto-estrada do Sul. Continuação da viagem por Alcácer do Sal, Ourique, Ferreiras. Alojamento.

2.º E 3.º DIAS — MONTE GORDO/HUELVA/SEVILHA/MONTE GORDO

— Pequeno-almoço no alojamento, às 7 horas partida para Sevilha. Chegada às 9.45 horas. Entrada no recinto da EXPO/92. Dia livre para iniciativas individuais, às 22 horas reunião dos participantes no local do Estacionamento do Autocarro — Parque de viaturas. Às 22.15 partida para Monte Gordo. Chegada ao alojamento às 0.00 horas.

4.º DIA — MONTE GORDO/LISBOA

— Regresso às 14 horas. Chegada prevista às 20 horas.

**PREÇO POR PESSOA:**

C/1 entrada EXPO/92 ..... 27 500\$00  
C/2 entradas EXPO/92 ..... 33 300\$00

O preço inclui transporte em autocarro, alojamento em aldeamento turístico, pequenos-almoços e entradas na EXPO.

As inscrições são efectuadas nas Zonas, Sectores e no CT Vitória (Telef. 356 27 15).



**Coimbra**

Sábado às 10 h

**Reunião Nacional sobre  
o trabalho em municípios de minoria**

com Luís Sá

**4.ª Assembleia da Organização  
da Freguesia de Queluz**

Sábado às 15 h

com Henrique de Sousa

14 Junho

**6.ª Assembleia de Freguesia  
da Cova da Piedade**

no

**Clube Recreativo  
Piedense**

Participação do Camarada  
Joaquim Judas

**SEMINÁRIO**  
AUTARQUIAS  
E DESENVOLVIMENTO

Évora

16 de Junho de 1992 - 15.00 horas

Hotel Planície

Participação de Luis Sá

membro da Comissão Política do Comité Central do PCP

**XIV CONGRESSO  
PCP**

**CICLO DE  
DEBATES  
DO SECTOR  
INTELLECTUAL  
DO PORTO**

Segunda-feira,  
15 Junho, 21h30

**MARX  
E A ACTUALIDADE  
DO  
PROGRAMA COMUNISTA**

Com a participação de

**ÓSCAR LOPES  
MANUEL GUSMÃO**

Membro do Comité Central do PCP

Centro Trabalho Boavista  
Av. da Boavista, 931

## Televisão

## Quinta, 11

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Férias sem Programa  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Regresso a Dodge City  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.05 Caderno Diário  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.30 Meu Bem, Meu Mal  
21.35 Chefe, Mas Pouco  
22.05 Entre Dois Irmãos  
00.05 24 Horas  
00.40 Remate  
01.00 Fox-Teatro do Imaginário

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zona de Perigo  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 Circo  
12.55 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.20 Em Busca de...  
17.45 Clip-Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.00 Futebol - Dinamarca-Inglaterra  
21.30 Jornal das Nove  
22.00 O Sr. Almanaco  
22.10 O Grupo Resistência no S. Luiz  
23.00 Aventura do Conhecimento  
23.30 Meia Volta, Volver  
23.55 A Bela e o Monstro  
(ver «Filmes da TV»)

## Sexta, 12

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Brinca Brincando  
14.05 O Palco do Adeus  
(ver «Filmes na TV»)  
15.50 Futebol - Holanda-Escócia  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.30 Marchas Populares de Lisboa  
21.40 Ewoks, o Conquistador  
(ver «Filmes na TV»)  
23.30 Mamma Mia  
24.00 24 Horas  
00.10 Remate  
00.20 Marchas Populares de Lisboa  
(ver «Filmes na TV»)

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Alemão  
12.40 Circo  
12.50 Gerações  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.05 Burlescos  
17.20 Grandes Desastres  
17.45 Clip-Club

18.20 Eterno Feminino  
19.00 Futebol - CEI-Alemanha  
21.30 Jornal das Nove  
22.00 O Sr. Almanaco  
22.10 Um Mundo para Todos  
23.10 Magazine de Turismo  
23.35 Pantalão (últ. episódio)  
01.05 Rotações  
02.05 Seguramente Vincent

## Sábado, 13

## Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 O Quadro Roubado  
15.10 Marés Vivas  
16.00 Um Amor Simples  
(ver «Filmes na TV»)  
17.50 Anel de Fogo  
18.45 Hercule Poirot  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.25 Desenhos Animados  
21.35 Casa Cheia  
22.20 Araponga  
23.05 O Cheiro da Morte  
(ver «Filmes na TV»)  
00.45 Contradições

## Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.35 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.10 Forum Musical (II)  
13.10 Agarra o 2  
14.20 A Ponte de Waterloo  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Riacho Doce (novela brasileira, 1º episódio)  
01.00 As Telas da Lei

## Domingo, 14

## Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.30 Missa  
13.00 Notícias  
13.15 O Clube dos Seis  
13.45 Viagem ao Mundo da National Geographic  
14.30 Top +  
15.25 Os Sete Magníficos  
(ver «Filmes na TV»)  
17.40 ET - Entretenimento Total  
19.00 As 100 Vidas do Pirata Negro  
20.00 Jornal de Domingo  
20.40 Desenhos Animados  
20.50 Araponga  
22.15 No Calor da Noite  
23.10 Conversa Afada  
24.00 Futebol - Suécia-Inglaterra

## Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 S.O.S. Terra  
10.50 Regiões Magazine  
12.00 Agarra o 2  
13.05 Anarquistas Graças a Deus (novela brasileira, 1º episódio)  
14.00 Troféu  
21.00 Nós Dois  
22.05 Palavra Puxa Palavra  
23.00 O Profissional  
(ver «Filmes na TV»)  
00.30 Tauromaquia

## Segunda, 15

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia

11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Animais Selvagens  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Alvorada Vermelha  
(ver «Filmes na TV»)  
16.05 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.30 O Preço Certo  
23.00 Grandes Desafios  
24.00 24 Horas  
00.35 Remate  
00.40 Arrependimento  
(ver «Filmes na TV»)

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Francês  
12.40 A Porta  
12.55 Gerações  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
16.50 Moda Top  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.00 Especial Desporto  
21.20 Jornal das Nove  
22.10 Acerto de Contas  
23.10 Bailado

## Terça, 16

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 A Caminho do Texas  
(ver «Filmes na TV»)  
16.15 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.30 Chantagem em Nápoles  
23.00 Primeira Página  
00.00 Uma Vida dos Diabos  
00.30 24 Horas  
01.05 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 Zona de Perigo  
12.20 Curso de Inglês  
12.35 A Porta  
12.55 Gerações  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Júri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
20.00 A Caminho de Barcelona  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.15 As Férias do Sr. Hulot  
(ver «Filmes na TV»)  
23.40 Pop Off

## Quarta, 17

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Com Jeito Vai... de Bacamarte à Solta  
(ver «Filmes na TV»)

16.15 Tu Cá, Tu Lá  
17.15 Brinca Brincando  
17.45 Rua Sésamo  
18.15 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.25 Telejornal  
20.20 Desenhos Animados  
20.25 Meu Bem, Meu Mal  
21.20 Vamos Jogar no Totobola  
21.35 Entre o Amor e o Medo  
(ver «Filmes na TV»)

23.45 24 Horas  
00.20 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Francês  
12.35 Ao Ar Livre  
12.50 Gerações  
13.15 Agora, Escolha!

14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 Especial Desporto  
18.00 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.00 Especial Desporto  
21.20 Jornal das Nove  
22.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
23.30 Eurocratas a Leste

## Filmes na TV

## Regresso a Dodge City

«Gunsmoke: Return to Dodge» (EUA/1987). Realização de Vicent McEveety. Interpretação de James Arness, Amanda Blake, Fran Ryan, Steve Forrest. Cor, 90 minutos.

As aventuras de Matt Dillon, um mítico *sheriff* de Dodge City, começaram por constituir o fio condutor de uma série de televisão, que, durante duas décadas, fez um enorme sucesso. Agora, para este telefilme, o realizador foi encontrar Dillon doze anos depois, já retirado, a regressar conjuntamente à «actividade» contra os fora da lei. Um velho esquema, numa nova edição, pouco mais do que sofrível.

Quinta, 14.35, Canal 1

## A Bela e o Monstro

«La Belle et la Bête» (Fr./1947). Realização de Jean Cocteau. Interpretação de Jean Marais, Josette Day, Marcel André, Mila Parely, Nane Germon, Michel Auclair. P/B, 93 minutos.

A partir de Leprince de Beaumont, realizou Jean Cocteau este filme fantástico e maravilhoso, um verdadeiro poema cinematográfico, a história do amor de Bela pelo Monstro a quem pertencia uma rosa que seu pai lhe trouxe da floresta profunda. Víctima de um encantamento que o transformara em Monstro, este só pode quebrá-lo quando alguém lhe dedicar um amor sincero - e Bela, oferecendo-se em holocausto, vai descobrir como o crescente sentimento da piedade se transforma progressivamente na paixão que vai redimir o Monstro, finalmente transformado em Príncipe Encantado... Um encantamento visual, para o qual contribuíram, além do talento plástico de Cocteau, René Clément, como conselheiro técnico, e Christian Bérard, na decoração.

Quinta, 23.55, Canal 2

## O Palco do Adeus

«Can You Hear The Laughter? - The Story of Freddie Prinze» (EUA/1977). Realização de Burt Brinckerhoff. Interpretação de Ira Augustain, Kevin Hooks, Randee Heller, Devon Ericson, Julie Carmen. Cor, 102 minutos.

É mais um telefilme mediano para preencher o início da tarde, este relatando a meteórica ascensão e queda de um conhecido comediante de televisão, desde o apogeu da sua carreira até à auto-destruição pela droga.

Sexta, 14.10, Canal 1

## Ewoks: O Conquistador de Endor

«Ewoks: The Battle for Endor» (EUA/1985). Realização de Jim e Ken Wheat. Interpretação de Wilford Brimley, Warwick Davis, Aubree Miller, Sian Phillips, Karel Strucken. Cor, 93 minutos.

De novo, as deliciosas criaturas de «A Guerra das Estrelas»,



«A Bela e o Monstro»: a poesia de Cocteau, numa interpretação inesquecível de Jean Marais

numa caríssima produção televisiva de George Lucas, sequele de «A Caravana da Coragem» já transmitido pela RTP. Desta vez, um heremita, uma jovem rapariga e o seu amigo Ewok enredam-se nas aventuras da perseguição de uma terrível personagem do mundo da feitiçaria. Certamente um bom momento de entretenimento.

Sexta, 21.40, Canal 1

## A Ponte de Waterloo

«Waterloo Bridge», (EUA/1940) Realização de Mervyn Le Roy. Interpretação de Vivien Leigh, Robert Taylor, Lucile Watson, Virginia Field, Maria Ouspenskaya. P/B, 103 minutos.

Por vezes atribuindo este espaço da programação cinematográfica a alguns interessantes exemplares dos vários «géneros» que fizeram o cinema clássico, a RTP projecta hoje «A Ponte de Waterloo», um intenso melodrama à volta do encontro apaixonado de uma bailarina clássica e de um oficial do exército britânico durante os bombardeamentos aéreos de Londres pela aviação nazi, durante a II Guerra Mundial. Realização segura de Mervyn Le Roy e duas excelentes interpretações de Vivien Leigh e Robert Taylor.

Sábado, 14.10, Canal 2

## Um Amor Simples

«Pete'n'Tillie» (EUA/1972). Realização de Martin Ritt. Interpretação de Walter Matthau, Carol Burnett, Geraldine Page, Barry Nelson, René Auberjonois. Cor, 96 minutos.

Um outro exemplar de cinema de evasão, também pelos vistos próprio das tardes de sábado, esta comédia dramática gira à volta dos encontros e desencontros de um homem e de uma mulher, que os conduzem ao casamento. Walter Matthau e Carol Burnett são os principais intérpretes e contribuem

para o tom certo de comédia que ocupa toda a primeira parte. Mas o filme decai, claramente, quando se encaminha depois para o melodrama, com a personagem de Geraldine Page a não fazer qualquer sentido.

Sábado, 16.05, Canal 1

## Peter Gunn - O Cheiro da Morte

«Peter Gunn - Rogue Cops» (EUA/1989). Realização de Blake Edwards. Interpretação de Peter Strauss, Barbara Williams, Jennifer Edwards, Charles Cioffi, Pearl Bailey. Cor, 91 minutos.

Blake Edwards realizou com o habitual saber técnico este telefilme baseado na história e nas personagens de uma sua velha série de televisão dos anos 50. Mas estas aventuras de um detective privado em luta contra uma quadrilha de gangsters não trazem nada de novo, nem mesmo quanto às vedetas, muito conhecidas de anteriores trabalhos televisivos. Pelo contrário, é bom ouvir de novo a partitura de Henry Mancini, um velho companheiro de Edwards, aqui regressando em beleza.

Sábado, 23.05, Canal 1

## Os Sete Magníficos

«The Magnificent Seven» (EUA/1960). Realização de John Sturges. Interpretação de Yul Brynner, Horst Buchholz, Steve McQueen, Eli Wallach, James Coburn, Charles Bronson, Robert Vaughn, Brad Dexter. Cor, 124 minutos.

Este remake de «Os Sete Samurais», de Kurosawa, ficou célebre na história do *western* e não apenas pelo brilhantismo que John Sturges colocou na transposição da história original para uma tão diferente realidade. Já que, do que aparentemente eram sete mercenários contratados pelos camponeses para se vingarem das pilhagens de



## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Preso à TV

No princípio da semana um artigo da revista norte-americana «Newsweek», saído nas páginas do «Público», dava conta de uma nova realidade que se instalou nos cerca de 4000 estabelecimentos prisionais dos EUA: o recurso ao consumo maciço de televisão para «manter calmos» os mais de um milhão de reclusos existentes no país.

Informa o articulista que «cerca de dois terços das prisões americanas contam já com televisão por cabo e dezenas de milhares de reclusos passam diariamente várias horas a ver televisão nas suas celas, com os auscultadores nos ouvidos». Há mesmo sistemas de circuito fechado inteiramente operados pelos prisioneiros, como é o caso pioneiro da «Jefftown Video Productions», em Jefferson City, na maior prisão de máxima segurança do Estado do Missouri.

Porquê esta solução? A resposta surge no início do texto: porque os responsáveis prisionais norte-americanos estão, cada vez mais, «confrontados com superlotação e orçamentos limitados para reabilitação e aconselhamento».

Assim dá-se-lhes televisão, e pronto. Mas como no país da comida instantânea ninguém perde tempo com nada, quanto mais com o cerne dos problemas, o expediente televisivo transformou-se, ele próprio, a «realidade» a discutir. Trazendo, por arrastamento, novos e curiosos dados.

Como o de que «a televisão da prisão substituiu o jornal da prisão como principal meio de comunicação interna — o que não é para admirar, já que cerca de 40% dos reclusos são analfabetos».

Ou o de que «o papel da Jefftown (o tal circuito interno operado por reclusos) como ópio da mente tem-se tornado mais importante à medida que a prisão vai recebendo condenados cada vez mais jovens e violentos».

Ou ainda (dado que «os especialistas dizem que é menos provável que os homens pratiquem crimes a partir dos 30 e muitos anos») o que «no fundo, temos de aguentar estes tipos até que os seus níveis de testosterona comecem a baixar», segundo as qualificadas palavras de Daniel Polsby, especialista em Direito Penal na Northwestern University.

A pitada surge em pormenores especiosos como a do filme «O Silêncio dos Inocentes» haver sido retirado após uma solitária apesentação, «dado que os responsáveis (prisionais) pensaram que alguns dos reclusos poderiam identificar-se demasiado com o personagem Hannibal Lecter» (um canibal...), ou, pelo contrário, a opinião de Cassandra Newkirk, psiquiatra de Atlanta especialista prisional, de que a violência na TV «não torna os reclusos mais violentos» pois «estes tipos sabem escrever os guiões melhor do que o pessoal de Hollywood».

Na verdade, por que há-de a grande democracia americana maçar-se com «tipos» que entram na senda do crime por causa da testosterona e com personalidade desenhada entre o analfabetismo e a apetência canibal?

Chamar-lhes tipos ainda é pouco, apesar de serem um milhão e tal.

Até porque (e a ordem dos factores é tão arbitraria como o livre arbítrio da «terra das oportunidades»): Se estão presos, é porque o merecem.

Estando-o e sendo-o, constituem simultaneamente a prova de que o sistema funciona e de que nele têm lugar.

Não como parte de um todo, mas de um todo que expurga as partes.

Em geral, explorando-as conforme os ditames da liberdade e dos direitos humanos.

Regularmente, empregando-as e desempregando-as em função do lucro e, portanto, da nação.

Particularmente, encarcerando-as quando a testosterona lhes sobe à cabeça.

A partir daqui são uns tipos que nada têm ver com os 60% de analfabetos que constituem a população dos EUA, ou os 30 milhões de desempregados que já enxameiam ruas e estradas oferecendo a força de trabalho a troco de uma simples refeição, ou com um sistema socioeconómico fundamentado no lucro a qualquer preço, a começar pelo da vida humana. Aos olhos do poder, que corta as verbas para «aconselhamento e reabilitação dos reclusos», a coisa pode resolver-se com doses maciças de televisão.

A mesma que, há décadas, se denuncia nos EUA como uma espécie de «Big Brother» da criminalidade. Usá-la como terapia nas prisões, além de barato é coerente. Com a vantagem de produzir argumentistas que nem em Hollywood...

■ HC

## CDU no distrito de Setúbal Vamos cumprir plenamente

Cerca de 300 activistas e eleitos da CDU do distrito de Setúbal reuniram no passado sábado, no Pavilhão Municipal de Exposições de Santiago do Cacém, com vista ao balanço do trabalho realizado e do cumprimento dos programas eleitorais da coligação, a análise das incidências no distrito da política do Governo e a definição das grandes linhas de orientação com vista às eleições autárquicas de 1993 são aspectos que merecem a atenção de Carlos Humberto, membro da DORS e do CC, na sua intervenção inicial de fundo.

O Encontro Distrital não deixou de ser em ponto importante de campanha de divulgação da CDU que decorre em todo o país nas duas primeiras semanas de Junho, de que o «Avante!» falou na sua edição do dia 4.

Ao tomar palavra, no encerramento dos trabalhos, Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, referiu-se a aspectos da política autárquica do distrito de Setúbal, valorizando a obra da CDU:

«A 18 meses das eleições

autárquicas fala-se já muito da sua realização. Pela nossa parte, julgamos que a melhor forma de preparar é a aplicação plena das nossas orientações constantes e a divulgação mais ampla do trabalho realizado. Não temos que mudar de política ou de disfarçar mazelas para enganar os eleitos.

Apresentámos programas eleitorais em 1989 e vamos cumpri-los plenamente, apesar das inúmeras dificuldades legais e financeiras que o Governo constantemente coloca.

O património de realizações das autarquias de maioria CDU é notável.

A percentagem média nacional de população com água ao domicílio é de 80% em Setúbal, enquanto a média nacional é de 77%, a média de Viseu é de 50,4% a de Aveiro 54,4% e a de Braga 51,6%.

A percentagem média nacional de população com rede de esgotos é de 77,6%, enquanto a média nacional é de 44,7%, a do Porto é de 42,7%, de Coimbra 41,8% e de Leiria 35%. Este facto tem conse-

quências na salubridade pública e na mortalidade infantil, que é mais baixa no distrito de Setúbal do que a média nacional e do que noutros distritos em que a CDU não administra as autarquias.

Os níveis de realização física e financeira na Operação Integrada de Desenvolvimento de Setúbal são elevadíssimos e verdadeiramente exemplares. Onde temos a maioria, as verbas oriundas da Comunidade Europeia são mais aproveitadas, porque há projectos e capacidade de gestão.

O trabalho autárquico é um património inestimável do PCP e da CDU que temos que valorizar e desenvolver. Com base nesse património podemos encarar com serenidade e determinação as eleições de 1993.

O PSD, pelo contrário, quer preparar as eleições de outra forma; com uma revisão constitucional que altere o sistema de eleição das Câmaras Municipais, criando maiorias artificiais e afastando da eleição actuais presidentes de câmara, mesmo que seja contra vontade po-

pular, com a instrumentalização de sucessivas inspecções, inquéritos e sindicâncias a municípios de maioria CDU, procurando pretexto para os atacar na comunidade social. Em poucos anos, por exemplo, a Câmara de Évora foi submetida a sete inspecções ou inquéritos. Entretanto, a Inspeção Geral de Administração do Território respondeu a pedidos de inquérito a ilegalidades em autarquias do PSD dizendo que não tem pessoal disponível, como ainda recentemente aconteceu no caso da Junta de Freguesia do Estoril.

É desejável que o PSD deixe de tentar a instrumentalização da máquina do Estado e viabilize finalmente uma política de descentralização, pondo termo à política de transferência de encargos sem recursos financeiros. Satisfazendo as reivindicações das freguesias e da ANAFRE, matéria sobre a qual o PCP apresentou projectos de lei na Assembleia da República. Visualizando a instituição das regiões administrativas, conforme consta do programa eleitoral do PSD e do programa do Governo.»

## Contra vontade do PSD Aprovada remuneração especial para a Função Pública dos Açores

A criação de uma remuneração complementar para os trabalhadores da Função Pública da Região Autónoma dos Açores foi aprovada na Assembleia Regional com os únicos votos contrários do PSD, constituindo o facto «uma vitória dos trabalhadores e da sua organização sindical», segundo afirma um comunicado da Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, autora da proposta em discussão, já apresentada em 1987, que se des-

tinava a reduzir os efeitos decorrentes da diferença de nível de vida e poder de compra entre os trabalhadores da Região e os trabalhadores do Continente.

Esta remuneração entrará em vigor no próximo mês de Agosto, em 1992 terá o valor de 500 escudos mensais, sendo paga também com os subsídios de férias e de Natal. Anualmente será actualizada de acordo com os aumentos salariais verificados na Função Pública.

Relativamente aos reformados e pensionistas, os deputados que aprovaram a medida comprometeram-se a enviar à Assembleia da República uma anteproposta de Lei que aplique solução idêntica.

A Assembleia Regional dos Açores aprovou esta proposta com os 27 votos favoráveis do PS, PCP, CDS e dois deputados independentes e os votos contrários do PSD.

A Comissão Executiva da

Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública assinala esta vitória e o facto de os trabalhadores e a sua organização sindical terem sabido «ultrapassar as dificuldades e os impedimentos inexplicavelmente criados pelo Governo Regional e pelo PSD, que na Assembleia Regional, usando e abusando da existência de uma maioria parlamentar absoluta, durante cinco anos impediram que se tomasse esta justa medida».

## Encerramento da FEIS PCP recusa demissão de autarcas da Marinha Grande

A Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP rejeitou «toda e qualquer proposta demissionista» de autarcas do concelho a propósito «da dramática situação criada com o encerramento da FEIS», reafirmando o seu apoio aos eleitos do PCP na Câmara Municipal e à Direcção do Sindicato Vidreiro para o desenvolvimento da luta pela reabertura daquela fábrica.

O encerramento da empresa foi concretizado pelo Governo, o que desencadeou uma vasta onda de protestos e lutas. No meio desse proces-

so, a Concelhia do PCP denuncia num comunicado à população «uma onda de boatos e intrigas, com mal disfarçados objectivos políticos» entretanto postos a circular que pretendiam a demissão dos autarcas da Marinha Grande.

«É no pleno exercício das funções para que foram eleitos todos os autarcas, que os direitos e interesses dos marinhenses melhor serão defendidos e não com demissionismo capitalucionista, que em vez de penalizar, iria premiar o Poder Central, o Governo e o PSD», diz o referido

comunicado

O PCP recorda que os que agora defendem a demissão dos autarcas, são os mesmos que num passado recente, quando centenas de trabalhadores exigiam o pagamento de salários em atraso e apoio governamental ao sector cristaleiro em crise «criticavam as acções de luta que consistiam radicais, inadequadas e prejudiciais da imagem da Marinha Grande e dos marinhenses face ao país e ao Poder Central, ao mesmo tempo que promoviam e branqueavam a imagem do Governo exigindo uma valo-

rização despropositada, em iniciativas no concelho, de membros do Governo em nome das normais relações institucionais entre órgãos do poder».

Quanto à demissão dos membros da Comissão Concelhia local do PSD, o PCP lembra que anteriormente nunca aquela estrutura social-democrata tomara posição sobre o assunto e diz que se trata de um golpe de teatro que, face ao escândalo do encerramento da FEIS, tenta salvar o futuro dos interesses do PSD nas próximas eleições autárquicas.